

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL – PRIMEIRA REUNIÃO REALIZADA NO DIA VINTE QUATRO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO.**-----

-----**ATA NÚMERO VINTE**-----

----- Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, primeira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em exercício e Segunda Secretária.-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César).-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina

## DRAFT

Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Rute Sofia Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, João Carlos de Sousa Pereira, Margarida Afonso, Nuno Miguel dos Santos Silva, Pedro Miguel Tadeu Costa, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, José Roque Alexandre, Susana Maria da Costa Guimarães, Mário Nelson Morais Freitas, Margarida Isabel Bentes Penedo, Gabriel Maria Baptista Fernandes, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Rosa Maria Carvalho da Silva e Nuno Firmo.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Margarida Afonso.-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa.-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães.-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Santos Silva.-----

----- José Moreno (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida Morais.-----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Nuno Firmo.-----

----- Álvaro Carneiro (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva.-----

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Margarida Isabel Bentes Penedo.-----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes.-----

----- Ana Margarida Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Carlos Pereira.-----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas.-----

## DRAFT

----- Maria do Carmo Munoz (PPM), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita (CDS-PP).-----

----- Solicitou a suspensão do mandato, o Deputado Municipal Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira (BE) sendo o mandato assumido pela Deputada Municipal Beatriz Gomes Dias, durante o período de 18 de abril de 2018 a 17 de abril de 2019, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos exatos termos do respectivo pedido, e de acordo com o disposto no artigo 77.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente da CML, Fernando Medina, Vice-Presidente da CML, Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, José Sá Fernandes, Ricardo Robles, Miguel Gaspar, Paula Marques, Catarina Vaz Pinto e Manuel Salgado. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura João Gonçalves Pereira, Maria Conceição Zagalo, João Abreu Costa Nuno Rocha Correia e Nuno Correia da Silva. -----

----- Às quinze horas e vinte e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia**, declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhores Deputados, antes de começarmos os nossos trabalhos permitam-me que informe esta Assembleia Municipal que terminou ontem a minha substituição de Mandato e que foi possível neste período de três semanas em que eu me fiz substituir, apresentar na Assembleia da República, conforme vos tinha anunciado o Projeto-lei de Bases da Habitação.-----

----- É o Projeto de Lei n.º 843/13, uma vez que as questões da habitação são muito importantes também para este Município, para quem quiser poderá ter acesso ao Projeto de Diploma que agora entra na fase da discussão parlamentar. -----

----- Senhores Deputados, queria também agradecer ao Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo, que me substituiu com muita eficiência nestas três semanas, deixando-lhe a minha vontade de lhe pedir mais vezes em situações semelhantes, pela eficiência como ele desempenhou a sua missão.-----

----- Seja como for, o que é importante é que os Trabalhos desta Assembleia continuam e que vamos hoje então prosseguir com a nossa Sessão. -----

----- Eu propus ontem aos Senhores Representantes, e não tive notícia que ninguém obstaculizasse a isso, pedi que a grelha de PAOD, que por Lei são 60 minutos, a título excecional hoje e atendendo que amanhã é o dia 25 de Abril, a título excecional hoje a nossa grelha tem um acréscimo de três minutos. Os Senhores Deputados poderão utilizar esse acréscimo de tempo como quiserem, ou numa intervenção separada ou aumentando as intervenções que já tinham previsto, usarão o tempo como quiserem, na certeza porém que à grelha do PAOD são acrescidos três minutos. -----

----- Pedia para terem isto em conta nas inscrições e assim se fará aqui na Mesa. -----

----- Quanto às votações dos documentos do PAOD, porque temos uma grande quantidade de documentos, a proposta que eu vos faço é que nós vamos pôr à votação em primeiro lugar os documentos do PAOD que têm a ver expressamente com o 25 de Abril e com o 1º de Maio, que é já de hoje a oito dias, mas é feriado e nós não temos Sessão, portanto, esses documentos são apreciados em primeiro lugar nas votações e só depois é que então vamos votar o que é habitual, os Votos, as Moções e as Recomendações, há objeções a este procedimento? -----

----- Se não há objeções a este procedimento eu ia desde já dar a palavra ao Público, temos várias pessoas inscritas e muitas delas são questões de habitação. Prova que realmente o tema é muito importante e está na agenda política e também nas preocupações do Município e vamos ouvir o Senhor Domingos da Silva Amoná. -----

----- Senhor Domingos tem três minutos para explicar a sua posição, Senhor Domingos, como está? Boa-tarde tem os seus três minutos se faz favor.” -----

----- **O Município, Senhor Domingos da Silva Amoná**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa-tarde Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, minhas Senhoras e meus Senhores. -----*

----- *Agradeço a oportunidade que me foi dada para expor o problema que me anda a preocupar há vários anos, sem solução à vista. -----*

----- *Vivo há 30 anos numa parte de uma vivenda, situada na Estrada Militar, Lote FAT, 2º. Direito, Quinta da Torrinha em Lisboa, de que é proprietário o Senhor Joaquim Pereira Tavares, ao abrigo do contrato de arrendamento válido. -----*

----- *Há vários anos a esta parte a habitação começou a ter infiltrações provocadas pela chuva, que causara danos em vários pertences da família, na máquina de costura, cortinados, quadros, etc., e mal-estar por causa de bolores nas paredes interiores. -----*

----- *Apesar de tanta insistência junto ao senhorio, para realizar as obras necessárias à resolução desse programa, o mesmo limitou-se a efetuar pequenos remendos, que não acabaram com as infiltrações. -----*

----- *Perante tal comportamento tive que requerer a uma intervenção à Câmara Municipal que em resposta efetuou uma vistoria no dia 17 de fevereiro de 2017, conforme informação onde são descritas em doenças determinantes das infiltrações, Processo número 6128/DOC/2016. -----*

----- *Não obstante ter sido notificado para realizar as obras julgadas necessárias pela Câmara Municipal, o senhorio apenas procedeu à lavagem e à pintura das paredes exteriores do prédio, continuando por eliminar as causas das infiltrações, fissuras, caldeira, cobertura de telhado, porque me parece, salvo melhor opinião, que existe um cumprimento defeituoso da ordem da Câmara Municipal por parte do senhorio. ---*

----- *Requeiro a Vossa Excelência se digne providenciar, junto dos Serviços competentes da Câmara Municipal no sentido de obrigarem ao senhorio a cumprir cabalmente a obra, realizando as obras necessárias a pôr termo definitivamente às infiltrações. -----*

----- *Agradeço mais uma vez a atenção que me foi dispensada. Obrigado*” -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Senhor Domingos, nós é que agradecemos o ter vindo aqui expor o seu problema, naturalmente agora a Mesa fará o que costuma fazer nestes casos, vamos precisamente escrever ao Senhor Presidente da Câmara, com a indicação do seu caso, o número do processo dessa vistoria do ano passado e pedir à Câmara que tome as diligências necessárias para que o senhorio possa cumprir aquilo que é seu dever do ponto de vista legal. Muito obrigada Senhor Domingos, terá notícias logo que tenhamos resposta da Câmara. Muito obrigada.” -----  
----- Muito obrigada Senhor Domingos, terá notícias logo que tenhamos resposta da Câmara. Muito obrigada. -----  
----- Vamos passar agora a ouvir um Senhor que já veio cá várias vezes, aliás tem uma Petição pendente de apreciação desta Assembleia, o Senhor José António do Espírito Santo Marin.” -----  
----- **O Múncipe, Senhor José António do Espírito Santo Marin**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “*Boa-tarde Senhora Presidente, estimada Assembleia, antes de mais Viva o 25 de Abril!* -----  
----- *Vou começar com uma questão à Senhora Presidente, portanto, a resolução que me tem sido apresentada, tem sido a resolução para o meu problema, tem sido a caridadezinha.* -----  
----- *Ainda ontem me ligaram da Câmara, e eu vou falar quinta-feira à Câmara. Ontem estive na Assembleia de Arroios, vai ser mais do mesmo, isto está aqui o vídeo do prédio, podem ver o trabalho, mas depois vou apresentar uma Exposição no final. -*  
----- *A solução que me estão a apresentar é ir para a Santa Casa, para um quartinho da Santa Casa. Eu já ontem no final estive lá a falar, portanto, a Senhora Joana Clemente, já sei que é que vai fazer, que é a Senhora lá da Junta de Freguesia, vai tentar que eu vá para um quartinho.* -----  
----- *Já há quatro anos andou a perseguir-me com isso!* -----  
----- *Intervenho aqui hoje para sensibilizar Vossa Excelência, o Executivo da Assembleia e restantes Autarcas desta Assembleia, e antes de mais começo a fazer uma pergunta, portanto, quem apresentou aqui a Linha SOS- Despejo e creio que portanto agora irrelevante, foi pelo menos aprovado, se foi por unanimidade ou não eu não sei, mas queria saber porque é que aprovaram e no meu caso não estão a fazer nada?* -----  
----- *Está aqui o que é que está a acontecer, portanto, o resto eu vou-me dispensar de falar, porque está ali o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, que preside à Comissão Permanente de Habitação dos bairros sociais e na altura, portanto, disse-me que toda a gente, independentemente da camisola que vestia, que já tinha compreendido que eu que tenho razão, que estava a ser alvo de tortura, e continuo a ser alvo de tortura.* -----  
----- *Contudo, conforme assinalou e muito bem, eu aplaudo, portanto, a razão não chega, é preciso dar força à razão, até parece um slogan que a UDP teve!* -----

----- O edifício mudou de dono, bem como o estratagema, a MBCF antes adquiriu, para através da “Remax Vintage, Pedro e Helena”, o “Pedro e Helena” pelos vistos continuam a lá estar porque eu vejo lá ir uma vendedora que ia, foi vendida à “Desejo Alcançado, Limitada”, fui eu que fui saber ali ao Areeiro, não consigo saber se foi em propriedade horizontal ou vertical, mas o bulling e a destruição continuam, andam agora com umas obrazinhas, houve lá um operário que me disse que já tinha sido vendido, que tinha escritura no Banco e tudo, os olhos dele até cintilavam, eu pus-me em campo, era o fim do mês, custou-me, fui ali ao Registo e consegui saber, portanto, eles estão a fazer umas obras no rés-do-chão e no primeiro, ontem e ontem não andaram lá, não sei o que é que já houve!-----

----- Considero que a Câmara como responsável por não ter obrigado o senhorio às obras necessárias no prédio e de não ter avançado coercivamente com as mesmas, tem de me dar uma solução imediata e de emergência, mas condições que satisfaçam as minhas necessidades. -----

----- Eu pretendo viver ali, eu tinha as rendas pagas criaram-me um problema, portanto, eu não sou responsável pelo problema em que estou. Na altura tinha um projeto de empreendedorismo social, que não recorre ao endividamento, cria rendas, foi vetado na Junta de Freguesia, foi no tempo do Presidente João Grave, foi vetado. -

----- Eu acabo já, portanto, eu considero que a Câmara Municipal de Lisboa tem de assumir o direito de preferência no meu caso, ainda para mais, numa altura em que anda na ordem do dia, o caso da Fidelidade. -----

----- Depois quero apresentar aqui uma Exposição, tem aqui uma gralha aqui no final, é uma Exposição que depois posso mandar por e-mail.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhor José António, pode deixar aqui na Mesa.”-----

----- **O Município, Senhor José António do Espírito Santo Marin**, no uso da palavra continuou:-----

----- “É o que está ali no vídeo que estiveram a ver.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhor José António, pode deixar aqui na Mesa. -----

----- O seu caso é bastante complexo por causa dessa situação particular que o Senhor disse agora no final da sua intervenção, por ter, por razões que lhe foram alheias, mas o facto é que aconteceram, deixado de poder pagar a sua renda e, portanto, ficou numa situação difícil para poder ter a proteção legal, pelo menos da Lei que temos até à data. -----

----- Neste momento há diligências várias para mudar a Lei, mas a Lei depois não se aplica retroativamente, e é por isso que é mais difícil poder dar seguimento àquilo que o Senhor José António propõe, que é a possibilidade de continuar a ficar a viver na mesmíssima casa, onde está há já bastante tempo numa situação muito difícil, com grande pressão dos proprietários, agora novos até, mas sem que essa situação esteja regularizada, portanto, eu não posso agora avançar mais aqui, porque tenho que verificar se houve dados novos nestas três semanas que eu estive ausente.-----

----- A única coisa que eu sei é que há dados novos sim, em Programas que o Governo vai aprovar esta semana, e que a Assembleia da República tem pendentes para discutir no dia 4 de maio, dados novos sim da alteração da Lei e temos que ver como é que isso se aplica ao seu caso em particular.-----

----- Relativamente à questão da proteção no despejo e à questão do assédio imobiliário, o Senhor José António Marin fique a saber que eu meti isso na minha Lei de Bases, que deu entrada já no Parlamento e que agora tem que ser discutida, uma coisa é nós dizermos que vamos fazer uma coisa através de uma Lei, outra coisa é essa Lei ser aprovada e entrar em vigor, portanto, há estes passos que têm que ser cumpridos.-----

----- O seu caso provavelmente não pode esperar por estas coisas todas e por isso é que lhe estão a ser apresentadas soluções alternativas, mas o Senhor José António entende que não resolvem o problema. Também, se calhar, entenderia o mesmo, mas, neste momento, não posso adiantar mais.-----

----- Vamos continuar a ver o seu caso, iremos aqui apreciar a Petição que lançou, mas temos que ter em consideração a situação concreta em que está e as circunstâncias que levaram àquilo que aconteceu, em que há responsabilidades do proprietário, há responsabilidades da Câmara e houve também do seu lado alguma responsabilidade, embora a culpa não fosse sua, na medida em que deixou a uma certa altura de poder pagar a renda.-----

----- Depois eu voltarei a dizer-lhe certamente isso e muito obrigada pela sua intervenção Senhor José António e cá estaremos.-----

----- (O Município entregou um vídeo que está anexado a esta Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- Vamos prosseguir agora com a Senhora Maria Batin, é também uma questão de habitação.”-----

----- **A Município, Senhora Maria Batin**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ *Boa-tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Lisboa, Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Vereadores e Excelentíssimos Deputados Municipais, eu Maria Batin já pedi uma casa de habitação, já no mês de agosto do ano passado, eu já pedi outra, fiz outra inscrição na Câmara, em janeiro, dia 9.*-----

----- *Até agora, não foi nada resolvido e eu tenho duas filhas, uma filha está a estudar em Lisboa na Universidade, e a outra está a fazer tratamento, foi operada a um tumor no pâncreas, ele vive no Algarve, vive em Lisboa, foi despejada de outra casa onde morava no Intendente e agora de momento não tem onde viver. Pedia com urgência a vossa ajuda.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhora Dona Maria Batin, eu estive aqui a ver os seus antecedentes, de facto a Senhora já cá esteve, já expôs o seu problema, nós já solicitámos à Câmara para dar

explicações. A Senhora já fez uma candidatura a uma casa municipal já há bastante tempo, essa candidatura teve uma pontuação que não era suficiente. -----

----- A Senhora apresentou uma reclamação que não foi aceite, eu gostava de saber, mas isso vou pedir provavelmente que a Senhora Dona Maria depois possa acrescentar isso aqui ao processo, se desde esta resposta de não ter sido aceite a sua reclamação, se houve alterações à sua condição, se houve mais dados que me possam permitir a mim pedir uma reapreciação do seu processo. -----

----- Eu não posso fazer aqui diálogo consigo, estou-lhe a pedir isto, se a Senhora Dona Maria entender que tem dados novos que quer acrescentar, faça-me chegar aqui à Mesa da Assembleia Municipal, hoje ou por estes dias, que nós mandamos reapreciar para saber se é possível, termos aqui uma nova decisão, uma vez que a decisão que tivemos da Câmara é de não dar satisfação à sua reclamação.”-----

----- **A Muniçipe, Senhora Maria Batin**, no uso da palavra continuou: -----

----- “*Agora no segundo pedido de dia 9 de janeiro, foi pedido em nome da minha filha, ela já tem 98 de pontuação, não sei se é possível!*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, já tem uma pontuação mais elevadas e estamos muito próximo, então esse é um dado importante, nós vamos pedir o que é que se passa, para ver se podemos ter uma ideia de calendário da sua solução. Muito obrigada Senhora Dona Maria, muito obrigada.”-----

----- Vamos ouvir agora, Senhor Nuno Lopes que nos vem levantar um problema relacionado com a Piscina Municipal da França é uma situação que esta Assembleia acompanhou durante algum tempo, vamos ouvir qual é o problema. -----

----- **O Muniçipe, Senhor Nuno Lopes**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-

----- *Em primeiro lugar apresentar os cumprimentos, Excelentíssima Senhora Presidente, e Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados da Câmara Municipal de Lisboa, Excelentíssimo público.* -----

----- *Na qualidade de Presidente da Direção do Estrelas de São João de Brito, venho manifestar as seguintes situações:* -----

----- *Primeiro ponto, Piscina Municipal da Penha de França. O empreiteiro, não cumpre com o projecto, o clube tem prejuízos superiores a duzentos e cinquenta mil euros e o despedimento de dezoito trabalhadores. A Junta de Freguesia e a Câmara sempre tiveram conhecimento de tudo em tempo real. Em outubro de 2017 extinguimos a secção de vela, e hoje ao fim de 20 anos temos de extinguir a secção de natação federada e corre o risco a secção de xadrez.*-----

----- *Solicitámos em tempo útil apoio à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia de Alvalade, foi recusado por ambas. Uns têm apoio, nós não tivemos, qual é o critério? -*

----- *Em janeiro de 2017 reiniciámos os pagamentos dos autos, o empreiteiro falta com a palavra não reinicia os trabalhos. Em 2 de junho propusemos o pagamento, total dos autos em falta sob condição de ser feito apenas um metro quadrado de acordo com o projeto. O empreiteiro recusa, não compreendemos a razão pela qual a*



*Câmara Municipal de Lisboa suspende os pagamentos dos trabalhos, pagamentos das verbas definidas no protocolo e insistir que o Clube mantenha o empreiteiro. -----*

*----- Em julho, o Vice-Presidente da Câmara promete esperança e resolução imediata da nossa situação. Entretanto, é mais uma promessa por cumprir. Em novembro contratamos uma nova fiscalização e elaborámos um novo relatório, a Câmara adia e pede um tempo para falar com o empreiteiro, também não resolve nada. -----*

*----- A Câmara apenas começou o seu relatório no final deste mês de março, como dono de obra, a entidade competente, convocámos o empreiteiro para uma vistoria e informando a Câmara e a Junta que se manifestaram contra. Em 20 de abril compareceu na vistoria apenas o empreiteiro fiscalização e dono de obra, o administrador da Tanagra recusa-se a assinar o auto. -----*

*----- Resolução do problema: o empreiteiro já foi notificado com prazos para terminar a obra. Em 15 de 6 de 2018, não cumpre com os prazos, o Clube termina o contrato e faz adjudicação direta a outro empreiteiro, mas, para isso, a Câmara também tem que desbloquear o pagamento das verbas em falta. -----*

*----- Segundo ponto O.P.- Requalificação da piscina do RSBL, ao fim de três anos de OP vencemos. Agora o Clube nunca foi notificado para qualquer reunião, a Câmara manifestou claras intenções de fazer um projeto à revelia de que o Clube apresentou à população ao longo destes três anos, alienando e desrespeitando o Clube. -----*

*----- Temos sido surpreendidos por várias visitas de técnicos da Câmara à piscina sem qualquer pré-aviso, estão previstas reparações na piscina que obriga à paragem significativa e o Clube não tem conhecimento de nada. -----*

*----- Relativamente ao protocolo da piscina de RSBL é uma promessa por cumprir desde 2013. -----*

*----- Por fim a entrada da piscina RSBL, estranhamente a Câmara Municipal de Lisboa não se disponibilizou para oficializar a entrega das chaves nem no nosso aniversário dos 20 anos, nova entrada da piscina que está terminada há mais de quatro meses, qual a razão que não entregam as chaves? -----*

*----- Para todas estas situações acima mencionadas informámos o Senhor Vice-Presidente e até hoje, não houve qualquer resposta. -----*

*----- Senhor Presidente da Câmara, cumpram com a palavra respeitem os Estrelas São João de Brito. -----*

*----- Obrigado. Disse.” -----*

*----- (O documento apresentado pelo município fica anexado a esta Ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----*

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

*----- “Muito Obrigado. -----*

*----- Eu queria pedir aos Senhores Deputados, nomeadamente à Senhora Presidente da 7ª Comissão, que relativamente a este caso, que é um caso que já se arrasta há bastante tempo aqui na Assembleia Municipal, vou enviar todo o Expediente e os Relatórios do Clube Estrelas João de Brito para analisar a situação e pedir à 7ª Comissão que é a Comissão que se ocupa da parte desportiva que promovesse as*

diligências necessárias junto da Câmara e junto dos reclamantes, eventualmente de alguma outra entidade que seja o caso, para ver se conseguimos resolver isto. -----

----- Porque é um projeto ganhador do Orçamento Participativo, e está aqui numa situação de impasse por razões que foram agora aqui afloradas, mas que estão bastante desenvolvidas no Expediente que a Mesa entretanto recebeu. -----

----- Assim se fará, portanto, Senhor Nuno Lopes, vamos enviar isto à 7ª Comissão, a Senhora Presidente é a Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, e vou pedir à 7ª Comissão que me ajude a desbloquear esta situação que é bastante complexa e que envolve, aqui várias entidades.-----

----- Vamos agora ouvir a última pessoa inscrita Senhora Maria Augusta Amoná, não sei se é a da família do Senhor Domingos, provavelmente, será. Vamos agora ouvir”-

----- **A Múncipe, Senhora Maria Augusta Amoná**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa-tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----*

----- *Peço humildemente para ser ouvida nesta Assembleia porque há muita coisa que se passa nos Bairros, os mais velhos são tratados como se fossem lixo. -----*

----- *Onde eu moro há uma Senhora, mesmo portuguesa, de cá, que não tem ninguém, que não tem família, o meu senhorio aluga-lhe um quarto e tratou a mulher abaixo de cão, sentada na mesa para comer, tomar o chá, e quer que saia porque aquele não é o seu lugar, no apartamento e cada quarto a mulher paga 210 euros, Senhor Presidente. -----*

----- *Chegou o momento que ele quer que a mulher saia doente, entornou-lhe o chá quente em cima do corpo e pegou na cadeira para bater com ela em cima da cabeça da senhora, para ela sair. -----*

----- *A mulher teve que sair do primeiro andar a correr, bateu com a porta a chorar, fiquei até às 9 horas da noite a fazer sopa para lhe dar de comer, a mulher entrou em pânico, a mulher já está doente, Senhor Presidente, e foi internada! -----*

----- *Até hoje não sei ainda onde para a Dona Isabel! Ah e a santa Casa é que lhe dava metade do dinheiro para ela completar e pagar a renda, nunca deveu nada ao senhorio e chegou ao ponto que ele veio para me tratar mal, como tratou a Dona Isabel. Porque os meus filhos estão fora? É isso que eu lhe disse “Não, você não me vai tratar mal como tratava a Senhora Isabel, eu vim para cá muito nova, sou portuguesa, nasci debaixo da bandeira portuguesa! -----*

----- *Estudei debaixo da bandeira portuguesa e sei cantar o Hino, não sou como essas pessoas que vivem cá e não sabem cantar o Hino! Nós na minha terra antes de começarmos a aula cantávamos o Hino, até hoje eu Augusta, ainda sei cantar o Hino, posso ser negra mas sou Portuguesa! -----*

----- *O homem tratou-me mal, Senhora Presidente, onde ameaçou já quatro vezes que ele nos ameça com o meu marido para sair, mas desde que eu vim para cá, trabalhei ou trabalhava 17 horas por dia e tenho orgulho disso! Formei os meus filhos, com o meu marido, debaixo daquela pobreza, e estou naquela casa há 33 anos! -----*

----- Agora desde que eu estou lá nunca fez obras! Nós é que fazemos obras dentro da casa! Porque a casa é clandestina, agora como nós estimámos a casa, vem-me ameaçar com o meu marido, com os nossos filhos que estão todos fora, que é para nós sairmos! -----

----- Nós não vamos sair e a guerra que vai dar! A guerra que vamos ter! Por isso é que eu pedi ao meu marido para escrever tudo para pôr ali, mas ele não pôs. -----

----- Eu pedi a palavra Senhora Presidente! Como ele já me ameaçou ele não me vai tratar como tratou a Dona Isabel, e eu quero saber onde é que está a Dona Isabel!”---

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Dona Maria Augusta, não se vá embora sem que eu lhe agradeça o testemunho que acabou de dar aqui de humanidade! A Dona Maria Augusta não veio aqui pedir nada para ela, veio aqui pedir para que nós soubéssemos onde é que está a Dona Isabel, que foi não sabemos para onde, maltratada por um senhorio! -----

----- Naturalmente vamos fazer todas as diligências, vou pedir aos meus serviços que fiquem com a sua morada para sabermos se conseguimos descobrir onde é que está a Senhora Isabel, mas Dona Maria augusta tomáramos nós que todos os portugueses, que eu também sou, como a Senhora, tivessem a generosidade e o sentido da justiça que a Senhora Dona Maria Augusta aqui nos trouxe hoje! Muito obrigada! Viva o 25 de Abril, Senhora Dona Maria Augusta!” -----

----- **A Múncipe, Senhora Maria Augusta Amoná**, no uso da palavra continuou: ---

----- “Muito obrigada, Eu só quero saber onde está a Senhora Dona Isabel!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “E nós vamos fazer isso Senhora Dona Maria Augusta! -----

----- Muito obrigado Senhores Deputados, este caso até é comovente e eu fiquei comovida com este testemunho, mas acabaram assim as intervenções do Público. -----

----- Ainda com esta voz dentro de nós vamos passar às questões seguintes da Ordem de Trabalhos. -----

----- Antes de entrarmos na Leitura do Expediente e da Aprovação das Atas temos que apreciar o pedido de Suspensão de Mandato do Senhor Deputado Ricardo Santana Godinho de Moreira, que eu vou passar a dar notícia.” -----

-----**APRECIACÃO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO DO DEPUTADO MUNICIPAL RICARDO DE SANT’ANA GODINHO MOREIRA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 7.º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- O Senhor Deputado Ricardo Santana Godinho de Moreira, que é Membro desta Assembleia Municipal, eleito diretamente, veio solicitar no dia 18 de abril a suspensão do mandato por um período compreendido entre o dia 18 de abril e o dia 17 de abril inclusive, por motivos profissionais, ao abrigo do respetivo articulado legal. ---

----- Portanto, vou perguntar, uma vez que isto tem que ser apreciado pela Assembleia, se alguém vota contra? Não há votos contra e nem substituições, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **A Suspensão do Mandato foi autorizada por unanimidade.** -----

----- Vamos então informar que a vaga seguinte é preenchida pela Senhora Deputada, pela Senhora Cidadã Beatriz Jovelina Pereira Gomes Dias, que já foi convocada para a Reunião de hoje e deverá assinar então o Termo de Posse. -----  
----- Muito obrigada Senhores Deputados.”-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “ Agora sim vou pedir à Senhora Segunda secretária se quer fazer uma leitura rápida do Expediente, abreviando, na medida do possível, dada a quantidade de coisas que temos para hoje.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Iniciativa do Grupo Parlamentar, os Verdes: -----

----- 1- dar conhecimento sobre o projeto de resolução número 1382/13, terceira, referente ao reconhecimento da elegibilidade das pastagens arbustivas nas regiões de montanha, para efeitos de a ajuda da PAC; -----

----- 1.1- dar conhecimento sobre uma pergunta dirigida ao Ministério da Educação sobre a escola Secundária do Restelo, em Lisboa; -----

-----1.2 – dar conhecimento sobre o projeto de resolução 1342/13, terceira, referente à reversão da privatização dos CTT; -----

-----1.3- dar conhecimento sobre uma pergunta dirigida ao Ministério das Finanças sobre a falta de apoio às Juntas de Freguesia para o serviço de entrega das declarações do IRS.-----

-----1.4- dar conhecimento sobre uma pergunta dirigida ao Ministério do Ambiente sobre a descontaminação dos solos dos terrenos do antigo Campo de Tiro, a chumbo, no Parque Florestal de Monsanto, em Lisboa. -----

-----1.5- dar conhecimento da resposta do Ministério da Administração Interna à pergunta dirigida aos Senhores Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia sobre o aumento das rendas no Bairro General Afonso Botelho, na Ajuda, em Lisboa; -

-----1.6- dar conhecimento sobre uma pergunta dirigida ao Ministério do Planeamento e Infraestruturas sobre o aumento de tráfego aéreo noturno no Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa; -----

-----1.7- dar conhecimento das respostas do Ministério do Ambiente à pergunta dirigida pelos Senhores Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia sobre esclarecimentos da Comissão técnica para monitorizar obras em solos contaminados no Parque das Nações; -----

----- 1.8- dar conhecimento sobre o Projeto-Lei número 776/13 relativa ao regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível; -----

----- - dar conhecimento do Projeto de Lei número 780/13, que estabelece o regime de recuperação do controlo público dos CTT. -----

-----2.1- dar conhecimento sobre a resposta do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas à pergunta que lhe foi dirigida sobre o IMEF, comboios encostados e trabalhadores despedidos em Santa Apolónia. -----

----- Assembleia de Freguesia de Arroios: -----

- Ponto 3- dar conhecimento sobre o voto de saudação pela decisão do Município de Lisboa de atribuição gratuita dos manuais escolares aos alunos do 2º e 3º Ciclo da escola pública. -----
- Assembleia de Freguesia do Parque das Nações: dar conhecimentos da Moção por uma solução sustentada do espaço associado à concessão da Marina do Parque das Nações. -----
- Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas: dar conhecimento da Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda em a Sintra, por uma resposta urgente à degradação dos serviços da Linha de Sintra; -----
- Assembleia Municipal de Sesimbra: dar conhecimento Edital 27/18, referente à Sessão Extraordinária de 16 de março de 2018.-----
- Assembleia Municipal de Loures: dar conhecimento do Edital nº. 5/2018, referente à 1ª Sessão Extraordinária a realizar no próximo dia 22 de março. -----
- Conselho Metropolitano de Lisboa: dar conhecimento Edital número 5/Câmara Municipal de Lisboa/18 sobre o plano de ação, orçamento e mapa de pessoal da AML para 2018;-----
- 8.1- dar conhecimento do Edital número 7/Conselho Metropolitano de Lisboa, a sobre o anúncio de pré-informação a um contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Área Metropolitana de Lisboa; -----
- 8.2- dar conhecimento do Edital número 8, para aprovação do rateio para financiamento da medida pública;-----
- 8.3- Dar conhecimento do Edital número 9 do Conselho Metropolitano de Lisboa/ 18, para informar do cancelamento da Reunião Ordinária de março, no Conselho Metropolitano de Lisboa;-----
- Ponto 8- Área Metropolitana de Lisboa: dar conhecimento das Deliberações da Reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa, de 8 de março de 2018 e envio dos Editais números 05 a 09/Conselho Metropolitano de Lisboa/18 e do cancelamento da Reunião Ordinária de março do Conselho Metropolitano de Lisboa;-----
- Do Fórum Cidadania: Ponto 10- dar conhecimento através de um *e-mail* para pedir esclarecimentos à Direção-Geral de Património Cultural relativamente aos interiores do Palácio Ludovice;-----
- Ponto 10.1- dar conhecimento através de *e-mail* sobre uma reclamação por obra ilegal na Rua Fialho de Almeida no Bairro Azul;-----
- Ponto 10.2- dar conhecimento através de *e-mail* sobre o Palacete Mendonça para pedido de audiência urgente à 12ª Comissão da Assembleia da República. -----
- 10.3- remete o Município, Inês Horta Pinto, um conjunto de propostas visando tornar a linha número 28 do elétrico um meio de transporte mais condigno e fiável; ----
- Remete o ano software, informar que o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas, SNCAP entra em vigor a 1 de janeiro de 2019; -----
- Remete a Incertel um estudo sobre o tema ENEAP, Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuário e Agroindustriais 2018/2025;-----
- Remete o Serviço Municipal de Proteção Civil de enviar a Ata nº. 44, relativa à Reunião da Comissão Nacional de Defesa da Floresta;-----

----- 10.7- remete o Serviço Municipal de Proteção Civil para informar Decreto-lei 19ª/2018; -----

-----10.8- remete o Serviço Municipal de Proteção Civil para divulgar a versão retificada do Plano Operacional Municipal. POM/2018; -----

-----10.9- remete o Serviço Municipal de Proteção Civil uma análise e apreciação de eventuais alterações sobre o Plano Operacional Municipal de 2018; -----

-----10.10- remete a Plataforma em Defesa das Árvores dar resposta às declarações proferidas na Assembleia da República, nas quais refere que é preferível cortar a mais do que a menos. -----

----- Remete o Município, Bruno Luz, para apresentar algumas alterações nos transportes públicos ou privados, de modo a melhorar o serviço de mobilidade em Lisboa. -----

----- Para pedidos de esclarecimentos quanto ao licenciamento da demolição de uma velha chaminé em tijolo, característica do nosso património industrial em edifício em obras em pleno Bairro de Alfama; -----

-----Vem o Fórum Cidadania expor a situação da má prática continuada e EDP, EPAL e PT na colocação das respetivas faixas de distribuição na via pública;-----

----- Veio o Fórum Cidadania, alertar no seguimento do roubo de azulejos, de um dos conhecidos painéis figurativos publicitários para a necessidade urgente de se combater de uma vez por todas o tráfico ilegal de azulejos; -----

----- Todos estes documentos poderão consultados na Mesa. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Segunda-Secretária. Eu atrevia-me a sugerir aos Serviços que enviassem o Expediente que veio do Serviço Municipal de Proteção Civil relativo às alterações do Plano Operacional Municipal à 8ª Comissão, porque penso que pode ter interesse a 8ª Comissão tomar conhecimento em concreto deste Expediente, porque pode ter interesse em apresentar algumas, alguns contributos ou sugestões, sobre estas alterações ao Plano Operacional Municipal.-----

----- Estou a ver o Senhor Presidente da 8ª Comissão a acenar-me que concorda com isso e assim se fará. Já receberam, tanto melhor! -----

----- Senhores deputados, vê-se que estive ausente e, portanto, não pude verificar se isso tinha sido feito ou não. -----

----- Senhores Deputados e Senhoras Deputadas vamos agora entrar na apreciação das Atas. Na Ata 13, tenho aqui uma indicação na Mesa que o Partido Comunista tem aqui umas alterações que depois entregará, correto? São alterações nas vossas falas, não é na votação, é nas falas. Muito bem, tem todo o direito de o fazer e penso que o princípio nestas coisas é sempre o mesmo, os autores de cada uma das falas têm sempre o direito de corrigir essa fala na versão final da Ata para que as coisas fiquem corretamente feitas e isso não é passivo de ser discutido por mais ninguém, só o próprio é que sabe se deve corrigir ou não e, portanto, aceitamos essas correções sem qualquer dificuldade. E nessas condições eu ia pôr à votação a **Ata 13, de 06 de março de 2018**, com estas correções numa fala do Grupo Municipal do PCP, as que

ele próprio irá apresentá-las aos Serviços com esta chamada de atenção. Não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião. -----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n. ° 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação das Atas 13, 17 e excerto da Ata 18, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 13 Sessão Ordinária- Segunda Reunião, realizada em seis de março de dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Patrocínia César (PS), Nuno Firmo (PS), Carlos Barbosa (PSD), Mafalda Cambeta (PSD), Diogo Moura (CDS-PP) João Carlos Pereira (PCP), Beatriz Gomes (BE), Raul Santos (MPT), Aline Beuvink (PPM) e Paulo Muacho (IND). -----

----- Agora passamos à **Ata 17, que é do dia 5 de abril de 2018**. Vou pôr à consideração, não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião. -----

----- Ata n.º 17 Sessão Extraordinária, realizada em cinco de abril de dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Artur Miguel Coelho (PS), José Cardoso Alves (PS), José Barbosa Borges (PS), José Almeida Leitão (PS), Manuel Lage (PS), Maria da Graça Ferreira (PS), Pedro Simões Alves (PS), Silvino Esteves (PS), Pedro Tadeu Costa (PS), Carlos Barbosa (PSD), Mafalda Cambeta (PSD), Ana Maria Mateus (PSD), Luis Newton (PSD), Nuno Firmo (PSD), Diogo Moura (CDS-PP), Gonçalo Vassalo Moita (CDS-PP), João Carlos Pereira (PCP), Fábio Sousa (PCP), Graciela Simões (PCP), Beatriz Dias (BE), Mário Freitas (MPT), Ana Gaspar (IND), Maria Teresa Craveiro (IND) e Helena Roseta (IND). -----

----- Temos ainda que aprovar um **Excerto de uma Ata, da Reunião 18, do dia 10 de abril de 2018**, portanto, bem recente mas que tem a ver com a Proposta de Aquisição das Ações das Águas do Tejo Atlântico, nós temos que enviar a **Ata para o Tribunal**, para a Câmara para ser enviada ao Tribunal de Contas, portanto, vou pôr à consideração este Excerto da Ata. Não há votos contra nem abstenções. O Excerto está aprovado por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião. -----

----- Excerto da Ata n.º 18 Sessão Extraordinária, realizada em dez de abril de dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Pedro Simões Alves (PS), Davide Amado (PS), Nuno Santos Silva (PS), Ana Margarida Morais (PS), José Roque Alexandre (PS), Carlos Barbosa (PSD), Nuno Firmo (PSD), Gonçalo Vassalo Moita (CDS-PP), Francisco Rodrigues Santos (CDS-PP), João Carlos Pereira (PCP), Fábio Sousa (PCP), Beatriz Gomes Dias (BE), Raul Santos (MPT) e Helena Roseta (IND). -----

----- Terminámos a aprovação das Atas.-----

----- Senhores Deputados, antes de vos dar a palavra para as intervenções do PAOD, informar que está previsto na Ordem de Trabalhos de hoje, tem que ser assim por Lei a Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança, que não puderam estar presentes na anterior convocatória. Alguns estão já presentes na Sala, aquilo que eu iria propor, se não visse inconvenientes, é que os Serviços à medida que forem chegando Membros do Conselho Municipal de Segurança, os encaminhem para a assinatura dos Termos de Posse sem termos necessidades de estar a interromper os nossos trabalhos e assim prosseguiremos para termos o máximo de Termos de Posse assinados, naturalmente, em público e aqui presentes, se alguém tiver dúvida, poderá fiscalizar a assinatura na respetiva mesa do serviço. Estão de acordo com este procedimento? Se ninguém objeta assim se fará e, portanto, eu peço aos Serviços, aos Senhores Membros do Conselho Municipal de Segurança que já estão presentes que possam desde já ir assinar os respetivos Termos de Posse.-----

----- Posto isto, agora sim, a Mesa tem aqui muitas inscrições e vamos a isto, sendo que a grelha foi acrescida dos 3 minutos que eu há pouco anunciei.-----

----- Vamos então dar a palavra aos Senhores Deputados. Recordo o que há pouco disse, portanto, quando chegamos no final das intervenções, quando chegarmos às votações, nós vamos fazer um primeiro bloco de votações, só com os votos apresentados relacionados com o 25 de Abril e o 1º de Maio, e só depois de votados esses votos e que entramos nos restantes Votos, Moções e Recomendações sobre todas as outras matérias, para temos destacadas aqui as matérias relacionadas com estas duas datas tão importantes para todos nós, Vamos a isto então.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Caros Municípes.-----

----- No dia 25 de Abril de 1974 fez-se história em Portugal, a história de um povo que se revoltou, lutou, resistiu e venceu.-----

----- Portugal levantou-se da miséria, da censura, da tortura e do fascismo. Reergueu-se de 48 anos sombrios e fez-se sol para um povo inteiro. Aquela madrugada de sol e de cravos trouxe-nos a liberdade, a democracia, a justiça social, a paz e a esperança.---

----- O 25 de Abril não foi apenas um dia, foi o início de uma revolução que se constrói todos os dias, porque o futuro do país passa por Abril, por muito que custe a alguns aceitar.-----

----- E se pelo nosso país têm pairado nuvens que trazem retrocessos, roubam direitos e qualidade de vida, o povo tem sabido travá-las e assim continuará, tal é a força de querer um país melhor. Por cada passo atrás, daremos dois em frente para defender e aprofundar as conquistas da Revolução dos Cravos.-----

----- Comemorar Abril hoje é relembrar que não permitimos que nos retirem os direitos duramente conquistados: o direito à saúde, à educação, à habitação, ao emprego, ao poder local democrático e ao ambiente, consagrados na Constituição da República, uma conquista fundamental do 25 de Abril.-----



----- É exigir respostas aos problemas do país e das pessoas, é defender a recuperação da soberania nacional, o fim de várias formas de ingerência e submissão, é reforçar os serviços públicos e aprofundar a reposição de rendimentos. -----

----- Também o 1º de Maio faz parte da história colectiva e após 132 anos da luta dos operários de Chicago, o Dia Internacional do Trabalhador mantém todo o seu significado e actualidade. -----

----- Comemorar o 1º de Maio é celebrar e honrar a luta dos trabalhadores, é não permitir que o direito ao trabalho, um direito fundamental do Portugal de Abril, seja posto em causa.-----

----- É dizer não à fragilização dos trabalhadores e a quem vê no trabalho uma forma de exploração. -----

----- Hoje continua a ser urgente fazer história, cumprindo Abril e Maio, que são feitos de vontade colectiva e de um querer tão grande que transformou em realidade o que parecia impossível. -----

----- Os Verdes homenageiam e saúdam todos os que lutaram e lutam por um país mais justo e amanhã, 25 de Abril, e no 1º de Maio estaremos na rua, com o povo, a celebrar e a lutar por uma vida melhor para todos. -----

----- Os cravos semeados em 74 por muitos homens e mulheres floriram e estão hoje espalhados por muitos, muitos mil e amanhã seremos muitos, muitos mais. -----

----- Viva o 25 de Abril! Viva o 1º de Maio!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhores Deputados, nós vamos dando a palavra ao Senhor Deputado Municipal José Leitão do Partido Socialista, alguns Grupos farão a intervenção toda de uma vez e outros estão a separar, é ao vosso critério, não temos qualquer problema, portanto, todos terão a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Cidadãos e Cidadãs. -----

----- Temos motivos para celebrar em festa o 25 de Abril e o 1º de Maio, porque o Portugal de hoje é muito diferente do Portugal amordaçado de que foi Mário Soares num dos melhores livros escritos sobre os anos do fascismo. -----

----- Quem era jovem nesse tempo, não esquecerá esse dia inaugural, inteiro e puro, nas palavras de Sophia, que foi o 25 de Abril, o qual, parafraseando Sérgio Godinho foi “o primeiro dia do resto das nossas vidas”. -----

----- Devemos uma palavra de gratidão e homenagem a todos os que foram perseguidos, afastar os seus empregos, expulsos das Universidades, presos, demitidos e até se assinados, como Humberto Delgado, ou nalguns campos como o Tarrafal, bem como os Capitães de Abril, que nos libertaram do fascismo. -----

----- Permitam que homenageie todos os Membros do MFA, invocando dois Militares de Abril falecidos prematuramente, Salgueiro Maia e Melo Antunes, a quem tanto devemos! -----

----- Temos motivos de celebrar em festa o 25 de Abril e o 1º de Maio, porque estamos na fase de recuperação de direitos que os anos sombrios que antecederam o atual Governo do PS nos tinham retirado. -----

----- O Governo do PS apoiado em acordos com os outros Partidos de Esquerda tem vindo a melhorar a vida dos portugueses, de que são exemplo, a diminuição do desemprego, o aumento do salário mínimo, que a subir de novo este ano, o fim dos cortes sobre os salários e pensões, o investimento no Serviço Nacional de Saúde, o houvesse na universalização do ensino pré-escolar, a reposição de feriados, o travar o processo de privatização dos transportes públicos! -----

----- Celebrar hoje o 25 de Abril e o 1º de Maio é concretizar novas ambições, com o combate consequente à precariedade laboral, o alargamento da paridade de género na vida política e na administração das empresas do setor público e empresarial do Estado, incluindo as Autarquias Locais, bem como o combate firme à desigualdade salarial entre homens e mulheres, mas é também comprometermo-nos com novas metas de maior justiça e igualdade de oportunidades. -----

----- Numa cidade como Lisboa, que atravessa um momento sem precedentes de desenvolvimento económico, celebrar o 25 de Abril é também dar voz às angústias e às legítimas esperanças dos que têm sido vítimas das Leis das Rendias, ouvimos aqui há pouco palavras muito expressivas, é intolerável imenso sofrimento e o desespero que tem atingido tantos milhares de cidadãos, vítimas de despejo, muitos deles idosos e fragilizados física e economicamente, uma Lei que tem igualmente contribuído para destruir elementos essenciais da cultura da cidade atingindo nomeadamente livrarias e alfarrabistas! -----

----- Celebrar o 25 de Abril neste contexto é também saudar a proposta de Lei de Bases da Habitação que, de acordo com a metáfora da Helena Roseta “pretende transformar os tanques do 25 de Abril em casas”, o Programa Municipal da Renda Acessível, no quadro do qual se procedeu à adjudicação dos primeiros 106 novos apartamentos, desta geração de políticas de habitação municipal para a classe média com rendas entre 100 e 350 euros. -----

----- A nova geração de políticas de habitação, ontem anunciadas pelo Primeiro-Ministro que tem como meta, assegurar uma casa condigna para todos até 2024! -----

----- Celebrar o 25 de Abril não é apenas olhar para trás para ver o caminho percorrido, é principalmente definir novas metas para que se possa dizer de nós, como no verso de Sophia “navegavam sem o mapa que faziam”. -----

----- Queria dizer que a Moção, naturalmente do PS, é subscrita por todos os Deputados, para além daqueles que a subscreveram inicialmente, nomeadamente pelas Senhoras Deputadas Natalina Moura e Simoneta Luz Afonso, e que iremos votar favoravelmente, embora tenhamos divergências com vários pontos e vários textos de todas as Moções relativas ao 25 de Abril. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa-tarde a todos e a todas. Permitam-me antes de mais que comprimente forma abreviada na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Deputados Municipais, Público presente e órgãos de comunicação social.-----

----- Comemoramos amanhã o 25 de Abril de 1974, data da libertação política do povo português, após quase meio século de ditadura e obscurantismo, pelas mãos dos Capitães de Abril. Evocar a memória de Abril é honrar o legado que herdámos, não só do gozo dos nossos direitos civis ou políticos, como também da liberdade de expressão ou de pensamento crítico, valores que não eram possíveis até então, mas é também um desafio de mantermos vivos os valores da democracia e da liberdade, tantas vezes ameaçados pelas guerras que persistem aos dias de hoje e pelos modelos marcadamente economicistas em que assentam o desenvolvimento das sociedades.-----

----- Em 2022 dentro de apenas quatro anos teremos percorrido em democracia, tanto tempo como que percorremos em ditadura, fez-se muita coisa acertada e outra tanta errada e é altura de atualizarmos os nossos objetivos da libertação e bem-estar social, dando continuidade aos valores e aos ideais de Abril! -----

----- Vivemos tempos conturbados um pouco por todo o mundo, nos quais vemos aumentar a passos largos atos de xenofobia, racismo, homofobia, misoginia, nos quais se fecham fronteiras, se reguem muros e se reinstalam regimes ditatoriais, alienando direitos que alimentam as guerras e subjugam comunidades e populações. -----

----- Abril é direitos humanos e direitos sociais e não podemos deixar de nos questionar sobre a nossa real situação atual, nacional e planetária, e o que fazer para ultrapassar? Vivemos uma época cheia de contradições, nunca os povos estiveram tão abertos à cooperação internacional e nunca estiveram tão sujeitos aos caprichos de líderes eleitos pelo medo e pelo ódio, pondo em causa projetos de paz com décadas, como a construção europeia, muito por culpa da sujeição a interesses alheios, aos interesses da população com sinais preocupantes desagregação. -----

----- O capitalismo triunfante tem ultrapassado todas as regras de bem-estar social conquistadas no século passado, voltámos ao tempo da “jorna” e nalguns casos até ao segundo, numa perspetiva produtivista que vem descuar valores humanistas e da pessoa humana, como a do seu tempo para si próprio, para a família, para o descanso e para o lazer, não se assume a necessidade de cuidar de todos, assim como da nossa casa comum, e Abril é também cuidar da nossa casa comum! -----

----- Estamos em pleno antropoceno, com a sexta extinção em massa de diversidade de vida no planeta e os efeitos devastadores das alterações climáticas, como a seca extrema e a escassez de água, a falta de consciência holística que faz com que pessoas e animais não humanos sejam tratadas de forma utilitarista ao serviço da produção, desrespeitando a sua essência profunda, sucedendo o mesmo com os ecossistemas e com a natureza em geral, timidamente temos visto reconhecidos alguns direitos aos animais, nossos companheiros de jornada, como a conquista de há um ano, um marco histórico assinalado precisamente em 1º de Maio, com a aprovação do Estatuto Jurídico dos Animais, mas a libertação que carecemos hoje é também a libertação global da vida na Terra, o fim de todas as barbáries executadas contra seres humanos,

sejam eles perpetrados na Síria ou em Gaza, ou até mesmo relativamente aos animais, libertando as grilhetas que ainda hoje os martirizam, utilizando-os para espetáculos de entretenimento, com a falta de compaixão para com os animais de produção. -----

----- Quanto à natureza, queremos que apenas as grandes catástrofes, com os saltos de consciência que originam, travando de alguma forma a lógica produtivista, mas pessoas-animais-natureza encontra-se no meio de uma crise que a todos atinge e que importa, por isso refletir: que Abril queremos projetar para o futuro? -----

----- A libertação que carecemos todos nós nos dias de hoje já não é apenas uma libertação política ou social daquilo que comemoramos desta data, embora esta tenha ainda um longo caminho para percorrer não obstante os direitos alcançados, vivemos numa sociedade que ainda subjuga os valores ambientais e bem comum à ditadura dos agentes económicos, que desiste os seus recursos naturais, que os desvaloriza, que os omite e que os relega para um futuro insustentável! -----

----- Precisamos, por isso, de uma nova consciência social e ética, assente na renovação dos valores de Abril, em respeito também pela natureza no seu todo planetário, contra o jugo do produtivismo, reconhecendo-lhe direito inatos, cujo desrespeito poderá levar em última análise à destruição do nosso próprio habitat. -----

----- Todos precisamos de todos e em respeito por cada um, um mundo melhor não pode ser feita à custa de uma das suas partes, urge construir um mundo mais liberto e compassivo, começando por nós e pela Europa. -----

----- Fazemos jus ao Hino à Alegria, o hino da União Europeia, e lembramos hoje nesta data que aqui evocámos “Oh amigos, mudemos de tom, entoemos em tom algo mais agradável e cheio de alegria, abracem-se milhões de seres e enviem este beijo para todo o Mundo numa Ode a Abril, a ânsia de liberdade está viva, glória ao passo dado em 25 de Abril, honrar a memória de Abril não pode ser, no entanto, uma mera evocação coletiva de direitos conquistados, mas sim, um desafio constante que nos é colocado em primeira forma de vigilante permanecemos”, como diria Érico Veríssimo, “e que saibamos que não desertamos do nosso posto e ainda por conquistar, lá chegaremos e alcançaremos esses direitos”. -----

----- Abril tem de ser vivido todos os dias e face aos desafios que hoje enfrentamos não duvidemos que precisamos de uma Nova Alvorada, 44 anos passados importa lembrar a importância destes valores de Abril, se não mantêm bem presente entre todas e todos nós, membros ativos da sociedade civil com papel acrescido de responsabilidade, importa repetir, Abril é a Democracia! Abril é de liberdade! Abril é igualdade! São direitos humanos e sociais! Abril é a sustentabilidade! Abril não é violência! Viva o 25 de Abril e viva a liberdade! Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Raul Santos (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Colegas Deputados, Restante Audiência. -----

----- Passam-se amanhã 44 anos sobre aquela madrugada improvável, a madrugada que pôs fim a um regime opressor, medíocre, castrante, a ditadura do culto da mediocridade.-----

----- Passam amanhã 44 anos sobre a queda de um regime de perseguições políticas, de prisões, de torturas, de fomes e de misérias, sem liberdade de expressão, porque vocalizar o que se ousava pensar aterrorizava quem não sabia que o “*pensamento nunca se prende, que o sonho é uma constante da vida*”.-----

----- Passam amanhã 44 anos sobre a queda de um regime em que o que não era obrigatório era proibido.-----

----- Quarenta e quatro anos, sobre aquela madrugada em que se abriram as portas para o sonho entrar, de mãos dadas com a liberdade e a esperança.-----

----- Durante este tempo Portugal construiu-se, reconstruiu-se, aprendeu a democracia, lutou por ela – mas ainda anseia por ela.-----

----- Desenganem-se os que pensam que as conquistas são factos adquiridos, irreversíveis.-----

----- O monstro mudou!-----

----- Hoje, as ameaças às conquistas de Abril reconfiguraram-se no delírio da comunicação em tempo real, na tentação securitária que conjuga o “big brother” de Orwell em “1984”, com o apagar da História de Bradbury em “*Fahrenheit 451*” e com a falsa felicidade forjada das prisões sem paredes do “Admirável Mundo Novo” de Aldous Huxley.-----

----- As ameaças surgem daqueles que querem dominar as nossas vidas, os nossos anseios e os nossos sonhos.-----

----- O MPT pugna pela defesa e aprofundamento de uma Democracia cada vez mais interventiva e pela defesa do Bem-Estar Humano, só possível com Liberdade, Segurança, Condições Materiais Básicas, Saúde, Boas relações Sociais e Liberdade de Escolha.-----

----- Pugna por respeito pelas identidades de género, pela total integração das etnias e culturas que tanto enriquecem a diversidade humana do nosso país, pelo respeito ético do bem-estar dos animais que connosco coabitam e que para muitos são a família que lhes resta.-----

----- Pugna também por uma Europa de Paz, cooperativa, solidária, no respeito pela Convenção Europeia dos Direitos Humanos.-----

----- Somos humanistas e somos ecologistas.-----

----- Estamos convictos de que o bem-estar dos ecossistemas é o bem-estar das pessoas.-----

----- Estamos convictos de que a Natureza não se compra nem está à venda, que nos pertence a todos, que é inalienável, que é o bem mais precioso que podemos deixar às futuras gerações.-----

----- Estamos convictos de que, num projecto humanista activo como é o nosso, é preciso aprofundar a Democracia nas suas quatro vertentes: Económica, Política, Cultural e Biológica.-----

----- O MPT luta igualmente pelos menos aptos a sobreviver num mundo que caminha demasiado depressa para a maioria de nós. -----

----- E temos que estar sempre atentos, como nos diz Helena de Sousa Freitas, porque “*o tempo passou e um cravo rubro, solitário, ficou na estrada tombado*”. -----

----- Abril não nos trouxe liberdade de pensamento - essa sempre tivemos e por ela fomos perseguidos, presos, torturados e até morremos. -----

----- O que Abril nos trouxe foi liberdade para lutarmos pelas nossas convicções, por aquilo em que acreditamos. -----

----- O MPT surgiu dos sonhos e convicções de um homem de causas, Gonçalo Ribeiro Telles. E é por causas que o MPT pugna. É por causas que o MPT sonha. E só pode sonhar porque Abril o permitiu. A nós, e a todos. -----

----- Sérgio Godinho disse que: -----

----- *Só há liberdade a sério quando houver* -----

----- *A paz, o pão, habitação, saúde, educação.* -----

----- *Só há liberdade a sério quando houver* -----

----- *Liberdade de mudar e decidir.* -----

----- Para todos acrescentamos nós. Atrevamo-nos, pois, a continuar a sonhar. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Excelentíssimos Senhores Deputados; Excelentíssimos Senhores Vereadores; Excelentíssimos Senhores profissionais da comunicação social aqui presentes; Minhas Senhoras e meus senhores. -----

----- Faz amanhã quarenta e quatro anos que Portugal se uniu para de forma quase pacífica criar um regime democrático e assim alcançar o propósito de uma sociedade mais justa e mais próspera. -----

----- Num curto espaço de tempo, entre outras medidas, foram libertados todos os presos políticos, procedeu-se à imediata abolição da censura e do exame prévio, foi devolvida a liberdade de reunião e associação, a liberdade de expressão, foi concretizada a independência do poder judicial tendo sido também assumida a convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Constituinte. -----

----- Faz amanhã quarenta e três anos, que a população portuguesa votou pela primeira vez na sua história através de um sufrágio verdadeiramente universal e livre. O povo português compareceu em massa às mesas eleitorais, sabendo que naquele dia 25 de Abril de 1975 estava a fazer história, participando massivamente no acto eleitoral, ocorrendo nessa ocasião uma taxa de participação de 92%. -----

----- A liberdade e a democracia, retomadas pelo Povo Português a partir do 25 de Abril de 1974, constituem o fundamento do regime actual. Mas a liberdade, só por si, não soluciona problemas. -----

----- São os cidadãos; somos todos nós que, munidos da liberdade como um instrumento, somos capazes de transformar a realidade; escolher o nosso próprio destino – acolhendo as soluções mais desejadas pelos portugueses e sufragadas nas urnas. -----

----- Comemorar o 25 de Abril de 1974 fará sempre parte da tradição de todas as gerações e apesar de definitivamente existirem múltiplas e antagónicas visões dessa feliz madrugada, não devemos ter menos orgulho desse “*dia inicial, inteiro e limpo, onde emergimos da noite e do silêncio*”, como tão bem o descreveu a sempre eterna e assertiva Sophia de Mello Breyner Andresen. -----

----- O 25 de Abril não é dos partidos da esquerda, nem dos partidos da direita, mas sim de todos os portugueses. -----

----- A feliz revolução foi feita para todos os portugueses sem excepção. O país continuar mergulhado em preconceitos ideológicos bafientos, quase sobranceiros, em nada tem ajudado ao longo dos anos à consolidação da nossa necessária e ambicionada democracia. -----

----- Assinalar e difundir os valores fundamentais que foram consensualizados ao longo destes quarenta e quatro anos de convivência democrática, em especial os valores da dignidade, da liberdade e da democracia na construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária é uma obrigação para todos os portugueses. -----

----- Comemorar o 25 de Abril e expurgarmo-nos de velhos vícios de pensamento será sempre uma boa forma de eliminar os quase sempre pré-definidos preconceitos ideológicos. -----

----- Cumprir Abril é uma tarefa sempre inacabada. Cumprir Abril é persistir em mudar. Cumprir Abril é o contrário de “*deixar correr, deixar andar*”. -----

----- Enaltecer e comemorar esta data é continuar Abril, na perspectiva do compromisso histórico assumido em 1974. Significa assumir uma tarefa quotidiana que exige o esforço conjunto de todos nós, tendo os jovens como agentes determinantes da mudança de mentalidades e do aperfeiçoamento do regime democrático em que vivemos! -----

----- Registar os quarenta e quatro anos do 25 de Abril deverá ser uma responsabilidade, acrescida, de todos os que exercem (ou exerceram) funções políticas, com especial destaque para os que o fazem (ou fizeram) nas autarquias locais. -----

----- O poder local democraticamente eleito é, e será sempre, uma das grandes conquistas do 25 de Abril, pelos efectivos e fortes laços de proximidade na resolução real dos problemas e na concretização dos anseios das populações. -----

----- Viva o 25 de Abril, viva a democracia, viva Portugal! Tenho dito.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Beatriz Dias (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Olá a todos, boa-tarde. Boa-tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Deputadas e Público. -----

----- Nós estamos a celebrar o 44º aniversário do 25 de Abril. Esta data é uma data de uma grande importância para todos nós, pelo seu simbolismo, mas também pela transformação social que esta data configurou. -----

---- No 25 de Abril de 1974, houve conquistas fundamentais que modelaram toda a nossa história coletiva e a forma como nós hoje vivemos, essas conquistas traduziram-se numa vitória da democracia e da liberdade, contra a opressão e contra o fascismo.---

----- Conquistou o direito a votar, o direito do voto, conquistou-se o Estado Social robusto que construiu uma escola pública universal, que se massificou para todos os cidadãos de Portugal, conquistou-se também o direito à habitação para todos, a Segurança Social, o direito ao trabalho e ao salário, o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical.-----

----- Estas conquistas de Abril que fazem parte da nossa história coletiva e são de uma grande importância, não são conquistas irreversíveis e é preciso continuar a lutar para que a democracia e a liberdade, que foi conquistada neste período, não seja perdida e que possa ser aprofundada ao longo do tempo, é preciso que hoje em Portugal se continuou a trazer e a ter a matriz de Abril como plano de organização.-----

----- Nós temos que continuar a pensar nas desigualdades que existem, o Observatório da Desigualdade apontou que, nos últimos 10 anos, a desigualdade tem aumentado em Portugal, o que tem se tem traduzido numa, tem afetado principalmente as populações mais vulneráveis, esta desigualdade cresceu como consequência dos períodos de crise económica e social que o país viveu e esta deve ser combatida para que a liberdade e a democracia possa verdadeiramente existir. -----

----- Por outro lado, nós continuamos a ter as várias discriminações de género, de orientação social, discriminação étnica ou racial que continuam a afetar um grande número de pessoas que vivem em Portugal. Estas discriminações a traduzem-se em estereótipos que permitem a discriminação e a desigualdade, nós devemos pensar na forma como estas ideias estereotipadas permite-nos olhar e construir a ideia do outro e o modo como isto inviabiliza a prática e a fruição da democracia, portanto, impedindo o acesso a direitos de cidadania e também retira a capacidade de participação a inúmeros cidadãos. -----

----- A discriminação étnica/racial que existe em Portugal retira da cidadania portuguesa um grande número de portugueses nascidos em Portugal, estes devem ser considerados cidadãos nacionais e deve ser garantido a nacionalidade portuguesa a cidadãos nascidos em território nacional. -----

---- As políticas de imigração que existem em Portugal também criam inúmeras dificuldades aos imigrantes, estes que contribuem para o desenvolvimento do país, pagando os seus impostos têm os seus direitos de cidadania também reduzidos. -----

----- Estas situações devem ser corrigidas, porque uma das pedras basilares de Abril é a capacidade de representação política, que deve ser garantida a estes cidadãos que vivem em Portugal, portanto, é importante que aqueles que vivem em Portugal que pagam os seus impostos em Portugal, que possam ter o direito a eleger e a ser eleitos. -



----- Por outro lado, também é extremamente importante como conquista de Abril a luta contra a precariedade, a precariedade laboral tem sido uma forma de redução dos direitos de liberdade e também um entrave à democracia.-----

----- Por outro lado, é fundamental que um trabalho efetivo corresponda um contrato de trabalho., portanto, é necessário olhar para os entraves que estão a ser colocados à regularização extraordinária dos precários, das pessoas em situação precária, de precariedade, possam ser incluídos no seu com contrato de trabalho, é preciso defender o direito ao trabalho, portanto, o trabalho com direitos! Terminei.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Eu ia agora passar a palavra já ao próximo Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Caros Vereadores, caros Deputados Municipais, Caro Público, Caros Funcionários Camarários. -----

----- Em primeiro lugar dizer que o CDS saúde estes 44 anos que se celebram após o 25 de Abril de 74, de um Abril que consagrou a plena liberdade para todos e não de Abril sectário, de um Abril que restaurou os direitos civis e políticos e que permitiu as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte, onde o povo democraticamente demonstrou que não queria mais ditaduras. -----

----- Nem todos entenderam e respeitaram a vontade popular, pelo que só foi possível recentrar Portugal no justo caminho da democracia, da liberdade e da tolerância a 25 de Novembro de 75. -----

----- De um Abril que conduziu ao conhecimento internacional Portugal e a adesão à Comunidade Económica Europeia, de um Abril que incontestavelmente trouxe o desenvolvimento e o pluralismo político, económico e social, que transformou o nosso País. -----

----- De um Abril intemporal, um Abril sem donos, o da liberdade sem tutelas nem superioridades morais que não está terminado, nunca estará, mas que nos permite ser construtores e responsáveis pelo nosso destino. -----

----- Celebrar Abril é defender diariamente a democracia dos perigos e desafios provocados pela descredibilização do sistema político, que leva à crescente abstenção eleitoral e à desconfiança de vastos setores da população, impelindo-os para as propostas populistas da extrema-esquerda e da extrema-direita. -----

----- Celebrar Abril é pois a busca de inspiração permanente dos valores intemporais e duradouros que o dia 25 nos legou...Identificam-se, já percebi! É identificar e combater todas as formas de injustiça, corrupção, segregação, despotismo e obscurantismo! E porque dentro de dias se celebra o 1º de Maio é também o momento a recordar que um Portugal mais rico, solidário e justo, só é possível que o empenho e o contributo todos, do Estado, dos empresários e dos trabalhadores. -----

---- E de lembrar também que na democracia, principalmente em Lisboa, o papel que esta Assembleia Municipal tem tido na participação cidadã participativa dos nossos cidadãos e dos grupos informais que representam os lisboetas e, portanto, aqui nós

também temos um papel muito importante naquilo que é o viver a democracia e viver a liberdade.-----

----- E celebrar Abril e também lutar na esfera pública, como na privada por uma sociedade evoluída, informada, responsável e inclusiva. -----

----- E, por fim celebrar Abril é para quem faz serviço público, como nós que somos autarcas, no mandato conferido pelo povo, a redobrar a responsabilidade de zelar pelo bem comum e dignificar, por exemplo, ou pelo exemplo, a missão que nos foi confiada.-----

----- Senhor Presidente, penso que temos que fazer apenas uma intervenção, não é?”---

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Pode fazer duas, é como quiser Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra continuou:-----

----- “ Mas pelo mesmo Deputado só uma! Obrigado Senhora Presidente”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vai fazer só uma? Muito bem... Mas quer fazer já de seguida? Ou faz depois na segunda ronda o resto? Se é sobre outros temas pode fazer depois no fim, quando chegar a sua vez. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, então faço depois.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Querida Presidente da Assembleia, Caríssimas Secretárias, Vereadores, Caríssimos Deputados e Deputadas, Cidadãos e Cidadãs presentes.-----

----- Falar de Abril é de facto, sempre falar de alegria, falar de comoção e falar dessa esperança trabalhada por todos!-----

----- Eu tenho a certeza que aqui, e estou a ver ali o Gonçalo, independentemente de outras questões que talvez nos desunam, eu tenho a certeza absoluta que este trabalho que em conjunto fazemos nas Autarquias, é para mim esta marca de Abril, que foi deixada pelo trabalho imenso das Autarquias! Imenso, das Autarquias, enfim, de que agora a nossa querida Presidente é fruto, com essa formidável Lei da Habitação, que vai projetar de novo equidade, que vai projetar de novo a inclusão, portanto, dizia eu que este trabalho é um trabalho de Abril e do que Abril significa, pura e simplesmente e singelamente é isso, é união, é pormos em comum aquilo que temos e temos tanto, não é? Temos tanto em comum! E aí deixar um pouco de parte aquilo que nos desune!

----- Eu penso que é essa a mensagem de Abril, tantos anos depois, em que tem que haver necessariamente apaziguamentos em nós, porque senão nunca mais construímos história, estamos aqui e vamos continuar a construir história por Abril, pelo futuro, por todos nós, e por quem virá a seguir e celebrará certamente de outra maneira, se calhar, talvez não numa Manifestação, esse Abril imenso, generoso e que nos marca para sempre! Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada. -----  
----- Senhores Deputados, a generalidade dos Grupos estão a fazer intervenções separadas, o Grupo do PCP tem uma intervenção conjunta, portanto, no final deste bloco sobre o 25 Abril iremos dar a palavra ao Senhor Deputado Modesto Navarro, que fará a sua parte do 25 de Abril e continuará, entrará, portanto, já na segunda ronda com o mesmo discurso.”-----  
----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.-----  
----- Comemoramos hoje o dia que conseguiu repor os princípios básicos das sociedades contemporâneas civilizadas, a liberdade de expressão, as férias pagas, a criação do salário mínimo nacional, a regulamentação e redução do horário de trabalho, a escola pública, a Segurança Social, o Serviço Nacional de Saúde, o acesso livre à justiça, conquistas que contribuíram para melhorar significativamente a qualidade de vida da população portuguesa que passou também a poder contar com bens essenciais como a energia elétrica, saneamento básico e comunicações. -----  
----- Calma Senhor Vereador! Eu mais logo falarei consigo! -----  
-----O 25 de Abril pôs fim a um regime não democrático, decadente ultrapassado e que, fundamentalmente não soube compreender a evolução natural do homem e da sociedade moderna. Contudo, hoje, 44 anos passados da revolução, não podemos ficar presos a discursos emocionais e a ideias pré-concebidas construídas ao gosto e personalidade da ideologia de cada um!-----  
----- O Estado Novo surgiu como bem o sabemos como uma resposta à anarquia e desordem instauradas pela 1ª República, dois anos após um violento e dramático regicídio! Em 1910, o Partido Republicano tinha apenas 7 deputados que representavam pouco mais de 5% da população, a república é um regime que nunca foi sufragado!-----  
----- Nenhuma ditadura é boa, nenhuma ditadura é aceitável, é profundamente injusta a associação dos Monárquicos ao Estado Novo, a figura de Salazar conseguiu em 1938 que o próprio Paiva Couceiro participasse em conspirações com republicanos para derrubar o ditador. -----  
----- Por outro lado ligaram-se à oposição várias organizações realistas, como o Movimento Popular Monárquico de Gonçalo Ribeiro Telles, a renovação portuguesa de Henrique Barrilaro Ruas, a Liga Popular Monárquica de João Vaz de Serra e Moura, acabando mesmo por surgir nas eleições de 1969, na única vez em que se apresentaram três candidaturas oposicionistas a Comissão Eleitoral Monárquica, que preconizava a ideia de um Rei livre, este grupo viria a unir-se na convergência monárquica que logo após o 25 de Abril de 1974, se legalizou como PPM.-----  
----- Apesar do princípio republicano ter ficado bem claro na Constituição de 1976, muitos políticos monárquicos foram desempenhando importantes funções na 3ª República, além do PPM ter participado nas duas primeiras coligações maioritárias que chegar ao poder, através da Aliança Democrática, houve governantes

monárquicos que militaram noutros Partidos e ainda militam, desde Francisco Sousa Tavares até Paulo Teixeira Pinto.-----

----- Em Portugal assistiu-se a uma construção histórica durante centenas de anos em que o Rei encarnava o coletivo, a monarquia é uma projeção do passado no presente, em direção ao futuro. Isso estava interiorizado e personificado pelo Rei.-----

----- Em reconhecimento de uma lealdade, não uma opção ideológica, não é por nenhum motivo político, no sentido ideológico ou programático, a Monarquia não é uma ideologia nem um programa político. Os monárquicos são contra uma chefia do Estado política, queremos uma pessoa que simbolize todo o povo e não uma parte, que possa servir de juiz e árbitro nas grandes questões nacionais. -----

----- Os monárquicos não são contra a *Res publica*, o povo deveria ser informado das vantagens e desvantagens deste sistema!-----

----- A democracia que hoje comemoramos significa, em última análise, direitos liberdades e garantias, nenhum dos atuais direitos foi concedido, todos foram conquistados! Ninguém é dono de Abril e para nós, Monárquicos, ainda falta conquistar o direito com mais de 800 anos de história, de questionar e decidir o destino de Portugal. Isso só acontecerá quando o povo quiser, porque o povo é que é o único proprietário da democracia e é por isso que estamos cá! Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa-tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Há quarenta e quatro anos marcou-se o fim de um império que nos isolava mais que unia aos povos por Portugal oprimidos. Nesse mesmo dia iniciou-se o caminho de regresso à Europa. -----

----- Hoje faltam outros vinte e cinco de abril. Um 25 de abril para a Europa, Um 25 de abril para todas as mulheres, Um 25 de abril para os refugiados, Um 25 de abril para os negros e para as minorias Um 25 de abril para todas as pessoas LGBT. Um 25 de abril para todas e todos os trabalhadores precários e independentes, e Um 25 de abril para o mundo rural. Para nós O 25 de abril é uma promessa. Não o comemoramos, porque muito do seu espírito está por cumprir. Lutamos para que se cumpra abril! -----

----- Também cento e trinta e dois anos depois da manifestação de trabalhadores nas ruas de Chicago, o 1º de Maio continua a ser um dia de luta dos trabalhadores. -----

----- A globalização e os avanços tecnológicos trouxeram novas formas de trabalhar e novas formas de explorar. Lado-a-lado com os operários fabris estão hoje precários, operadores de *call center*, enfermeiros, tradutores, seguranças privados, bolseiros, trabalhadores independentes. Não podemos ignorar hoje que as mudanças no mundo do trabalho têm deixado muitos destes trabalhadores sem direitos e sem estruturas representativas que por eles lutem. Prestamos assim aqui homenagem à luta destes e de todos os trabalhadores e saudamos todas as suas conquistas passadas e futuras. -----

----- E Viva a República!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, caro Público presente. -----

----- Há 44 anos eu estava em Caxias a esta hora e estava a ser esvaziada para entrar em novos prisioneiros na Prisão de Caxias e também de Peniche. Não foi por milagre que se conquistou o 25 de Abril, foi por muitas lutas ao longo de dezenas de anos de clandestinidade e de mortes, e vir a falar aqui do 25 de Abril como se fosse uma superfície de consumo, de grande consumo, a ouvir falar do rei que nunca é eleito, mas tem sangue azul, é de facto uma hipocrisia, não é tomar a sério a questão do 25 de Abril! -----

----- Falamos hoje da Revolução do 25 de Abril de 1974, no PAOD, na última Conferência de Representantes da Mesa e dos representantes dos Grupos Municipais em 26 de março, se não se não erro na data, mas foi a última. A senhora Presidente da Assembleia colocou a possibilidade de se realizar uma Sessão ou então incluir um ponto específico na Ordem de Trabalhos para lembrar Abril. -----

----- A situação de não haver consulta aos Grupos Municipais envolta nas decisões isoladas, não se realizou uma reunião da conferência de Mesa e de representantes dos Grupos Municipais apontada para ontem. -----

----- Ainda bem que a Senhora Presidente avançou com a proposta de mais três minutos para o PAOD, a nossa chamada de atenção aqui fica, perante a realidade tratar matérias sem a ajustada discussão que merecem. -----

----- Apresentamos uma saudação que reafirma as conquistas de Abril e esclarece o que é e deve ser o Poder Local. Aí fica nas consciências e responsabilidades. -----

----- A revolução de Abril constituiu uma realização histórica do povo português um ato de emancipação social e nacional, o 25 de Abril 1974 desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas, logo seguido de um levantamento popular que transformou profundamente toda a realidade nacional culminando uma longa e heroica luta, pôs fim aos 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos e impulsionou transformações económicas e sociais. --

----- O Poder Local é a parte integrante do regime democrático do seu sistema de poder, é uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos, um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. -----

----- As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar o Poder Local democrático, na recusa de políticas dirigidas contra o que ele representa, de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares! Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores do povo português em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República! -----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia delibere promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa, apelar aos eleitos, aos trabalhadores e ao movimento

associativo e a toda a população para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos populares.-----

----- Apresentamos uma saudação ao 1º de Maio e às lutas dos trabalhadores, é por aí que Abril recupera a sua força e vence ameaças e enganar, como essa falsa descentralização que é contra a regionalização expressa na Constituição da República, o único caminho para combater o esvaziamento e a ruína do País.-----

----- Apresentamos uma recomendação de apoio ao Vitória Clube de Lisboa e à recuperação das suas instalações desportivas, um voto solidariedade para com os trabalhadores e o povo brasileiro contra o golpe de Estado em curso no País, dito irmão e a ser abandonado ditadores.-----

----- Apresentamos um voto de condenação do massacre da população Palestiniana pelas autoridades Israelitas e outro voto condenação da agressão à Síria e em defesa dos direitos do povo sírio.-----

----- Fazemos o nosso trabalho dentro do que se tornou o funcionamento desta Assembleia que tem de prosseguir nos direitos à palavra e à intervenção democrática em defesa da dignidade e da luta do povo de Lisboa! Luta pela habitação que acaba para os reformados, trabalhadores e mais pobres, pela saúde ameaçada no serviço público, pela cultura que não seja mercantilismo e alienação.-----

----- Quanto aos documentos apresentados pelos outros Grupos Municipais votaremos contra o Voto 020/03 do CDS e o Votos 020/04 do PSD, votaremos a favor do Voto 020/10 do PPM, mas é bom recordar que a 1ª Grande Guerra nada teve de liberdade. Foi um imperialismo de adversários que se batiam pela hegemonia e que arrastaram os povos para este desastre. Jamais podemos verificar as suas figuras de proa, mas não deixaremos lembrar aqueles cujas vidas e saúde foram sacrificadas em nome dos interesses em confronto. Votaremos contra o Voto 020/14 do PPM e apresentaremos uma declaração de voto escrita.-----

----- Quanto à Moção 020/03 e Moção 020/04 do PSD, entendemos que não são credíveis de voto favorável nos termos em que são apresentadas. Na Recomendação a 020/07, do CDS-PP, pedimos a votação em separado, peço a atenção da Mesa do ponto o número 4, da Recomendação 020/07. Na Recomendação 020/08 do CDS-PP votaremos contra. Na Recomendação 020/05, estamos de acordo com a proposta do PSD e entendermos que a Câmara deve encontrar uma solução para a Livraria ao preço atual da renda. Os outros documentos serão votados favoravelmente pelo PCP. Muito obrigado pela vossa atenção.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:-----  
----- “Muito obrigada eu Senhor Deputado e vamos então dar continuidade às intervenções.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa-tarde a todos.-----

----- Para além das saudações ao 25 de Abril e ao 1º de Maio, para a reunião de hoje “Os Verdes” prepararam ainda outros 4 documentos.-----

----- Em primeiro lugar, propomos que a Câmara Municipal de Lisboa exorte o Governo, através do Ministério da Educação, para que proceda, com a máxima urgência, à requalificação da Escola Secundária do Lumiar, incluindo a integral remoção, em segurança, das coberturas em fibrocimento, criando as condições necessárias ao bom funcionamento do processo pedagógico e à salvaguarda da saúde e do bem-estar da comunidade educativa.-----

----- Estamos perante uma escola com mais de 35 anos de existência, sendo o único estabelecimento público do ensino secundário da maior Freguesia de Lisboa, que serve igualmente a Freguesia de Santa Clara, onde não existe qualquer equipamento escolar deste grau de ensino. Porém, o estado de degradação desta escola tem vindo a aumentar de forma preocupante nos últimos anos, tendo chegado a um ponto em que se tornou assaz difícil o normal funcionamento das aulas e da vida escolar dos alunos.-

----- De tal modo que a Associação de Pais das Escolas EB2,3 Professor Lindley Cintra e Escola Secundária do Lumiar tiveram mesmo de lançar uma petição que já conta com mais de 665 subscritores, onde requerem à Assembleia da República que tome as medidas necessárias para levar a cabo as indispensáveis obras de que esta escola necessita. Para o apoio à melhoria da qualidade de ensino e das questões de saúde ambiental será relevante o acompanhamento desta Assembleia, nomeadamente através da sua 7ª Comissão. -----

----- Apresentamos também uma recomendação onde se propõe que a Câmara Municipal de Lisboa assuma uma voz mais activa na reivindicação de melhores condições do serviço prestado pelo Metropolitano, para uma melhor mobilidade dos utentes, bem como pugne junto do Governo para que o Município passe a dispor de um representante no Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, como, aliás, já sucedeu no passado. -----

----- Este tipo de participação permitiria voltar a dar voz ao Município em questões como a defesa de uma mobilidade urbana integrada e mais sustentável, o aumento da qualidade geral da oferta do serviço, acelerando as inevitáveis obras de que várias estações necessitam, a garantia de acessibilidade plena para utentes com mobilidade reduzida ou condicionada, a reparação de composições paradas, a redução dos excessivos intervalos de espera, a reposição de trabalhadores em diversas áreas, entre outras medidas.-----

----- “Os Verdes” apresentam também uma recomendação para que os espaços verdes de média e grande dimensão, designadamente as árvores de alinhamento, sejam considerados estruturantes e passem a dispor de uma manutenção coerente e integrada, em particular, quando os conjuntos arbóreos se espraiam por freguesias contíguas. -----

----- Todos reconhecem os vários problemas surgidos com as responsabilidades de manutenção e poda de árvores, em particular, pelos meios e recursos que tal gestão implica. Neste contexto, o PEV repercute neste documento algumas das preocupações repetidamente expostas por vários presidentes de Junta, inclusive nas comissões da Assembleia. Em suma, propomos que se repondere considerar como estruturantes os espaços verdes de grande e média dimensão, incluindo as árvores de alinhamento de

via, de modo a ser garantida uma gestão mais equilibrada, mais equitativa e a custos controlados.-----

----- Apresentamos, finalmente, um voto de condenação pelo novo massacre encetado pelas autoridades israelitas no passado dia 30 de Março, pondo em causa a tão desejada paz na região, manifestando, desde já, a nossa solidariedade para com o martirizado povo palestiniano.-----

----- Senhora Presidente e Senhoras e Senhores Deputados, o que propomos não é nada de mais. Trata-se apenas que o Governo português cumpra as resoluções da ONU e observe as deliberações da Assembleia da República aprovadas no final de 2014, reconhecendo a soberania do Estado da Palestina, mas também que apoie as exigências da retirada de Israel de todos os territórios violentamente ocupados por uma guerra de agressão internacionalmente condenada, de modo a permitir o fim dos colonatos e o regresso das populações refugiadas. Obrigada Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Eu é que agradeço, muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Apesar de já terem passado algumas intervenções, não queria deixar de passar, depois da intervenção da Senhora Deputada, que não me está a ouvir, de lhe deixar também um grande Viva a República, que acho que é muito bonito de se ouvir nesta Câmara!-----

----- Boa-tarde a todos e a todas. Não contente com o exercício de demagogia da última Sessão, que os levou também aqui a trocar também alguns argumentos, o PSD resolveu vir hoje reforçar então a receita e se nós tivéssemos algumas dúvidas acerca da falta de noção daquela bancada, acho que com estas Moções e Recomendações perdíamos toda.-----

----- Comecemos pela Lei das Rendas, os pais da lei Cristas, portanto, têm o despautério de vir aqui fazer Recomendações sobre o tema, insistindo, nós percebemos que é uma boa estratégia insistir na mentira, a ver se ela se torna verdade depois de repetida até á exaustão, não, isso não acontece! Aqui felizmente há memórias e os lisboetas também a têm e quando votaram e aprovaram isso, e portanto, dando-vos a mais curta representação que têm, acho que provaram efetivamente, mas que era melhor que aprendessem em vez de continuarem a insistir nessa atitude e acerca da substância da questão o Grupo Municipal do Partido Socialista tem muito orgulho que o seu Executivo, que é falível como qualquer Executivo o é, pelo menos nosso, suspende quando acha que algo não está bem parando e redefinindo estratégias.-----

----- O importante é o conteúdo, como se não bastasse o despautério que eu falava, ainda mentem, porque aquilo que foi falado aqui na questão do leilão é que nada disto foi assumido pela Câmara Municipal, como o Programa de Renda Acessível, ao contrário daquilo que os Senhores Deputados querem fazer valer. A política de habitação da Câmara Municipal de Lisboa é definida e concretizada sempre pelo Executivo Municipal e não pelas Empresas Municipais, aquilo que nós sabemos é que



é público sobre o Programa da Renda Acessível é que o primeiro concurso foi aprovado agora, na semana passada e, portanto, reforçar que quem define o que é PRA e o que não é PRA não é o PSD, até podia ser o PSD, não foi assim que os lisboetas quiseram, não foi Senhores Deputados, mas a Câmara Municipal de Lisboa continua a fazer muito bem esse trabalho. -----

----- Continuando na mesma senda, ainda nos foram buscar uma Recomendação com o título de *Austeritat*, foi bonito, bonito o tema e, portanto, nesta Moção, os ideólogos do ir além da *Troika*, do colossal aumento de impostos, do incentivo à emigração dos jovens, dos cortes de rendimentos a todos os portugueses, ainda tiveram a lata de vir aqui falar nestes termos, portanto, nós a esta vamos dar a mesma resposta que o País deu, que é a rejeição e desprezo por quem sofreu, por quem vos sofreu na pele durante muito tempo, mas continuamos, porque ainda não estavam contentes! -----

----- E como ainda não estavam contentes, ainda conseguiram deixar-nos aqui algo mais triste, não esteja nervoso Senhor Deputado, a seguir pode vir cá falar! Como ainda não estavam contentes, ainda conseguiram ir um bocadinho mais abaixo que foi, eu estou aqui desde 2009 foi a primeira vez que vi, que foi uma Moção em tom irónico, e Senhor Deputado, isto é altamente lamentável que vocês aqui venham fazer uma Moção em tom irónico! Não vos fica bem, é a degradação e o desrespeito por aquilo que é este instrumento e é uma postura a nosso ver infantil e de baixo nível, que esta Assembleia não merece, portanto, aqui o conselho que vos deixamos é que cresçam, que assumam os erros do passado, que aprendam a construir e a colaborar e talvez assim consigam inverter a espiral negativa dos vossos resultados em Lisboa, é porque pode parecer estranho que eu diga isto, mas Lisboa até precisa de um PSD forte, *QB*, mas precisa de um PSD forte, pelo menos mais do que aquilo que temos visto. -----

----- Na questão da Fidelidade, a questão que é muito sensível, é uma questão de âmbito nacional que tem de ser pensada a um nível superior, não diz respeito apenas ao Município de Lisboa, a Câmara Municipal não tem obviamente meios financeiros para atuar numa escala como aquela que falamos da Fidelidade em Lisboa, neste momento, que é absolutamente inacessível financeiramente, portanto, nós queremos alertar a Câmara Municipal que, aliás, sabemos que está alerta para esta questão, dizermos que confiamos obviamente na sua superior competência, que já ficou várias vezes provada e que, portanto, aqui ficará provada apenas mais uma vez. -----

----- Votaremos a favor obviamente da questão dos espaços verdes, é o que temos feito por toda a Cidade e, portanto, nem poderia ser de outra forma. Também o apoio ao Vitória Clube de Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia do Beato têm feito um grande trabalho na resolução do problema deste Clube e portanto, faz sentido também que nos associemos ao mesmo, sinalização dos crimes contra animais, a proteção equídeos também. A representação do Município de Lisboa no Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa é também algo muito importante, tal como a memória dos nossos soldados na batalha de *La Lys*, amanhã celebramos a liberdade, portanto, vamos também celebrar estes heróis que a defenderam noutros tempos, noutras latitudes, na Europa. -----

----- Iremos votar contra, obviamente, a Recomendação acerca da Casa do Concelho de Castro Daire, uma vez que a Câmara Municipal de Lisboa, também a Junta de Freguesia de Marvila, e saudamos aqui a ambas estas instituições, já resolveram este problema e, portanto, faz todo o sentido que assim seja! E como no Partido Socialista temos muito orgulho de afirmar que somos o Partido de Abril, somos o Partido de Abril também nas nossas práticas internas e, portanto, teremos liberdade de voto nas questões de Israel e Palestina, Síria, Brasil, Rússia e Crimeia e portanto, será esse o nosso contributo para estas importantes questões de política internacional, da qual obviamente cada um de nós não deixará de se pronunciar.-----

----- Para terminar, comecei com um “Viva a República”, termino com um “Viva o 25 de Abril”! -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Muito obrigado Senhor Deputado. A Senhora Deputada ainda tem um minuto e 46, portanto, se faz favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde novamente, de forma abreviada, porque o tempo também já escasseia, em relação às duas Recomendações que o PAN traz aqui aqui hoje, para aprovação, referir de forma breve que de facto, vimos propor à Assembleia Municipal que aprove esta Recomendação no sentido da Câmara criar alguma forma de sinalização, esteja ou não associado às formas georreferenciais que existem já nos *Websites*, para facilitar que os animais possam estar perdidos na cidade sejam mais facilmente devolvidos aos seus detentores e desta forma, obviamente evitar que haja mais abandono e permitir que, no momento se abrevie logo este passo para que seja recuperado o animal. -----

----- O mesmo em relação aos maus-tratos a animais de companhia, e a outra Recomendação, em relação à questão dos equídeos que deambulam na Cidade, bem sabemos que é uma preocupação que temos presente nos dias de hoje, porque, de facto, temos muitos animais desta natureza, nomeadamente na zona das Olaias da Ameixoeira e não obstante haver também aqui competências das Juntas de Freguesia para poderem regular a apascentação de gado na cidade, a competência fiscalizadora recai sobre a autarquia e, portanto, é no sentido de se aprovar a e de se promover mais fiscalização para o lado e por outro também alguns pontos de descanso dos animais, nas zonas circundantes, obviamente, sem comprometer o edificado história que possa existir, mas desta forma comprometemos, de facto, aqui com uma Cidade de maior respeito pelos animais. -----

----- Trazemos também aqui um Voto de Pesar pelas espécies em vias de extinção e já extintas, tivemos recentemente notícia da extinção do rinoceronte branco, o único e último exemplar que existia macho da espécie, estamos de facto no Antropoceno estamos, de facto, no antropoceno, como referi há pouco, na sexta extinção em massa de uma série de exemplares da nossa biodiversidade. Se bem sabemos, o impacto que vai ter para a sobrevivência da própria espécie humana e é nesse mesmo sentido que trazemos este Voto.-----

----- O outro Voto que trazemos também, aqui de Saudação, para a campanha que está neste momento a ser desenvolvida contra os maus tratos contra as crianças, em parceria com a própria Câmara, porque entendemos, de facto, não podemos nos esquecer aqui da proteção das crianças e seu superior interesse, por uma lado louvar a Câmara e as demais entidades que estão a promover estas iniciativas, mas por outro também a própria Assembleia reconhecer a importância de promovemos mais iniciativas promotoras dos Direitos das Crianças. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhores Secretários e Secretárias, Senhores Funcionários, Senhores vereadores, Senhores Assessores, Senhores Deputados e restante Público.-----

----- A identidade cultural de um povo é uma referência imprescindível na formação de qualquer geração, tanto no presente como e principalmente no futuro, a Livraria Fumaça é, disso exemplo, 30 anos ao serviço dos lisboetas, uma reverência por onde passaram clientes como Mário Soares, Salgado Zenha, Manuel João da Palma Carlos, ou Raul Rego e tantos outros nomes!-----

----- Mas esta Livraria encontra-se neste momento, uma degradação inqualificável perdida no emaranhado jurídico que quase se perde no tempo, a Livraria Fumaça situada no Pátio 1 do número 12 da Rua da Alegria, num prédio propriedade da Câmara Municipal de Lisboa que, por falta de manutenção, as condições de habitabilidade da loja e dos seus anexos foram-se degradando até pode quase insustentável.-----

----- O cerne do problema aqui em questão assenta na decisão da Autarquia de não reabilitar o conjunto de edifícios situado nas traseiras do antigo Parque Mayer, recinto onde se insere o edifício da Livraria Fumaça, a situação agravou-se substancialmente depois da Câmara Municipal de Lisboa ter assegurado a posse do antigo complexo de Teatros de Revista, na sequência do conflito mantido com a Braga Parques, antiga senhoria do espaço.-----

----- A indefinição quanto ao que fazer tanto com os terrenos da antiga Feira Popular como do Parque Mayer têm vindo a arrastar a Livraria Fumaça para o abismo. Face ao acime exposto, podemos concluir que estamos perante uma total, incongruência, se por um lado a Câmara pretende salvaguardar a identidade da Cidade com a preservação das Lojas Com História, por outro lado aquilo que está aparentemente ao seu alcance nada tem feito, portanto, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 24 abril 2018, delibera que seja em primeiro lugar manifestar a sua total indignação pela demora na resolução do problema e que sejam tomadas medidas urgentes com vista a resolver o problema da Livraria Fumaça. Disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente de Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Quería iniciar esta intervenção, esta segunda intervenção no PAOD por dizer que este modo de decorrer dos trabalhos não pode continuar! -----

----- Nós estamos aqui, fora os Votos relativos e 25 de Abril e ao 1º de Maio, nós estamos aqui hoje a discutir 10 Votos, 5 Moções e 15 Recomendações, no PAOD com um período curto! -----

----- Isto é indigno para a Cidade, é indigno para os assuntos que aqui são trazidos, com o mérito de todos! Não há demérito nenhum nas propostas, há propostas boas e propostas más, todas merecem ser discutidas, mas não nestas condições! É impossível que haja trabalho político, sério, condigno e honesto, um debate político elevado enquanto o Regimento continuar a permitir e, portanto, já no sentido de conversas que tivemos com o Grupo Municipal do PS, apresentaremos propostas, ou reforçaremos, no sentido de limitar esta apresentação de propostas por atacado, sem conferir dignidade à proposta! -----

----- Lisboa e os cidadãos em Lisboa pedem mais do debate democrático desta Assembleia Municipal! -----

----- Em segundo lugar para relativamente a um conjunto de Moções apresentadas pelo PSD, eu julgo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, foi ainda assim, simpático. Há formas e formas de fazer política e seguramente, é que quem queira fazer política com uma espécie de espetáculo de *stand-up comedy* sujeita-se às consequências de quando o espetáculo é mau, e portanto, relativamente às Moções e aos seus títulos, à forma irónica e absolutamente indigna conforme os assuntos aqui são tratados, quero-vos dizer, quero dizer ao Grupo Municipal do PSD que não passarão nesta matéria e, portanto, rejeitá-las-emos integralmente! Haja dignidade no Debate Democrático nesta Assembleia Municipal! -----

----- Lisboa e mesmo os problemas que a bancada do PSD aqui pôs, pediam mais dignidade noma de exposição, no modo de apresentação e na linguagem utilizada, basta! -----

----- Basta deste tipo de Debate, os Senhores vão querer fazê-lo mas vão falar sozinhos e vão contar com a nossa oposição em relação a este tipo de forma de fazer política. -----

----- Referirmo-nos ainda à Moção relativa à Batalha de *La Lys*, acompanharemos esta Moção, mas não podemos esquecer que a Batalha de *La Lys*, não foi nada assim de tão heroico, e não esquecemos também o papel de Sidónio Pais no abandono do Corpo Expedicionário Português, no cenário da 1ª Guerra Mundial, e não esqueceremos também as suas tendências germanófilas, votaremos a favor mas não queremos deixar de assinalar aquilo que foi a mortandade e já agora o restabelecimento e a execução de uma pena de morte, em plena 1ª República e depois de abolida, para satisfazer os intentos belicistas inerentes à 1ª Guerra Mundial e o País deve ainda um pedido de desculpas ao soldado indevidamente executado nas trincheiras, sob a influência do comando inglês, mas não deixaremos de apoiar!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Senhor Deputado terminou o seu tempo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)**, no uso da palavra continuou a sua intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, só para concluir, dizendo que, na Crimeia relativamente à Moção da Crimeia votaremos a favor, mas não esquecemos de reconhecer o direito ao povo da Crimeia a uma autodeterminação regulada em termos democráticos nos mesmos moldes do que em relação à Catalunha. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos prosseguir. Senhores Deputados, nós ainda temos aqui algumas inscrições na Mesa, vamos tentar naturalmente cumprindo os tempos que todos possam usar da palavra, porque temos muitas votações para fazer.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Caros Deputados, Público presente. -----

----- Lisboa tem vindo a apresentar um decréscimo na população residente, desde os anos 80, como já aqui várias vezes o referimos e é uma diminuição que é muito mais acentuada que o resto da Europa e em muitos casos nomeadamente na taxa de natalidade, é das mais pronunciadas da Europa e do Mundo. -----

----- O próprio índice de fecundidade em Lisboa é dos mais baixos da Europa e, por isso, há aqui um conjunto de fenómenos que devem merecer resposta por parte da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente no conferir da estabilidade profissional que as famílias desejam, no conferir dos apoios a prestar às famílias para que estas possam ter mais filhos e, nomeadamente também de estruturas, nomeadamente de creches e de pré-escolar e jardins-de-infância que permitam garantir a estabilidade que as famílias procuram. -----

----- Os compromissos dos últimos anos dos Executivos Socialistas ficaram aquém, ficaram longe do seu cumprimento, por isso não é de espantar que, no último diagnóstico social feito em Lisboa a evolução das respostas sociais na infância e juventude registem uma ligeira, um ligeiro acréscimo desde 2007, se analisarmos a distribuição da população dos 0 aos 14 anos de idade, pelas várias Freguesias, constatamos que a Freguesia mais jovem é, de facto, o Parque das Nações, com 20% da sua população a situar-se entre os 0 e os 14 anos, mas pasme-se, é precisamente aquela Freguesia que menos equipamentos tem, não existindo aliás, nenhuma creche não lucrativa deste que aquela zona foi criada há 15 anos, podemos prometer, podem vir de facto promessas, mas a verdade é que neste momento e há 15 anos que não existe nenhuma resposta de apoio à criança e juventude. -----

----- O apoio à família e natalidade assumem, por isso, uma particular relevância no âmbito da intervenção do Município e hoje nós aqui defendemos com dois documentos, de facto duas respostas por parte do Executivo. Primeiro, que a Câmara execute com a maior celeridade os novos equipamentos de que fala e que o estabeleça por ordem de prioridades claras. Depois que aumente a oferta em parceria com as instituições particulares de solidariedade social e também com as creches privadas

para que, de forma rápida e sem necessidade de criar massivamente infraestruturas, ou até duplicar respostas, consigamos aqui oferecer uma rede de apoio às famílias.-----

---- Depois para que se aposte também no alargamento da cobertura em pré-escolar mapeando e divulgando a rede da oferta e de carências de toda a Cidade, é que, apesar de o atual Governo ter vindo prometeu o pré-escolar universal até aos 3 anos, a verdade é que estamos a quase um ano e meio do fim da legislatura e muito pouco se vê! Por isso defendemos que seja ultimado um plano de criação de novos equipamentos e ampliação dos existentes e que o plano seja apresentado a este Órgão com o período temporal associado devidamente estimado.-----

---- É que Lisboa continua carente desses equipamentos, continuando a existir, segundo as associações de pais, bolsas de carência de oferta na Cidade, nomeadamente no Parque das Nações e em Benfica, para não estar aqui a discriminar ainda outros. -----

---- Por fim, e porque me parece que o tema o merece, permitam-me que associado a esta questão de respostas para a infância e juventude, consiga ou possa destacar uma iniciativa por parte do PAN relativamente aos maus-tratos na infância e que, de facto, estamos completamente solidários pelo seu destaque. De resto muito obrigado, estes eram os nossos pontos.”-----

---- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte Interpelação à Mesa e a seguinte intervenção:-----

---- “Senhora Presidente da Assembleia, antes de mais gostaríamos de fazer uma Interpelação à Mesa, pedimos que não contasse no tempo de intervenção. É relativamente ao Voto 3 do CDS-PP, gostaríamos de ressaltar que este Voto não tem parte deliberativa, pelo que pedíamos que fosse retirado ou acrescentada uma parte deliberativa, como previsto Regimentalmente, caso contrário julgamos que não está em condições de ser apreciado, é relativamente ao 25 de Abril.-----

---- Pronto, assim sendo, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados.-----

---- Os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos Por Lisboa gostariam no âmbito deste PAOD, de fazer as seguintes observações:-----

---- Sobre a Moção 2 do PCP, declarar que relativamente à situação dos moradores que estão em risco de serem despejados dos imóveis da Fidelidade, que concordamos com a mesma, pois deve ser de facto, garantido o direito à habitação a estes agregados familiares, porém gostaríamos de perguntar à Câmara e particularmente ao Vereador Ricardo Robles, que aqui está, no constou a reunião que convocou e que foi detido este fim de semana nos Paços de Concelho com alguns desses moradores? Ou seja, se o que apareceu na comunicação social é a posição da Câmara ou a posição do Vereador do Bloco de Esquerda?-----

---- Relativamente à Moção 4, do PSD, que saúda o Presidente da Câmara Municipal pela conclusão dos novos centros de saúde votaremos contra, mas não deixaremos de ressaltar no mesmo tom jocoso o inestimável contributo PSD no passado, tanto no Governo como na Câmara Municipal para a construção de tantos centros de saúde, hospitais, do grande impulso de ver o Serviço Nacional de Saúde, e às taxas que não

criaram nessa área, pois é! O tom jocoso tem esta volta, portanto, pedimos que estas matérias não sejam para brincar, porque muito está a ser feitas sobre este tema pela Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Sobre a Recomendação 2 do PSD, sobre o famigerado caso da SRU, que supostamente será leiloado casas que estavam ao abrigo do Programa da Renda Acessível votaremos contra porque é mentira! Ainda que o leilão tenha existido e de acordo com a informação que temos, esta não pertence ao Programa da Renda Acessível, queremos assim pedir à Câmara que esclareça esta situação e que se apure junto da SRU, que esta seja responsabilidade, caso não tenha feito no âmbito das políticas da Câmara, pelo que votaremos a favor apenas do terceiro ponto, que pede para ser apurada esta questão.-----

----- Relativamente às Recomendações 8 e 9, do CDS, votaremos contra o ponto 4 da primeira e à totalidade dos pontos da segunda, pois julgamos que a nível da cobertura do pré-escolar, na cidade de Lisboa, o CDS está a confundir planeamento e gestão da rede de creches e porque discordamos da proposta eleitoral da candidata Assunção Cristas de que devem ser os dinheiros públicos a financiar as creches privadas que existe em Lisboa. -----

----- Por fim e ainda no âmbito do tempo de Interpelação à Mesa, gostaríamos ainda de fazer outro pedido, que era pedir a baixa, se fosse possível, da Recomendação 15 do PEV, ao grupo de trabalho do processo legislativo da descentralização, pois julgamos que precisamente esta matéria dos espaços verdes, de média e grande dimensão e árvores de alinhamentos a serem considerados ou não estruturantes é uma matéria que está em discussão neste grupo de trabalho, portanto, pedíamos ao PEV se esta matéria podia ser discutida no âmbito deste trabalho, como foi também uma matéria, por exemplo, quando discutimos aqui no Debate Temático da qualidade da vida noturna na cidade de Lisboa, também nos pediram na altura que uma Recomendação nossa nesse sentido fosse discutida no âmbito e nas conclusões do Debate Temático, fazemos esse mesmo pedido ao PEV. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas e estimado Público Presente.-----

----- O Partido da Terra submete hoje à consideração deste Plenário quatro documentos, encimados por um Voto de Louvor à escritora e poeta Natália Correia, na passagem dos 25 anos da sua morte. -----

----- Natália Correia, literariamente é única e uma das maiores figuras do Séc. XX, irreverente, independente e carismática com uma actividade cívica intensa, tendo-se notabilizado por uma vasta obra intelectual. Fazemo-lo pela enorme dívida à sua memória, quer dos lisboetas, quer dos muitos cidadãos do Povo Açoriano que vivem nesta cidade. -----

----- Apresentamos também uma Moção – “*Por uma melhoria dos Serviços Prisionais, no Estabelecimento Prisional de Lisboa*”, que surge no seguimento das manifestações de desagrado, no início deste ano, e que se prolongam até hoje, por

parte de guardas prisionais com relatos de distúrbios motivados pelo número insuficiente destes profissionais naquele estabelecimento. -----

----- Por último apresentamos duas Recomendações. Uma “ *Pela Abertura da Piscina de Penha de França* “ em que o MPT recomenda à Câmara Municipal de Lisboa, em colaboração com a Junta de Freguesia da Penha de França, a solução viável para resolver a situação, de forma a defender os interesses dos utentes deste equipamento. De facto a morosidade de todo o processo na exploração da infraestrutura está a criar sérias dificuldades financeiras à Associação Centro Cultural e Desportivo Estrelas S. João de Brito e a comprometer as suas actividades. -----

----- Por fim, a Recomendação “ *Por Mais Espaços Verdes no Espaço Público, objecto do Projecto Uma Praça em Cada Bairro* “ que tem como finalidade uma integração de espaços verdes no âmbito do Programa Uma Praça em cada bairro para que seja tida em conta a selecção de árvores para meio urbano, com a utilização sempre que assim seja possível, de espécies autóctones cujas características ecológicas sejam as mais adequadas aos parâmetros abióticos do local. -----

----- O MPT defende que os espaços verdes na cidade desempenham um papel fundamental, único e essencial à melhoria da qualidade de vida dos seus residentes. ----

----- Relativamente aos documentos apresentados hoje aqui, em plenário, gostaríamos de referir que iremos acompanhar, em particular, favoravelmente o Voto de Saudação por “ *Abril o mês assinalado para Prevenção dos Maus Tratos na Infância* ” do PAN. Os maus tratos na infância são uma realidade que infelizmente existe e contra a qual devemos lutar de forma activa com vista a diminuir os números revelados permanentemente, de forma pública, e que nos envergonham a todos, revoltando a nossa consciência pela passividade com que a sociedade vê tantas vezes este drama. ---

----- Acompanharemos de igual forma, o Voto do PAN sobre as espécies em extinção, na certeza de que a biodiversidade, que não conhecemos na totalidade, é a base da sustentabilidade de todos os serviços dos ecossistemas de que depende o bem-estar humano e que só um relacionamento sustentável com a espécie humana pode garantir. Muito Obrigado. “ -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde a todos novamente. O PPM apresenta hoje uma saudação aos bravos portugueses da Batalha de *La Lys* e já agora Senhores Deputados é *La Lys* e não é “*La Lisse*”, aproveitando a sinalização do seu recente centenário. -----

----- Outro Voto que apresentamos é a condenação à invasão da Crimeia pela Federação Russa num ato completamente antidemocrático de agressão e violência inqualificáveis. -----

----- Neste dia que assinalamos a democracia e o 25 de Abril, tanto o PCP que se acha o dono de Abril como o Bloco de Esquerda, têm agora uma oportunidade de mostrar quando democráticos são votando favoravelmente, pelos vistos, o Bloco de Esquerda vai aproveitar essa oportunidade. -----

----- Já agora, Senhor Deputado Rui Costa, mais de 75% da população da Crimeia é Ucraniana e Tártara. -----



----- E como é habitual o PPM colocamos recomendações que reforçam as nossas preocupações patrimoniais, como a Torre Sineira da Ajuda e, obviamente, o Mirante da Quinta do Marquês de Marialva e também a memória de um grande homem que muito fez por tantos que deram a vida por Portugal, João Jaime Faria Afonso. Quanto aos vivos à República eu pergunto: qual delas? A anárquica? A ditatorial? Ou esta amálgama socialista? Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhora Deputada, esta República e é o regime em que estamos a viver e ao abrigo do qual a Senhora foi eleita, portanto, ao menos em relação a este regime pedimos um pouco de respeito!-----

----- Vamos prosseguir Senhores Deputados. Eu tinha aqui a indicação de que a Senhora Vereadora Paula Marques queria usar da palavra no final desta primeira ronda, a Senhora Vereadora não a vejo aqui. Quem é que vai falar? É o Senhor Vereador Manuel Salgado que vai usar da palavra, então se faz favor.-----

----- Peço desculpa mas há mais rondas, a Câmara pode intervir também nas várias rondas! Senhor Deputado, vamos lá ver, o que o Regimento diz, a regra geral é que a Mesa deve intercalar as intervenções pelos vários Grupos Municipais, há uma regra particular nas Declarações Políticas em que as intervenções são todas seguidas, não é o caso hoje, eu posso ler-lhe novamente o Regimento, portanto, organizámos aqui as rondas e tenho várias inscrições vossas, tenho inscrições de outros Partidos, para no fim de cada ronda perguntamos à Câmara se quer intervir no seu tempo, e vamos depois e fazemos a segunda ronda e a terceira, penso que são mais duas, isto agora também já está por pouco!-----

----- Senhor Deputado, essa indicação terá sido algum equívoco e não vamos gastar mais tempo com isso, vamos todos falar, segundo a ordem que a Mesa está a dar, se não se importa, vamos prosseguir. O Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “ O Senhor Vereador Manuel Salgado, por favor.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, boa-tarde Senhores Vereadores e aos Senhores Deputados.-----

----- Relativamente à questão aqui suscitada sobre o concurso promovido pela SRU para o arrendamento de oito fogos, reabilitados por esta empresa, devo informar o seguinte: em 9 de janeiro deste ano, a SRU comunicou à Câmara que ia fazer esta consulta e, portanto, lançar o concurso para o rendimento destes oito fogos e propunha determinados valores de renda.-----

----- Na altura foi-lhe respondido por mim, exatamente que não eram aceitáveis os valores propostos, mas sim, que deveriam ser adotados os valores do Programa de Renda Acessível, ajustados à dimensão de cada um dos fogos e às suas características.

----- Essa avaliação foi feita pela SRU, que dentro da variação prevista no Programa de Renda Acessível para cada tipologia de fogo, adotou o intervalo superior, o valor

do intervalo superior, na medida em que considerou que a qualidade dos fogos que estavam a pôr a concurso e o facto de ter as cozinhas totalmente equipadas, assim o justificava. -----

----- Admito que por um mal-entendido, a SRU tendo acatado os valores das rendas do PRA e tendo-se articulado com o Coordenador do Programa de Renda Acessível, do PRA, lançou o concurso com um valor base, mas com um concurso com proposta em carta fechada.-----

----- Em face desta situação a posição que tomámos foi a de mandar suspender de imediato o concurso e anular o concurso e foi formalmente comunicado à SRU, que isso deveria ser feito e que o contacto com os candidatos que foram selecionados para o arrendamento dos fogos, que passaria a ser feito diretamente através dos Serviços da Câmara. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. Vamos então prosseguir agora com as últimas rondas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Marques (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.-----

----- Sobre a Recomendação 20/12 do PPM, Torre Sineira da Ajuda, o Grupo Municipal do Partido Socialista concorda com a execução das obras de reabilitação na Torre do Galo da Ajuda, mas não com a integração das obras nas já iniciadas. Os riscos de parar e alterar um processo, que só por si já é de grande complexidade são grandes, assim importa continuar as obras já iniciadas e em paralelo iniciar um processo de reabilitação da Torre do Galo, o qual deve incluir a zona envolvente a essa mesma Torre, pelo que vamos votar contra. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Temos apenas mais quatro inscrições, vamos dar a palavra e no fim se a Câmara quiser pode usar da palavra novamente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo de Mello Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- A intervenção que eu iria fazer acabou de ficar prejudicada pela intervenção do Senhor Vereador Manuel Salgado, porque eu vinha aqui falar na questão do Programa de Renda Acessível e do concurso lançado pela SRU, mas, independentemente dos esclarecimentos que o Senhor Vereador aqui prestou eu gostaria de partilhar com esta Assembleia, a nossa preocupação relativamente a algumas matérias desde logo, porque a SRU é uma entidade camarária e, portanto, tem especial responsabilidade nas questões da política de habitação e reabilitação em Lisboa e o critério de um concurso deste género, não pode ser, e passo a citar “o regulamento que o critério de seleção dos arrendatários seja o da renda mais alta”, ou seja, os fogos serão

arrendados aos interessados que apresentarem a proposta de renda mais elevada, fim de citação.-----

----- Isto transforma a Câmara Municipal de Lisboa num mero agente de especulação imobiliária e não numa entidade que faz uma política de habitação responsável. -----

----- O segundo ponto tem a ver com a admissibilidade dos candidatos a este tipo de concursos, e se é um facto que os T1, os sete T1 da Rua da Aliança Operária, assim como triplex na Travessa da Memória foram a leilão e ficaram supostamente arrematados por valores de mais do dobro daquilo que era a renda base, há outra questão que se prende com a admissibilidade das pessoas a concurso, pressupõe-se que estes programas da Câmara pretendem trazer jovens para a cidade de Lisboa, pergunto à Câmara como é que o júri da SRU, página 4 do seu Relatório, admite uma empresa como candidata elegível e que licitou neste caso para o T2 triplex. -----

----- Ainda por cima, é uma empresa que se limita às pessoas o valor do rendimento bruto anual, mais se tem que ter em atenção quando se trata de empresas, a empresa que foi admitida pelo júri, porque inclusive não foi excluída, ao contrário de outros candidatos, é uma empresa que consta do portal base GOV e que só em 2018 teve já 450 mil euros de adjudicações de projetos por parte de entidades estatais. -----

----- Estas questões que merecem preocupação e, por isso, nós recomendávamos a esta Assembleia que perguntasse à Câmara e procurasse que a Câmara esclarecesse tudo o que tem a ver com este processo. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado, naturalmente assomou como muito pertinentes as questões que colocou e se a Câmara quiser dar resposta agora dará, senão faremos as diligências que pode ter a devida resposta da Câmara, vamos prosseguir. -----

----- A Senhora Deputada prescinde, vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, aproveitar para apresentar a nossa Recomendação relativa à Casa do Concelho de Castro D’Aire, no pouco tempo que ainda temos previsto. -----

----- Fazer um pequeno enquadramento, todos sabem que à zona de Marvila acorreram, através do êxodo rural várias pessoas da zona da Beira Alta, em particular no final do século 19, muitas pessoas, como eu disse da zona da Beira Alta e que hoje em dia já estão na sua terceira geração, estas pessoas representa praticamente 30% daquilo que são os habitantes da Freguesia de Marvila e daí também a importância deste tema que aqui trazemos. -----

----- Relativamente à Casa do Concelho de Castro D’Aire, esta Associação data de 1991, tem perto de mil sócios e está há mais de 20 anos a ocupar, através de um protocolo de cedência precária, uma propriedade municipal na Rua do Vale Formoso de Cima. -----

----- Têm feito um enorme trabalho, têm feito um trabalho naquilo que é a cultura popular que todos conhecendo e que faz parte hoje em dia da entidade de Lisboa, após

30 anos de trabalho com a comunidade, criaram um espaço tradições em conjunto com a Câmara Municipal de Castro D’Aire, criaram uma biblioteca em conjunto com a Biblioteca Municipal de Relva, têm um rancho folclórico e etnográfico, têm um curso concertinas que é o maior, a nível de Lisboa, de participantes e o único que é certificado, participam também no Torneio de Futsal da cidade de Lisboa, já na segunda edição e vão fazer este ano pela primeira vez, um encontro de concertinas e cantares ao desafio, que junta mais de um milhar de pessoas, portanto, isto para dizer e aferir a atividade que esta casa tem e que desmente um pouco aquilo que foi o Ofício que a Câmara Municipal enviou há um mês para a Casa, pedindo que eles gentilmente saíssem daquele espaço, para dar lugar a uma creche, e dizendo que não haveria atividade regular daquele espaço, o que como acabei de aqui vos dizer e que está no nosso documento, não corresponde à verdade. -----

----- Sabemos que a Casa, a Direção da Casa do Concelho de Castro D’Aire já fez uma intervenção junto da Câmara, tem tido o apoio também da Junta de Freguesia de Marvila em conseguir encontrar uma solução adequada, contudo, a até à data não temos resposta e segundo a Câmara, aquele espaço será ocupado por uma creche. -----

----- Não está aqui em causa a utilização que vai ser dada...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhor Deputado há aqui uma dúvida na Mesa, já terminou o seu tempo, tem cedência de algum Partido?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Eu acho que não, pedia só 30 segundos para terminar a Recomendação. Obrigado. -----

----- E portanto, como dizia a Câmara colocou-os perante esta necessidade de saída sem lhes dar qualquer alternativa, portanto, o que hoje vimos aqui pedir à Assembleia Municipal é que, em primeiro lugar suspenda esta cessação imediata e encontre uma alternativa, uma alternativa viável e tendo em conta aquilo que é a história da comunidade desta população que veio da Beira Alta no final do século 19 e o enraizamento que tem nesta zona da Cidade também não nos parece aceitável que eles saiam da Freguesia de Marvila e, portanto, é isso que vimos pedir, que essa alternativa seja na Freguesia de Marvila e que, em particular, que a 7ª. Comissão desta Assembleia Municipal possa acompanhar este assunto. Muito Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. Temos agora a última intervenção dos Deputados. Será o Senhor Deputado Luís Newton, que já está com pouco tempo, temos indicação na Mesa que o MPT e o PPM também dão os últimos segundos para o Senhor Deputado Luís Newton poder falar. -----

----- Pergunto à Câmara se a Câmara depois quer usar da palavra ainda nesta fase dos Trabalhos? Não vejo nenhum sinal nesse sentido, passaremos às votações.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores. -----

----- Bom, eu até teria sentido alguma vontade de entretenimento, não fosse a matéria tão grave, sobretudo as declarações vindas do Bloco de Esquerda, a quem começo por dizer que não aceitamos, em momento algum, nenhuma lição sobre formas de estar na política, aliás, indigno, indigno é o que se está a passar, indigno é o que esta esquerda quer fazer passar no país e quer fazer passar na Cidade! Indigno é a fantochada de oferecer manuais escolares, a crianças cujas escolas nem sequer têm os planos de emergência montados, isso é que é indigno Senhor Deputado, como indigno também é andar a fazer campanha eleitoral a fingir que se vai fazer alguma coisa pelos lisboetas, em vésperas de eleições autárquicas, prometer-se mundos e fundos para esse próprio ano e depois vá acontecer!-----

----- Isso é que é indigno, é indigno com os eleitores, é indigno sobretudo com as pessoas que ainda acreditam em quem está na política e, por isso, *Austeritat* sim, porque é indigno também vir dizer que se foi anteriormente, para além da *troika* e hoje serem os próprios a reconhecer que têm que o fazer e, por isso a nossa Moção nessa matéria é muito clara! *Austeritat*, porque os senhores da esquerda, estão a querer escamotear o que se está a passar, não, a *troika* foi uma realidade e o que se passou em Portugal não teve a ver com qualquer opção ideológica, é indigno é os senhores quererem continuar a enganar toda a gente! -----

----- Como, aliás, também devo dizer que no final disto tudo é, de facto, a esquerda que zomba com os lisboetas, e é a esquerda que zomba com os portugueses e, por isso, aos Senhores Deputados do Partido Socialista, eu deixo uma recomendação, se de facto acreditam que o trabalho está a ser desenvolvido nesta área, que os compromissos estão a ser levados avante, os Senhores têm uma opção, votem favoravelmente a Moção! Votem e demostrem que o que lá está é verdade e que isso corresponde àquilo que foi com o compromisso pré-eleitoral, porque indigno é em período de campanha eleitoral, juntar-se com o Governo, prometer aos lisboetas e depois a seguir, um ano depois, tudo na mesma, isso é que é indigno!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, a Mesa creio que esgotou as intervenções, estamos em condições de passar às votações, vamos em primeiro lugar votar o conjunto de Votos relacionados com o 25 de Abril e o 1º de Maio.-----

----- Senhor Deputado Luís Newton, faz favor, é uma interpelação à Mesa? Faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Senhora Presidente, só para dar nota de que também já demos devido conhecimento disso aos Senhores Deputado do PPM e do MPT, que no que diz respeito aos Votos 20/09 e 20/010 o PSD se associa e, portanto, subscreve igualmente a votação.-----

---- Dizer também que no que diz respeito à Recomendação apresentada pelo PSD, “Obras de cosmética em Lisboa são fumaça para a Cidade de Lisboa”, é a 020/05...” --

- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Desculpe, ouvi uma coisa daí e outra daqui e não percebi! Faz favor diga novamente o que estava a dizer agora da Recomendação.” -----
- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra continuou:-----  
----- “A última parte? Que a Recomendação 020/05, do PSD, que na parte deliberativa, retiramos no ponto 2, dever terminar “que sejam tomadas medidas urgentes com vista a resolver o problema”.-----
- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “ Sim Senhor Deputado, se quiser fazer chegar à Mesa o que é que retirou é mais fácil para mim! -----
- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra continuou:-----  
----- “É muito fácil, é só...” -----
- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Mas é que eu não tenho a Recomendação aqui na Mesa, à minha frente, desculpe lá, peço desculpa!” -----
- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra continuou:-----  
----- “Então está bem! Está bem!”-----
- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Se me fizer chegar aqui a emenda eu depois aqui eu anuncio da Mesa. Mais alguma alteração? Tenho aqui uma alteração na Mesa do CDS que eu não a consigo decifrar, tinha que pedir ao Senhor Deputado Diogo Moura que me venha aqui decifrar o que está aqui escrito, que eu não consigo decifrar, que são alterações, antes de podermos começar a fazer as votações. -----  
----- Senhores Deputados, muito obrigada, vamos prosseguir. Vamos então passar às votações, estamos em condições de o fazer. -----  
----- Peço desculpa, o Senhor Deputado Miguel Graça trem uma interpelação à Mesa, faça o favor de a fazer.”-----
- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----  
----- “Senhora Presidente eu peço desculpa, só pela interrupção dos Trabalhos.-----  
----- Durante a nossa intervenção, fizemos duas interpelações à Mesa a pergunta se já haveria resposta a elas. Uma era relativamente ao Voto 3, do CDS-PP, ressaltámos que não tinha parte deliberativa e pedimos para ser retirado...”-----
- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Já temos aqui essa resposta.”-----
- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra continuou:-----  
----- “Muito bem. A outra era também...” -----
- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Era uma Recomendação baixar a uma Comissão, mas eu vou só vou pôr isso quando chegarmos à votação correspondente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito bem, muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quando chegarmos às votações por pontos eu peço que me assinalem quem quer as votações por pontos, porque eu não tive tempo de tomar nota aqui no meu guião.-----  
----- Vamos então começar pelos Votos relacionados com o 25 de Abril e com o 1º. de Maio.-----

----- Vamos votar em primeiro lugar o primeiro voto. -----

----- **VOTO N.º 020/01 (PCP) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “VOTO DE SAUDAÇÃO – 44º. ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DO 25 DE ABRIL DE 1974”;**-----

----- (O Voto n.º 020/01 (PCP) foi anexada a esta Ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Voto n.º 020/01 (PCP)** tem os votos contra do CDS-PP, PPM, PSD, não há votos de abstenção, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e 8 IND. **O Voto n.º 020/01 foi aprovado por maioria.**-----

----- O Grupo Municipal do CDS-PP apresenta Declaração de Voto.” -----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “*Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram contra na votação acima referenciada por considerarem que:* -----

----- *O PCP aproveita este marco da história de Portugal para efabular sobre uma das principais conquistas de Abril: o Poder Local.* -----

----- *Nas diversas considerações afirma que «Indiferentes à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afectam no seu quotidiano, os consecutivos Governos continuam a desvalorizar o Poder Local, muitas vezes procurando subverter o Poder Local Democrático, dando expressão a tentativas de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas Abril.»*-----

-----*Trata-se de uma afirmação insidiosa, ofensiva aos demais partidos que democraticamente integraram os Governos de Portugal, escolhidos por vontade popular – o que nunca aconteceu com o PCP – que sempre trabalharam para a concretização e implementação do poder local, sendo a última iniciativa a Reforma Administrativa de Lisboa, à qual o PCP se opôs por mero tacticismo eleitoral e em função dos interesses do partido.*”-----

----- **VOTO N.º 020/02 (PCP) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “VOTO DE SAUDAÇÃO – 1º DE MAIO DIA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES”;**-----

----- (O Voto n.º 020/02 (PCP) foi anexada a esta Ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Voto nº. 020/02** (PCP) tem os votos contra do CDS-PP, PPM, PSD, votos de abstenção do MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND. **O Voto nº. 020/02 foi aprovado por maioria.** -----

----- Vamos agora ao Voto 20/03, este é o voto que faltava a parte deliberativa, a parte deliberativa diz o seguinte “Celebremos Abril” e depois a parte deliberativa é: “Ponto 1- que esta Assembleia saúde os 44 anos do 25 de Abril”, é apenas isto. -----

----- **VOTO Nº. 020/03 (CDS-PP) RETIFICADO - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP) – “VOTO DE SAUDAÇÃO – 25 DE ABRIL DE 2018”;** -----

----- (O Voto nº 020/03 (CDS-PP) foi anexada a esta Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Voto nº. 020/03** (CDS-PP) tem os votos contra do PCP e BE, votos de abstenção de 3 IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, PPM e 5 IND. **O Voto nº. 020/03 foi aprovado por maioria.** -----

----- **VOTO Nº. 020/04 (PSD) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “VOTO DE SAUDAÇÃO – 25 DE ABRIL”;** -----

----- (O Voto nº 020/04 (PSD) foi anexada a esta Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Voto nº. 020/04** (PSD) tem os votos contra do PCP, não há votos de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 8 IND. **O Voto nº. 020/04 foi aprovado por maioria.** -----

----- **VOTO Nº. 020/05 (PS) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS) – “VOTO DE SAUDAÇÃO PELA LIBERDADE E PELO DIA DO TRABALHADOR”;** -----

----- (O Voto nº 020/05 (PS) foi anexada a esta Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Voto nº. 020/05** (PS) tem os votos contra do PSD, votos de abstenção do CDS-PP e PPM, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e 8 IND. **O Voto nº. 020/05 foi aprovado por maioria.** -----

----- **VOTO Nº. 020/06 (PEV) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “VOTO DE SAUDAÇÃO – AO 25 DE ABRIL E AO 1º. DE MAIO”;**-----

----- (O Voto nº 020/06 (PS) foi anexada a esta Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Voto nº. 020/06** (PEV) tem os votos contra do PSD, CDS-PP e PPM, não tem votos de abstenção, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e 8 IND. **O Voto nº. 020/06 foi aprovado por maioria.** -----

----- **VOTO Nº. 020/17 (BE) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – “VOTO DE SAUDAÇÃO – VIVA O 25 DE ABRIL!”;**-----

----- (O Voto nº 020/17 (BE) foi anexada a esta Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Voto nº. 020/17** (BE) tem os votos contra do PSD, votos de abstenção do CDS-PP e PPM, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e 8 IND. **O Voto nº. 020/17 foi aprovado por maioria.** -----



----- **VOTO Nº. 020/18 (BE) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – “VOTO DE SAUDAÇÃO – 1º. DE MAIO”;** -----

----- (O Voto nº 020/18 (BE) foi anexada a esta Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Voto nº. 020/18 (BE)** tem os votos contra do PSD, votos de abstenção do CDS-PP e PPM, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e 8 IND. **O Voto nº. 020/18 foi aprovado por maioria.** -----

----- **VOTO Nº. 020/19 (IND) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO IND) – “VOTO DE SAUDAÇÃO PELO 25 DE ABRIL”;** -----

----- (O Voto nº 020/19 (IND) foi anexada a esta Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Voto nº. 020/19 (IND)**, não tem os votos contra, votos de abstenção do PSD, votos a favor do PS, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 8 IND. **O Voto nº. 020/19 foi aprovado por maioria.** -----

----- **VOTO Nº. 020/20 (IND) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO IND) – “VOTO DE SAUDAÇÃO PELO 1º. DE MAIO”;** -----

----- (O Voto nº 020/20 (IND) foi anexada a esta Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Voto nº. 020/20 (IND)**, não tem os votos contra, votos de abstenção do PSD e CDS-PP, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 8 IND. **O Voto nº. 020/20 foi aprovado por maioria.** -----

----- **VOTO Nº. 020/21 (PAN) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – “VOTO DE SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL E AO 1º. DE MAIO”;** -----

----- (O Voto nº 020/21 (PAN) foi anexada a esta Ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Voto nº. 020/21 (PAN)**, não tem os votos contra, não tem votos de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 8 IND. **O Voto nº. 020/21 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 020/01 (PEV) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “IDENTIFICAÇÃO TOPONÍMICA DO 25 DE ABRIL”;**-----

----- (A Recomendação nº 020/01 (PEV) foi anexada a esta Ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação nº. 020/01 (PEV)**, não tem os votos contra, votos de abstenção do MPT e PPM, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND. **A Recomendação nº. 020/01 foi aprovado por maioria.**-----

----- Senhores Deputados, terminámos o pacote sobre as questões do 25 de Abril e do 1º de Maio. Eu proponho uma vez que amanhã é o 25 Abril que façamos um aplauso de pé, unidos apenas no Viva o 25 de Abril.-----

----- (Após a apreciação destes documentos, o Plenário aplaudiu de pé a celebração do “25 de Abril”) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Muito obrigada Senhores Deputados, apenas para que fique claro para todos os que estão a acompanhar que havendo todas as diferenças que a democracia permite até apela a elas, nisto estamos unidos e Viva o 25 de Abril! -----

----- E vamos prosseguir então com as restantes votações, pedia agora a vossa atenção, a Mesa tem que estar aqui com muito cuidado, se for preciso votação para pontos, peço que me assinalem porque eu não identifiquei todas as coisas em que foi pedido, mas à medida que eu for passando os documentos vão pedindo as votações por pontos. É mais fácil para a Mesa para não nos confundirmos-----

----- Ora muito bem, vamos começar em primeiro lugar com Voto número 020/07, apresentado pelo PEV. -----

----- **VOTO Nº. 020/07 (PEV) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “VOTO DE CONDENAÇÃO – MASSACRE DE PALESTINIANOS PELAS AUTORIDADES ISRAELITAS”;** -----

----- (O Voto nº 020/07 (PEV) foi anexada a esta Ata como **Anexo XV** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Ponto 1 do Voto nº. 020/07 (PEV)**, votos contra do CDS-PP e PPM, votos de abstenção do MPT e PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND. **O Ponto 1 do Voto nº. 020/07 foi aprovado por maioria.**-----

----- **O Ponto 2 do Voto nº. 020/07 (PEV)**, votos contra do CDS-PP, votos de abstenção do PSD, MPT e PPM, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND. **O Ponto 2 do Voto nº. 020/07 foi aprovado por maioria.** -----

----- **O Ponto 3 do Voto nº. 020/07 (PEV)**, votos contra do CDS-PP, votos de abstenção do PSD, MPT e PPM, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND. **O Ponto 3 do Voto nº. 020/07 foi aprovado por maioria.** -----

----- **O Ponto 4 do Voto nº. 020/07 (PEV)**, votos contra do CDS-PP, MPT e PPM, votos de abstenção do PSD e PAN, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV e 8 IND. **O Ponto 4 do Voto nº. 020/07 foi aprovado por maioria.**-----

----- Este **Voto foi aprovado por maioria** com estas distintas votações que acabámos de fazer. -----

----- **VOTO Nº. 020/08 (PCP) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “VOTO DE CONDENAÇÃO – CONTRA O MASSACRE DA POPULAÇÃO PALESTINIANA PELAS AUTORIDADES ISRAELITAS”;**-----

----- (O Voto nº 020/08 (PCP) foi anexada a esta Ata como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Ponto 1 do Voto nº. 020/08 (PCP)**, votos contra do CDS-PP e PPM, votos de abstenção do MPT e PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND. **O Ponto 1 do Voto nº. 020/08 foi aprovado por maioria.**-----

----- **O Ponto 2 do Voto nº. 020/08 (PCP)**, votos contra do CDS-PP, votos de abstenção do PSD, MPT e PPM, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND. **O Ponto 2 do Voto nº. 020/08 foi aprovado por maioria.** -----

----- **O Ponto 3 do Voto nº. 020/08 (PCP)**, votos contra do CDS-PP, MPT e PPM, votos de abstenção do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND. **O Ponto 3 do Voto nº. 020/08 foi aprovado por maioria.**-----

----- **O Ponto 4 do Voto n.º. 020/08** (PCP), votos contra do CDS-PP, MPT e PPM, votos de abstenção do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND. **O Ponto 4 do Voto n.º. 020/08 foi aprovado por maioria.**-----

----- **O Ponto 5 do Voto n.º. 020/08** (PCP), votos contra do CDS-PP, votos de abstenção do PSD, PAN, MPT e PPM, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV e 8 IND. **O Ponto 5 do Voto n.º. 020/08 foi aprovado por maioria.**-----

----- Este **Voto foi aprovado por maioria** com estas distintas votações que acabámos de fazer.-----

----- **VOTO N.º. 020/09 (MPT) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT, PSD E PPM) – “VOTO DE LOUVOR – HOMENAGEM À ESCRITORA NATÁLIA CORREIA, NA PASSAGEM DOS 25 ANOS DA SUA MORTE”;**-----

----- (O Voto n.º 020/09 (MPT) foi anexada a esta Ata como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante)-----

----- **Voto n.º. 020/09** (MPT), não tem votos contra e nem de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 8 IND. **O Voto n.º. 020/09 foi aprovado por unanimidade e aclamação.**-----

----- **VOTO N.º. 020/10 (PPM) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PPM, PSD E CDS-PP) – “VOTO DE SAUDAÇÃO – À MEMÓRIA DOS SOLDADOS PORTUGUESES NA BATALHA DE LA LYS”;**-----

----- (O Voto n.º 020/10 (PPM) foi anexada a esta Ata como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante)-----

----- Senhora Deputada Aline Beuvink, eu digo *La Lys* porque é assim que é pronunciado pelo Senhor Presidente Macron e, portanto, eu direi como ele, *La Lys*. Pode ser que ele não saiba bem francês, mas foi assim que ele falou!-----

----- Senhores Deputados, a sério, tivemos esta discussão na Assembleia da República e chegou-se à conclusão que de facto era esta a pronúncia, por qualquer razão que eu desconheço.-----

----- **Voto n.º. 020/10** (PPM), não tem votos contra e nem de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 8 IND. **O Voto n.º. 020/10 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **VOTO N.º. 020/11 (PCP) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “VOTO DE SAUDAÇÃO – AOS 40 ANOS DO MOVIMENTO UNITÁRIO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS (MURPI)”;**-----

----- (O Voto n.º 020/11 (PCP) foi anexada a esta Ata como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante)-----

----- **Voto n.º. 020/11** (PCP), não tem votos contra, votos de abstenção do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 8 IND. **O Voto n.º. 020/11 foi aprovado por maioria.**-----

----- **VOTO N.º. 020/12 (PCP) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “VOTO DE SOLIDARIEDADE – SOBRE OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS NO BRASIL”;**-----

----- (O Voto n.º 020/12 (PCP) foi anexada a esta Ata como **Anexo XX** e dela faz parte integrante)-----

----- **Voto nº. 020/12** (PCP), votos contra do PSD, CDS-PP, MPT e PPM, não há votos de abstenção, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND. **O Voto nº. 020/12 foi aprovado por maioria.** -----

----- **VOTO Nº. 020/13 (PCP) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “VOTO DE CONDENAÇÃO – FIM À AGRESSÃO CONTRA A SÍRIA E PELO RESPEITO DOS DIREITOS DO POVO SÍRIO”;** -----

----- (O Voto nº 020/13 (PCP) foi anexada a esta Ata como **Anexo XX** e dela faz parte integrante)-----

----- **Ponto 1 do Voto nº. 020/13** (PCP), votos contra do 31 PS, PSD, CDS-PP, PAN, PPM e 4IND, votos de abstenção de 1 PS, 2 IND, votos a favor do PCP, BE, PEV, MPT, 1 PS e 2 IND. **O Ponto 1 do Voto nº. 020/13 foi rejeitado.** -----

----- **Ponto 2 do Voto nº. 020/13** (PCP), votos contra do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM e 6IND, não há votos de abstenção, votos a favor do PCP, BE, PEV e 2 IND. **O Ponto 2 do Voto nº. 020/13 foi rejeitado.** -----

----- (Ausência de 1 Deputado(a) Municipal Independente da Sala do Plenário nas votações dos pontos 2 e 3.)-----

----- Senhores Deputados, espero depois que com o Registo visual e sonoro nós consigamos fazer certo e depois peço que verifiquem na minuta da Ata se está correta a votação.-----

----- Os Senhores Deputados Independentes vão apresentar uma Declaração de Voto.”-----

----- (A Declaração de voto dos Senhores Deputados Independentes não foi entregue) -

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- Senhores Deputados, vamos agora passar ao Voto nº. 20/14, do PPM.-----

----- **VOTO Nº. 020/14 (PPM) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PPM) – “VOTO DE CONDENAÇÃO – INVASÃO DA CRIMEIA PELA FEDERAÇÃO RUSSA”;** -----

----- (O Voto nº 020/14 (PPM) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXI** e dela faz parte integrante)-----

----- **Pontos 1 e 2 do Voto nº. 020/14** (PPM), votos contra do PCP, PEV, 2 IND, votos de abstenção do PSD e 2 IND, votos a favor do PS, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e 5 IND. **Os Pontos 1 e 2 do Voto nº. 020/14 foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 3 do Voto nº. 020/14** (PPM), votos contra do PCP, BE, PEV, 1 IND, votos de abstenção de 2 IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM e 5 IND. **O Ponto 3 do Voto nº. 020/14 foi aprovado por maioria.** -----

----- **O Voto 020/14** (PPM) foi aprovado por **maioria.** -----

----- Os Senhores Deputados que querem apresentar Declaração de Voto depois poderão no fim, se assim o entenderem anunciar as Declarações de Voto, dos Votos que entenderem, serão integradas na Ata. -----

----- **VOTO Nº. 020/15 (PAN) - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – “VOTO DE PESAR – PELAS ESPÉCIES EM RISCO DE EXTINÇÃO OU JÁ EXTINTAS”;** -----

----- (O Voto nº 020/15 (PAN) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXII** e dela faz parte integrante)-----

----- **Voto nº. 020/15 (PAN)**, não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **O Voto nº. 020/15 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **VOTO Nº. 020/16 (PAN) – NOVA VERSÃO - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – “VOTO DE SAUDAÇÃO – ABRIL O MÊS ASSINALADO PARA PREVENÇÃO DOS MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA”;** --

----- (O Voto nº 020/16 (PAN) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **Voto nº. 020/16 (PAN)**, não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **O Voto nº. 020/16 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **MOÇÃO Nº. 020/01 (MPT) – RETIFICADA - (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT) – “POR UMA MELHORIA DOS SERVIÇOS PRISIONAIS NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE LISBOA”;**-----

----- (A Moção nº 020/01 (MPT) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXIV** e dela faz parte integrante)-----

----- **Moção nº. 020/01 (MPT)**, não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **A Moção 020/01 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **MOÇÃO Nº. 020/02 (PCP) - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “PELA SUSPENSÃO IMEDIATA DOS DESPEJOS DOS IMÓVEIS DA FIDELIDADE SEGUROS NA CIDADE DE LISBOA”;**-----

----- (A Moção nº 020/02 (PCP) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXV** e dela faz parte integrante)-----

----- **Moção nº. 020/02 (PCP)**, contra PSD, CDS-PP e PPM, não há votos de abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, PPM e 8 IND. **A Moção 020/02 foi aprovada por maioria.** -----

----- **MOÇÃO Nº. 020/03 (PSD) - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “AUSTERITAT”;**-----

----- (A Moção nº 020/03 (PSD) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXVI** e dela faz parte integrante)-----

----- **Moção nº. 020/03 (PSD)**, contra PS, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND, votos de abstenções do MPT, votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM. **A Moção 020/03 foi rejeitada.** -----

----- **MOÇÃO Nº. 020/04 (PSD) - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “SAUDAR MEDINA E A CONCLUSÃO DAS OBRAS DOS SEUS NOVOS CENTROS DE SAÚDE EM LISBOA”;**-----

----- (A Moção nº 020/04 (PSD) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXVII** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Peço desculpa, esta Moção não é do PSD? E estão a votar contra? Senhores Deputados, sinceramente, eu não acho que isto seja razoável, a Mesa neste momento propõe à Assembleia que se retira a Moção.-----

----- Vou propor uma votação para retirar a Moção, vou propor uma votação de não admissibilidade! Um partido apresenta uma coisa e depois diz que vota contra aquilo que apresentou? Se querem podem retirar, se não querem retirar a Mesa vai perguntar se a Assembleia entende que isto deva ser retirado. -----

----- Peço desculpa Senhores Deputados, mas eu estou a presidir aos Trabalhos e vou perguntar ao Plenário, se esta Moção que como vimos o PSD faz tenções de votar contra a sua própria Moção, a Mesa propõe ao Plenário que a Moção seja retirada da votação. Vou propor ao Plenário esta decisão, a Mesa pergunta ao Plenário quem vota contra a retirada da Moção?... Senhor Deputado, é uma questão de bom senso, a democracia não se faz sem bom senso, Desculpe Senhor Deputado! -----

----- O Senhor Deputado impugna a minha decisão? Mas eu estou a devolver ao Plenário. Senhores Deputados não interrompam, o Senhor Deputado quer uma interpelação à Mesa? Pede o microfone e faz a interpelação e a Mesa responde na medida das suas capacidades, que já são poucas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente, eu quero que a Senhora Presidente me esclareça sobre os fundamentos no Regulamento de funcionamento da Assembleia Municipal que decidem e deliberam que uma Moção possa ser, que é um direito político, portanto, nós estamos aqui a fazer uma manifestação política e, portanto, onde é que a Mesa ou o Plenário têm o direito de retirar a possibilidade a um partido de se pronunciar politicamente sobre uma matéria? Eu desconheço e, portanto, se calhar é falha minha! Gostaria que a Senhora Presidente me esclarecesse porque de outra forma Senhora Presidente, em vésperas de 25 de Abril isto parece-me muito estranho!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ É muito fácil Senhor Deputado esclarecer a minha posição, a Mesa tem o poder e o dever de admitir as propostas que dão entrada na Mesa, atendendo ao facto que constatei neste momento que há uma proposta que deu entrada na Mesa, que foi admitida pela Mesa, que o próprio proponente quer votar contra, não me faz sentido perguntar aos outros Partidos, se não há ninguém a sustentar esta proposta, porque é que a gente a vai pôr à votação? É por isso que eu estou a pedir ao Plenário que confirme se esta Moção deve ser retirada por esta simples razão, não tem ninguém que a apoie! É só isto! Mas vamos devolver a decisão do Plenário.-----

----- Uma interpelação à Mesa do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “ Senhora Presidente da Assembleia Municipal, eu quero subscrever a posição do Líder Parlamentar do PSD, eu julgo que esta Moção regimentalmente tem que ser votada, até porque tem que ficar registado em Ata este momento, no mínimo hilário! E permita-se Senhora Presidente que lhe cite um Deputado Brasileiro, o Deputado Tiririca, “Votemos isto, porque pior do que está não fica!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ Senhor Deputado, eu peço desculpa, não vamos entrar agora aqui em incidentes processuais. Os Senhores Deputados se entendem que eu não tenho razão votam contra o que eu propus, é tão simples quanto isto! O Plenário é soberano! -----

----- O Senhor Deputado Modesto Navarro quer uma interpelação à Mesa. Faça o favor, tem o microfone.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente, tem toda a razão em propor ao Plenário que afaste este documento da discussão e da votação, porque este documento apresentado pelo PSD, obviamente pressupõe uma votação favorável, é uma proposta no sentido de ser aprovada, se é o próprio Partido que rejeita é em meu entendimento uma das raras vezes que uma força política ofende a dignidade e a democracia desta Assembleia!” ---

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Obrigada Senhor Deputado! Senhores Deputados, a Assembleia é soberana, a Assembleia entende que a Mesa não tem razão vota contra aquilo que eu propus, o Senhor Deputado ainda tem a palavra, se faz favor, ou de defender a sua Moção ou defender a sua posição, explique-se lá.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhora Presidente, eu de facto fico entusiasmado com a reação que isto merece à esquerda e a verdade é tão-somente esta: nós temos todo o direito de apresentar qualquer Moção, seja qual fores os termos em que ela for apresentada, desde que ela não represente em momento algum uma ofensa a ninguém, Ela não representa! -----

----- A Moção constitui um conjunto de factos e o que nós aqui fizemos é uma manifestação política, o que está a acontecer à esquerda desta Assembleia, em vésperas de 25 de Abril é que estão a querer evitar uma votação, porquê? Porque há uma consequência política dessa votação...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Bom, isso já não é uma interpelação à Mesa!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Eu peço desculpa mas foi a Senhora Presidente que suspendeu os Trabalhos e incitou este...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Não suspendi nada! Devolvi uma questão à Assembleia”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Suspendeu, suspendeu, a votação estava a decorrer Senhora Presidente, a Senhora Presidente não pode interromper uma votação, bom, a votação estava a decorrer e a Senhora Presidente interrompeu os Trabalhos, interrompeu o que esta em curso para incitar este incidente e por isso eu quero deixar bem claro Senhora Presidente, o PSD entende que tem em todo e qualquer momento... Eu peço desculpa,

eu tenho respeitado toda a gente, tenho ouvido, mas agora também me vão ter que ouvir.-----

----- Estamos aqui a impedir uma manifestação política, a forma em que a manifestação política se apresenta é que é ela própria diferente daquilo que os Senhores Deputados estão habituados, enfim, é o que é! -----

----- Senhora Presidente, o que eu não consigo compreender é que se coloque em causa a possibilidade de uma votação ser votada porque ela não põe em causa ninguém, o que ela põe em causa é uma manifestação política e, portanto, é isto que esta em causa no dia 24 de Abril de 2018.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Bem se vê que é de 24 de Abril Senhor Deputado! Se fosse de 25... Bom, Senhores Deputados, eu não vou forçar esta Assembleia a seguir o entendimento que a Mesa teve, em última instância, em última instância é o proponente que está a defender a sua posição e em democracia mesmo que se esteja em minoria tem que ser respeitada a minoria, portanto, eu vou retirar a proposta e devolver isto à votação, nós vamos votar a proposta e vamos assistir àquilo que vai ser a votação desta proposta e cada uma tirará as ilações políticas que quiser disto! Eu não quero ficar com o ónus de não ter permitido exprimir a vontade, depois direi o que penso sobre isto, depois direi! ----- Mas antes da votação não o posso fazer porque os Senhores Deputados têm o direito a votar! Nós vamos votar este Moção, seguramente vamos votá-la, eu depois direi o que é que farei a seguir! -----

----- Vamos pôr à votação a Moção cujo proponente já disse que não a quer votar, mas vamos pô-la à votação, quer votá-la ou quer votar contra ela? Vamos pô-la à votação. -

----- **Moção nº. 020/04** (PSD), contra PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV e 8 IND, votos de abstenções do CDS-PP, MPT e PPM. **A Moção 020/04 foi rejeitada.** -----

----- Portanto, nenhum voto favorável, temos aqui uma circunstância única, naturalmente levarei o assunto à Conferência de Representantes e penso que o nosso Regimento deverá prever essas situações numa proposta cujo proponente se retira dela, temos que saber se é possível perpetuarmos votações de uma coisa que neste momento ninguém apoia, portanto, está esclarecida a questão, não vamos perder mais tempo com este incidente e tiraremos as conclusões... Senhor Deputado, eu estou a falar, se faz favor respeita o trabalho da Mesa! Tiraremos as conclusões devidamente no âmbito regimental. -----

----- Vamos agora prosseguir com a Moção nº. 020/05. -----

----- **MOÇÃO Nº. 020/05 (PEV) - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DO LUMIAR”;** -----

----- (A Moção nº 020/05 (PEV) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXVIII** e dela faz parte integrante) -----

----- **Moção nº. 020/05** (PEV), Não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, e IND. **A Moção nº 020/05 foi aprovada por unanimidade.** -----



----- **RECOMENDAÇÃO N.º 020/02 (PSD) – NOVA VERSÃO - (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “O IGRÉGIO LEILÃO DAS RENDAS”;**-----

----- (A Recomendação n.º 020/02 (PSD) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXIX** e dela faz parte integrante)-----

----- **Ponto 1 da Recomendação n.º 020/02 (PSD)**, votos contra do PS, BE, 7 IND, votos de abstenção do MPT, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, PPM. **O Ponto 1 da Recomendação n.º 020/02 foi rejeitado.**-----

----- **Ponto 2 da Recomendação n.º 020/02 (PSD)**, votos contra do PS, BE, 7 IND, não há votos de abstenção, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT e PPM. **O Ponto 2 da Recomendação n.º 020/02 foi rejeitado.**-----

----- **Ponto 3 da Recomendação n.º 020/02 (PSD)**, votos contra do PS, BE, 2 IND, votos de abstenção MPT e 1 IND, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT e PPM. **O Ponto 3 da Recomendação n.º 020/02 foi rejeitado.**-----

----- **Pontos 4 e 5 da Recomendação n.º 020/02 (PSD)**, votos contra do PS, BE, 7 IND, não há votos de abstenção, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT e PPM. **Os Pontos 4 e 5 da Recomendação n.º 020/02 foram rejeitados.**-----

----- Esta Recomendação não passou e há Declarações de Voto aqui assinaladas pela Bancada do Bloco de Esquerda.-----

----- (Ausência de 1 Deputado(a) Independente na Sala do Plenário)-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 020/03 (MPT) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT) – “PELA ABERTURA DA PISCINA DA PENHA DE FRANÇA”;**-----

----- (A Recomendação n.º 020/03 (MPT) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXX** e dela faz parte integrante)-----

----- Peço desculpa mas os considerandos não se votam e esta Recomendação só tem três pontos deliberativos, só votamos os pontos deliberativos e, portanto, querem separadamente todos? Vamos pôr à votação em separado os três pontos deliberativos.-----

----- **Ponto 1 da Recomendação n.º 020/03 (MPT)**, votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **O Ponto 1 da Recomendação n.º 020/03 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Ponto 2 da Recomendação n.º 020/03 (MPT)**, votos contra PS e 6 IND, abstenções 1 IND, votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **O Ponto 2 da Recomendação n.º 020/03 foi rejeitado.**-----

----- **Ponto 3 da Recomendação n.º 020/03 (MPT)**, votos contra PS e 6 IND, abstenções 1 IND, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT e PPM. **O Ponto 3 da Recomendação n.º 020/03 foi rejeitado.**-----

----- (Ausência de 1 Deputado(a) Independente na Sala do Plenário)-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 020/04 (MPT) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT) – “POR MAIS ESPAÇOS VERDES NO ESPAÇO PÚBLICO, OBJETO DO PROJETO UMA PRAÇA EM CADA BAIRRO”;**-----

----- (A Recomendação n.º 020/04 (MPT) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXXI** e dela faz parte integrante)-----

----- **Ponto 1 da Recomendação nº. 020/04** (MPT), votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **O Ponto 1 da Recomendação nº 020/04 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **Ponto 2 da Recomendação nº. 020/04** (MPT), votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **O Ponto 2 da Recomendação nº 020/04 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **Ponto 3 da Recomendação nº. 020/04** (MPT), votos contra PS e 6 IND, não há abstenções, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 2 IND. **O Ponto 3 da Recomendação nº 020/04 foi rejeitado.** -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 020/05 (PSD)- RETIFICADA- (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT) – “POR MAIS ESPAÇOS VERDES NO ESPAÇO PÚBLICO, OBJETO DO PROJETO UMA PRAÇA EM CADA BAIRRO”;** -----

----- (A Recomendação nº 020/05 (MPT) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXXII** e dela faz parte integrante)-----

----- Aqui pedem-me para cortar a parte final do número 2 e acabar onde está a “Livraria Fumaça” e depois onde está a referência a “Parque Mayer e terrenos da Antiga Feira Popular” cortar. -----

----- **Recomendação nº. 020/05** (PSD), votos contra PS, BE e 3 IND, não há abstenções, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, PPM e 5 IND. **O A Recomendação nº 020/05 foi rejeitado.** -----

----- Declaração de Voto do Bloco de Esquerda.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 020/06 (PCP) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “APOIO AO VITÓRIA CLUBE DE LISBOA”;** -----

----- (A Recomendação nº 020/06 (PCP) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXXIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação nº. 020/06** (PCP), não há votos contra, abstenção 1 IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 7 IND. **A Recomendação nº 020/05 foi aprovada por maioria.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 020/07 (CDS-PP) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP) – “ALARGAMENTO DA COBERTURA DO PRÉ-ESCOLAR NA CIDADE DE LISBOA”;**-----

----- (A Recomendação nº 020/07 (CDS-PP) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXXIV** e dela faz parte integrante)-----

----- **Os pontos 1, 2 e 3 da Recomendação nº. 020/07** (CDS-PP), não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 8 IND. **Os Pontos 1, 2 e 3 da Recomendação nº 020/07 foram aprovados por unanimidade.**-----

----- **Ponto 4 da Recomendação nº. 020/07** (CDS-PP), votos contra PS, PCP, BE PEV e 7 IND, abstenções do PSD e 1 IND, votos a favor do CDS-PP, PAN, MPT e PPM. **O Ponto 4 da Recomendação nº 020/07 foi rejeitado.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 020/08 (CDS-PP) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP) – “PELA CONTRATUALIZAÇÃO DE VAGAS EM**

**CRECHES E JARDINS-DE –INFÂNCIA COM OS SETORES SOCIAL E PRIVADO NA CIDADE DE LISBOA”;**-----

----- (A Recomendação nº 020/08 (CDS-PP) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXXV** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação nº. 020/08** (CDS-PP), votos contra PS, PCP, BE, PEV e 7 IND, abstenções PSD e 1 IND, votos a favor do CDS-PP, PAN, MPT e PPM. **A Recomendação nº 020/08 foi rejeitada.**-----

**RECOMENDAÇÃO Nº. 020/09 (CDS-PP) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP) – “PELA CONTINUIDADE DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA CASA DO CONCELHO DE CASTRO DAIRE”;**-----

----- (A Recomendação nº 020/08 (CDS-PP) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXXVI** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação nº. 020/09** (CDS-PP), votos contra PS, 2 IND, abstenções 6 IND, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PEV, MPT, PPM. **A Recomendação nº 020/09 foi rejeitada.**-----

**RECOMENDAÇÃO Nº. 020/11 (PPM) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PPM) – “ATRIBUIÇÃO DO TOPÓNIMO JOÃO JAYME FARIA AFFONSO”;**-----

----- (A Recomendação nº 020/11 (PPM) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXXVIII** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação nº. 020/11** (PPM), não há votos contra, abstenções 3 IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 5 IND. **A Recomendação nº 020/11 foi aprovada por maioria.**-----

**RECOMENDAÇÃO Nº. 020/12 (PPM) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PPM) – “TORRE SINEIRA DA AJUDA”;**-----

----- (A Recomendação nº 020/12 (PPM) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXXIX** e dela faz parte integrante)-----

----- **Recomendação nº. 020/12** (PPM), votos contra do PS e 6 IND, não há abstenções, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 2 IND. **A Recomendação nº 020/12 foi rejeitada.**-----

**RECOMENDAÇÃO Nº. 020/13 (PAN) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – “SINALIZAÇÃO DE CRIMES CONTRA ANIMAIS E DE ANIMAIS PERDIDOS NA CIDADE DE LISBOA”;**-----

----- (A Recomendação nº 020/13 (PAN) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXXX** e dela faz parte integrante)-----

----- **Ponto 1 da Recomendação nº. 020/13** (PAN) não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS; PSD, CDS-PP; PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, e 8 IND. **A Recomendação nº 020/13 foi aprovada por unanimidade.**

----- **Ponto 2 da Recomendação nº. 020/13** (PAN), votos contra do PS e 6 IND, não há abstenções, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 2 IND. **A Recomendação nº 020/13 foi rejeitada.**-----

**RECOMENDAÇÃO Nº. 020/14 (PAN) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – “AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E DE**

**SENSIBILIZAÇÃO PARA A PROTEÇÃO DOS EQUÍDEOS NA CIDADE DE LISBOA**;

----- (A Recomendação nº 020/14 (PAN) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXXXI** e dela faz parte integrante)-----

----- **Ponto 1 da Recomendação nº. 020/14 (PAN)** não há votos contra, abstenções do BE, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, PPM, e 8 IND. **O Ponto 1 da Recomendação nº 020/13, foi aprovada por maioria.** -----

----- **Ponto 2 e 3 da Recomendação nº. 020/14 (PAN)** votos contra PS, 8 IND, não há abstenções, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM. **Os Pontos 2 e 3, da Recomendação nº 020/13, foram rejeitados.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 020/15 (PEV) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “PARA QUE ESPAÇOS VERDES DE MÉDIA E GRANDE DIMENSÃO E ÁRVORES DE ALINHAMENTO SEJAM CONSIDERADAS ESTRUTURANTES**;

----- (A Recomendação nº 020/15 (PEV) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXXXII** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Havia uma sugestão dos CPL para que isto baixasse ao Grupo de Trabalho de descentralização, mas vamos primeiro saber se é aprovado ou não, se for aprovado depois baixa para o Grupo de Trabalho analisar, é o que muitas vezes fazemos, portanto uma determinada matéria se a Assembleia a aprovar baixa, se a Assembleia não a aprovar fica aqui. Pode ser assim? Microfone ao Senhor Deputado Luís Newton”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pedir desculpa, temos um pedido a fazer ao PEV, se é possível eles separarem na parte deliberativa “Considere como estruturantes os espaços verdes de média dimensão”, 1 Ponto. E um Ponto 2 “Considere como estruturantes as árvores de alinhamento de via de forma a garantir uma gestão integrada e equilibrada””-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “O Senhor Deputado do PSD está a propor é que seja votada metade de frase e depois a outra metade, como se fossem dois pontos separados, pode ser? Aos proponentes, não há problema? Os proponentes concordam com a separação de um ponto? Senhora Deputada Cláudia Madeira.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente e Senhor Deputado, para “Os Verdes” faz sentido que seja assim um ponto único exatamente por causa disso é que apresentámos assim porque a visão que nós temos dos espaços verdes e das árvores de alinhamento é que é uma gestão integrada, deve ser uma gestão integrada, portanto, não nos parece que faça sentido dividir este ponto, e depois também já agora se me puder pronunciar em relação à Proposta feita pelo Senhor Deputado Independente, independentemente daquilo que venha a ser decidido por este Plenário não nos parece que haja qualquer

impedimento para que a Recomendação possa ser votada hoje, e depois se for aprovada poderá e deverá ser acompanhada e monitorizada pela 4ª. Comissão e eventualmente pelo Grupo de Trabalho da descentralização porque o que está a ser feito, o trabalho que está a ser desenvolvido pelo Grupo de Trabalho, do acompanhamento do processo legislativo da descentralização em nada interfere com aquilo que “Os Verdes” propõem hoje e o que propõem hoje é: porque cabe à Câmara considerar estruturantes ou não estes espaços verdes e as árvores de alinhamento e o que estamos a colocar à consideração dos Senhores Deputados é pura e simplesmente se querem manter esta problema e manter esta manta de retalhos que tem caracterizado a cidade de Lisboa a nível dos espaços verdes ou se querem finalmente fazer alguma coisa e aprovar esta Recomendação. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Deputado Miguel Santos para uma interpelação à Mesa? -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ É um voto contra.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ainda não pusemos à votação, calma, já percebi que há diferenciação na bancada, muito bem, não há problema nenhum, já lá iremos. Vamos pôr isto à votação, se os Senhores Deputados estivessem de acordo com isso, nós íamos tranquilamente votar este ponto.” -----

----- **Recomendação nº. 020/15** (PEV) votos contra do PS, PSD 1 PAN, abstenções do CDS-PP e 6 IND, votos a favor do PCP, BE, PEV, MPT, PPM, e 1PAN e 2 IND. **A Recomendação nº 020/15 foi rejeitada.** -----

----- “Senhores Deputados, voltaremos certamente a este assunto noutra ocasião mas neste momento não passou, portanto, vamos prosseguir.” -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º. 020/16 (PEV) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO METROPOLITANO DE LISBOA”;** --

----- (A Recomendação nº 020/16 (PEV) foi anexada a esta Ata como **Anexo XXXXIII** e dela faz parte integrante) -----

----- **Ponto 1 da Recomendação nº. 020/16** (PEV), não há votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM E 8 IND. **O ponto 1 da Recomendação 020/16 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **Ponto 2 da Recomendação nº. 020/16** (PEV), não há votos contra, abstenções do BE, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, MPT, PAN, PEV, PPM E 8 IND. **O ponto 2 da Recomendação 020/16 foi aprovado por maioria.** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhores Deputados, depois as Declarações de Voto que quiserem. O Deputado Rui Costa tem Também uma Declaração de Voto. -----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP apresentou a seguinte Declaração de Voto:** --

----- **“Voto 020/01 (PCP) Saudação pelo 44º Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974** -----

----- Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram **contra** na votação acima referenciada por considerarem que:-----

----- O PCP aproveita este marco da história de Portugal para efabular sobre uma das principais conquistas de Abril: o Poder Local. -----

----- Nas diversas considerações afirma que «Indiferentes à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afectam no seu quotidiano, os consecutivos Governos continuam a desvalorizar o Poder Local, muitas vezes procurando subverter o Poder Local Democrático, dando expressão a tentativas de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas Abril.»-----

-----Trata-se de uma afirmação insidiosa, ofensiva aos demais partidos que democraticamente integraram os Governos de Portugal, escolhidos por vontade popular – o que nunca aconteceu com o PCP – que sempre trabalharam para a concretização e implementação do poder local, sendo a última iniciativa a Reforma Administrativa de Lisboa, à qual o PCP se opôs por mero tacticismo eleitoral e em função dos interesses do partido.”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP apresentou a seguinte Declaração de Voto:** --

-----“ **Voto 020/06 (PEV) Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio.** -----

----- Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram **contra** na votação acima referenciada por considerarem que:-----

----- O PEV, entre outras coisas, também herdou o jargão do PCP quando afirma «Após uma sequência de fases de políticas de estagnação e retrocesso social, em confronto com a própria Constituição da República Portuguesa, num claro ajuste de contas com o 25 de Abril, com ataques aos direitos e conquistas de Abril, de precarização do trabalho e de abdicação da própria soberania nacional, a luta do povo português soube interrompê-las nas eleições de Outubro de 2015.»-----

----- Como partido democrático nascido após o 25 de Abril – e legitimado pelo povo em todas os actos eleitorais onde concorreu sozinho ou em coligações – o CDS não reconhece ao PEV nenhuma capacidade para afirmar que “pretendemos ajustar contas com o 25 de Abril”. Pelo contrário sempre defendemos a democracia contra aqueles que têm uma concepção enviesada ou cínica do que deve ser a vontade popular.”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

----- **“Voto 020/07 (PEV) Condenação pelo Massacre de palestinianos pelas autoridades israelitas** -----

----- **Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram **contra** na votação acima referenciada por considerarem que:-----**

----- **O voto do PEV é um tratado de mentira política usado para, mais uma vez, – e já foram muitas – para engrossar a vaga anti-semita contra o democrático Estado de Israel.**-----

----- **A mera leitura da imprensa revela que o grupo terrorista Hamas – colocado na lista de organizações terroristas pelo Tribunal de Justiça da União Europeia –**

*instigou e atacou a fronteira entre Gaza e Israel, tendo o exército israelita defendido a mesma como é seu dever.*-----

----- *O CDS regista novamente – sem surpresa – que o PEV se encontra do lado errado da História.*-----

----- *Contudo, o CDS-PP não deixa de lamentar a morte de inúmeros cidadãos vítimas dos confrontos.*”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP apresentou a seguinte Declaração de Voto:** -

----- ***“Voto 020/12 (PCP) Solidariedade com os últimos acontecimentos no Brasil***----

----- *Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram contra na votação acima referenciada por considerarem que:*-----

----- *O voto do PCP é uma tentativa torpe de ingerência na justiça do Estado democrático brasileiro onde as instituições e a separação de poderes funcionam.*-----

----- *Já conhecíamos a solidariedade internacionalista do PCP mas até hoje não tínhamos dados que nos levassem a acreditar que a mesma era extensível aos casos julgados por corrupção.*”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP apresentou a seguinte Declaração de Voto:** -

----- ***“Voto 020/13 (PCP) Fim à agressão contra a Síria e pelo respeito dos direitos do povo sírio***-----

----- *Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram contra na votação acima referenciada por considerarem que:*-----

----- *A perseguição da paz e do superior interesse do povo sírio é uma aspiração internacional que tem preocupado a União Europeia e a OTAN, organizações de que Portugal é parte integrante, pelo que o CDS não acompanha as pretensões irrealistas do PCP contrárias ao interesse nacional.*-----

----- *Contudo, o CDS-PP não deixa de lamentar a morte de inúmeros cidadãos vítimas dos confrontos.*”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP apresentou a seguinte Declaração de Voto:** -

----- ***Moção 020/02 (PCP) Pela suspensão imediata dos despejos dos imóveis da Fidelidade Seguros na cidade de Lisboa***-----

----- *Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram na votação acima referenciada por considerarem que:*-----

----- *Ao estilo que o PCP já nos habitou, o foco do texto remete para um ataque político ao anterior Governo baseado em preconceitos ideológicos, o que consideramos um atropelo ao problema em apreço de centenas de moradores e um desrespeito pelos comunistas, que colocam questões partidárias acima das resoluções;*-----

----- *Os considerandos apresentados baseiam-se em declarações difusas, uma vez que que a Fidelidade tem prestado declarações, declarações contrárias às dos inquilinos, que importa apurar com celeridade;*-----

----- *O PCP pretende que o Município assumira uma resolução que passe pelo exercício do direito de preferência o que, face ao número de contratos em causa e já confirmado pela vereadora da Habitação, seria impossível de acolher;*-----

----- *O CDS-PP defende que a situação deve ser clarificada em sede pelo que, pese embora os considerandos apresentados, se absteve por concordar com a remessa do assunto à 5ª Comissão Permanente para solicitação de esclarecimentos e acompanhamento da situação.*-----

----- **O Grupo Municipal do BE apresentou a seguinte Declaração de Voto:**-----

----- *“Recomendação 020/16 (PEV) – Representante do Município no Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa*-----

----- *As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Lisboa declaram não poder acompanhar o ponto 2 da parte resolutiva da Recomendação 020/16 (PEV), por entenderem que o Município de Lisboa é detentor de direitos históricos e legais sobre o Metropolitano de Lisboa incompatíveis com um “pedido” de um lugar no Conselho de Administração da empresa.*-----

----- **O Grupo Municipal do BE apresentou a seguinte Declaração de Voto:**-----

----- *“Relativa a todas as moções e recomendações apresentadas pelo Grupo Municipal do PSD na reunião de 24 de abril de 2018*-----

----- *As Deputadas e os Deputados Municipais do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Lisboa declaram votar contra todas as moções e recomendações apresentadas pelo Grupo Municipal do PSD no Período Antes da Ordem do Dia da reunião de 24 de Abril de 2018 desta Assembleia Municipal, considerando a postura pueril evidenciada em tais documentos, fosse no emprego de expressões impróprias, fosse no facto inédito de o PSD votar contra uma moção da sua própria autoria. Reconhecendo expressamente a importância de alguns temas trazidos a debate pelo Grupo Municipal do PSD, estaremos disponíveis para o seu debate em termos que revistam a dignidade que as populações servidas por esta Assembleia Municipal impõem.*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:-

----- *“Senhores Deputados, a Mesa agora quer-vos pôr a seguinte questão: são 18h 36m, a grelha para a Informação Escrita do Presidente são 3 horas e 20, nós não vamos poder fazê-la toda hoje.*-----

----- *Eu não sei se querem fazer metade agora e outra metade noutra dia ou se é preferível irmos todos para casa descansados e celebrar esta Madrugada e o Dia de amanhã e em próxima sessão começamos tranquilamente com a Informação Escrita do Presidente.*-----

----- *Deixem-me dar esta informação, entretanto darão entrada na Assembleia Municipal, assim espero, as Contas que devem ser aprovadas na Câmara no dia 26, se tudo correr bem e eu depois falarei com os Representantes para acertar como é que fazemos a Apreciação das Contas.*-----

----- *O Senhor Deputado André Couto quer fazer uma interpelação à Mesa.*-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- *“Senhora Presidente, muito brevemente, temos cá hoje o Senhor Presidente da Câmara e também os serviços, sei que se prepararam para este efeito hoje e parece-me então que muito provavelmente todos os partidos acabarão por ter algum poder de*



síntese, julgo que não serão necessárias as três horas e meia, portanto, poderemos até conseguir hoje fazer toda a apresentação, e apelando também ao Senhor Presidente de Câmara que utilize o seu poder de síntese, mas podemos muito provavelmente as conseguir fazer a apresentação da mensagem, porque acho que era bom que pudéssemos ir agora embora para feriado, já que esta questão resolvida. Obrigado.”----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- Senhor Deputado, eu compreendo isso, o Senhor Presidente está aqui, acontece que vários Senhores Deputados estão-me aqui a fazer chegar mensagens à Mesa, não vamos ter tempo de fazer o debate deste ponto todo na íntegra, é impossível não vamos ter mesmo, mesmo que o Senhor Presidente seja super sucinto temos muitas pessoas inscritas e não vamos conseguir acabar antes das 8h 35m é a nossa hora limite, das 5 horas e 20 de Trabalhos Parlamentares, não vamos conseguir! -----

----- Por isso que eu estava a perguntar, o que eu estava a perguntar era uma questão de sensatez, para não estarmos a fazer um ponto metade num dia e metade noutra, não faz sentido, não vamos pôr o Senhor Presidente da Câmara a falar e não ter resposta no próprio dia, não acho que não é razoável, portanto, acho que no dia que o Senhor Presidente da Câmara fala tem que naturalmente receber as respostas e as reações de todas as bancadas. Não vamos dividir isto ao meio! Por isso é que eu estou a pôr esta questão.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente, se me permite eu ia dividir em duas partes porque a minha intervenção inicial não era sobre isto, é porque entretanto a gente saltou, mas nós queríamos aqui indicar que tínhamos Declarações de Voto por Escrito e iríamos querer entregar no âmbito das Moções e Recomendações e Votos e, portanto, queria deixar isto em registo áudio. -----

----- Aproveitando este tema se apresente o senhor Presidente terá que no limite deslocar-se cá duas vezes, certo? Portanto se nós eventualmente conseguíssemos realizar isto nesta primeira Sessão, se calhar, poderia haver a possibilidade de se poupar uma segunda vinda do Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- O Grupo Municipal do PSD não entregou as Declarações de Voto acima mencionadas) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “ O Senhor Presidente da Câmara tem que estar presente durante todo o debate da Informação Escrita, não é só a apresentação. -----

----- Há vários Senhores Deputados que pediram interpelações à Mesa e Mesa naturalmente dará as interpelações todas, isto só mostra a falta que faz não ter havido uma Conferência de Representantes antes desta Assembleia Municipal, tínhamos preparado essas coisas todas como deve de ser.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “ Senhora Presidente, saúdo-a por essa declaração, porque realmente é prevista e depois foi desativada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Foi por incapacidade Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Senhora Presidente, é bom que haja Conferências de Representantes quando há necessidade de haver! -----

----- Mas em relação a esta matéria parece-nos mal que haja uma intervenção do Presidente da Câmara e mais tarde haja noutra sessão as intervenções e pode o Senhor Presidente até já não poder estar e é a Informação do Presidente e é o Presidente que deve responder ou então delega nos Vereadores e nesse sentido, nós apoiamos essa proposta de passarmos este ponto da Informação Escrita do Presidente para outra Assembleia. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente, muito obrigado, eu queria só manifestar a minha vontade que nós tivéssemos o debate hoje, faltam ainda 2 horas pelo que eu percebo do ponto de vista regimental. Creio que, em 2 horas é tempo, é muito tempo de debate e tem uma vantagem que eu posso prometer aos seus Deputados, é que eu tentarei ser mesmo mais breve.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhores Deputados, em vez de estrem todos a fazer uma interpelação o melhor é perguntar à Assembleia o que é que pretendem, é mais simples, porque assim perdemos o tempo todo a fazermos interpelações uns aos outros, mais vale perguntar. A Mesa não se sente com capacidade de tomar a decisão sozinha e, portanto, pede à Assembleia que decida.”-----

----- **PROPOSTA DE INTERRUPTÃO DOS TRABALHOS, APRESENTADA PELA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;**-----

----- **Apreciação da proposta de interrupção dos trabalhos, por se prever que o limite máximo do tempo regimental para a reunião em curso, seja atingido a meio da análise da “Informação Escrita” do Presidente da Câmara;**-----

----- Senhores Deputados, quem vota contra a interrupção dos trabalhos neste momento? PSD e PS. Voto de abstenção? Abstenção do BE. Votos favoráveis do CDS-PP, PCP, MPT, PAN, PEV, PPM e 8 IND. A Assembleia Deliberou.-----

----- A Assembleia é soberana, portanto, vamos começar os trabalhos sendo que temos que os interromper quando chegar as 8h 35 minutos, logo vemos quem é que falou que é que não falou. -----

----- Agora levanta-se é outra questão regimental, que é um ponto iniciar-se e não se acabar, mas uma Sessão pode ser interrompida por essa razão.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente, mas ninguém estava a defender a interrupção dos trabalhos, era a continuação, sendo que o Ponto, como já aconteceu tantas vezes, o Ponto da Informação do Presidente passaria para outra reunião da Assembleia, é só para esclarecer isso.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “Certo, muito obrigado Senhor Deputado.” -----  
----- Mas de qualquer maneira eu talvez tenha colocado mal a questão, não foi isso que foi aprovado e, portanto, vamos prosseguir com a nossa Ordem de Trabalhos.-----  
----- Mas há mais interpelações agora? Senhor Deputado” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----  
----- “Senhora Presidente, não querendo protelar os trabalhos, mas já tinha pedido a palavra no final do outro ponto, para dar nota que o CDS irá apresentar as Declarações de Voto relativamente aos Votos 01, 17, 6, 7, 8, 12, 13, sobre a Moção 2 e são apenas estes. Muito obrigado.” -----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -  
----- “ A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink, do PPM, quer fazer uma Declaração de Voto oral. Faça o favor.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Senhora Presidente, a primeira inscrição para fazer Declaração de Voto fui eu, quando foi votado o voto 20/14 do PPM “Condenação à invasão da Crimeia pela Federação Russa”, é uma Declaração de Voto do Grupo.” -----  
----- **O Grupo Municipal do PCP fez oralmente a seguinte Declaração de Voto:** ----  
-----“Quero fazer esta Declaração de Voto porque de facto a história quando é deturpada tem que ser reposta e queremos dizer que estamos solidários com o povo da Ucrânia, como é óbvio, mas não podemos apoiar um voto cujos considerandos são um falseamento da história. -----  
----- É aqui escamoteado que a sublevação na Crimeia, como em outros sítios decorre na sequência de um golpe fascista na Ucrânia, que deu lugar a um poder com forças fascistas e racistas que reprime os direitos da população, existe ainda uma guerra latente na Ucrânia porque há forças que não aceitam a imposição de um Governo Fascista. -----  
----- O PPM, e agora em termos das monarquias, não está presente? O PPM talvez não saiba que a região foi integrada no Império Russo no início do Século XVIII, quando as forças da Czarina Catarina II invadiram a Taurida e depuseram o Canato da Crimeia. Depois disso a Crimeia passou a ser um *Oblast* da Rússia, não da Ucrânia e que assim se manteve depois da Revolução Russa, passando por vários momentos históricos tais como a 2ª. Guerra Mundial, sempre integrada na República Federativa Socialista Soviética da Rússia. -----  
----- Em 1954 o então Presidente do *Presidium do Soviete Supremo da URSS*, Cruchoy, separou a República Autónoma da Crimeia e a cidade autónoma de Sebastopol integrando-as na República Socialista da Ucrânia. -----  
----- Aquando da desagregação da URSS a população da Crimeia manifestou várias vezes o seu desagrado, tendo mesmo proclamado uma República não lhe sendo no entanto facilitada a escolha, quer por pressão internacional quer pela inoperância do Governo Russo de Helsing. -----

----- Quer pela sua composição ética a linguística, quer por fortes laços que manteve sempre com a Federação Russa, não seria expectável que perante um golpe de caráter fascista e russófono essa população escolhesse de forma diversa. -----

----- Em 11 de março de 2014 o Parlamento da República Autónoma da Crimeia adotou uma Declaração da Independência e em 16 de março de 2014 a maioria dos eleitores votou a favor de uma reintegração na Rússia. Esta é que é a realidade da história! Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, e agora não vejo o Senhor Presidente da Câmara, que era a quem eu ia dar a palavra agora, isto assim francamente é difícil e além disso também começo a ver muito poucos Deputados na Sala, portanto, daqui a nada acabamos por não poder continuar a Sessão porque não há quórum, por enquanto ainda há! Mas peço aos líderes de bancada que chamem os vossos Deputados para podermos ter quórum, porque senão não podemos continuar a Sessão.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, E DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 4.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA; GRELHA H – MÁXIMO 3H 20M;**-----

----- (Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra, devidamente, arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Presidente da Câmara tem agora a palavra.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, este dia 24 de Abril, celebrado sempre com um entusiasmo por todos os democratas, têm hoje na cidade de Lisboa, uma razão própria de festejo, é que o 24 de Abril do ano 2018 marca o reinício da Carreira 24 do elétrico na cidade de Lisboa! -----

----- Este facto, não só na reposição da memória histórica e afetiva da cidade de Lisboa, não só uma marca da política da mobilidade na cidade de Lisboa, é também um elemento marcante de uma mudança de fundo na política de mobilidade da cidade nas últimas décadas. -----

----- A verdade é que, ao longo de décadas, a cidade assistiu ao desmantelamento de uma rede de elétricos que cobria de forma eficaz a generalidade do território da cidade. Década, após década, desapareceram os carris, foram vendidas as carruagens, as composições e foram substituídos os carismáticos elétricos por autocarros. Mais tarde até esses mesmos foram suprimidos, e porque hoje se marca é não só a retoma desta linha emblemática, tal como constava do nosso Programa Eleitoral, tal como se

tornou possível pela propriedade da Carris ter passado para a Câmara Municipal de Lisboa, mas também como marca do que é um novo ciclo na expansão da rede de elétricos na nossa cidade. -----

----- Hoje é o dia que marca o regresso dos elétricos à cidade de Lisboa, o regresso a uma fase de crescimento da rede de elétricos, que começa com o 24, agora até ao Largo do Camões, que depois será estendido até ao Cais Sodré, que marca a extensão do 15, que seguirá para o Campo das Cebolas, Santa Apolónia, depois em direção Oriente. -----

----- Em direção a poente à Cruz Quebrada e posteriormente a mais zonas dentro do Município, dentro do Município de Oeiras e, no fundo, uma densificação da nossa rede de elétricos como um instrumento essencial da nossa rede de mobilidade, é por isso que reafirmo aqui o compromisso inscrito no nosso Programa Eleitoral e reafirmado no discurso de posse de lançamento de um concurso de aquisição de pelo menos 30 elétricos durante o primeiro semestre do ano de 2018. -----

----- Quero a este propósito também referir que o dia de hoje e a cobertura da rede de elétricos insere-se no âmbito de uma estratégia de âmbito metropolitano que, como aqui defendi, é essencial para que a cidade resolva os seus desafios em matéria de mobilidade, sozinhos não teremos capacidade de proceder à substituição do privilégio do domínio do automóvel e do transporte individual pelo transporte público, precisamos trabalhar com os municípios vizinhos e por isso, quero partilhar a conclusão mais importante da Cimeira das Áreas Metropolitanas, que é precisamente um programa de investimentos de âmbito metropolitano, que permita resolver os grandes acessos à cidade de Lisboa, a partir de Cascais, a partir de Oeiras, a partir de Loures, a partir da Amadora, a partir de Almada, a partir do Barreiro, a partir do Seixal, que permita robustecer o transporte público a partir de todos os concelhos limítrofes à cidade de Lisboa, porque isso é essencial à coesão de um território metropolitano, mas é essencial à qualidade de vida no interior da cidade de Lisboa. ----

----- Não é depois dos automóveis entrarem dentro de um município pequeno em área que nós poderemos resolver os desafios da mobilidade, é trabalhando com todos para que esta prioridade seja uma prioridade central do próximo quadro comunitário de apoio. -----

----- Mas também ao nível da gestão de todo o sistema, o acordo na Área Metropolitana é que nós queremos substituir o Estado, queremos que seja a Área Metropolitana a assumir a coordenação dos meios de transporte de âmbito metropolitano, e vamos mais longe, vamos a própria propriedade, à copropriedade das principais empresas de transportes de âmbito metropolitano. -----

----- Por último a questão económica e financeira, é hoje claro que uma das razões que dificultam o acesso das pessoas, dos munícipes ao transporte público é o seu preço, não falo especificamente do Município de Lisboa, mas quem conhecer minimamente o que custa a partir de Algés, a partir de Sintra, a partir de Almada, a partir de Cascais, a partir de Mafra ou a partir de Palmela, percebe que com franqueza um título de transporte público pode custar 70, 80, 90, 100, 120 ou 140 euros por mês, por pessoa, que é quanto custam título por exemplo a partir de Palmela ou a partir de

Mafra, significa que essa pessoa, essa família, essa família trabalhadora optará naturalmente pelo transporte individual e pelo automóvel, o automóvel hoje não é o privilégio daqueles que mais têm, o automóvel hoje é a necessidade, muitas vezes, daqueles que têm menos, porque não têm transporte público de qualidade e acessível para se moverem na Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Por isso lançamos um desafio claro ao Governo, vamos criar em conjunto um passe único intermodal, de valor único integrado na Área Metropolitana, para toda a Área Metropolitana e que tenha um valor acessível, porque o direito à mobilidade é um direito individual, mas é também um direito das cidades onde todos nós nos movemos, onde todos nós vivemos e onde todos nós trabalhamos. -----

----- Senhora Presidente, quero destacar, em segundo lugar, os avanços que fizemos em matéria da qualidade de vida, da qualidade de vida no espaço da cidade e quero aqui referir quatro aspetos. Em primeiro lugar, o facto de Lisboa ter sido de novo escolhida como uma das finalistas ao título de Capital Verde Europeia. -----

----- Significa isto que ao nível das Instâncias Comunitárias há o reconhecimento do que em Lisboa, nós fazemos um enorme esforço de progredir para sermos uma cidade ambientalmente sustentável, nas suas múltiplas dimensões, na água, no saneamento, nos espaços verdes, no combate à poluição, na utilização de energias alternativas, em tudo o que assegura a sustentabilidade ambiental Lisboa está a avançar! -----

----- Dizem alguns de forma cética, bom, mas como podemos dizer que Lisboa é uma cidade verde? A grande questão política é o caminho que nós estamos a seguir, é a orientação que nós estamos a seguir e desde que o PDM foi aprovado que foram inscritos mais centenas de hectares de área verde, e é a única capital que seguramente o fez! E nos últimos anos, temos tido um trabalho intensivo em construí-los, como estamos com trabalho intenso em construir as redes reaproveitamento da água, como estamos empenhados em construir a alimentação pela energia solar, como estamos empenhados em construir mais transporte público, menos a *diesel*, menos poluente, capaz de ser um transporte público ambientalmente sustentável, e é precisamente este caminho, esta direção, este sentido, mas também a velocidade a que nós estamos a ir que está a merecer o reconhecimento dos nossos parceiros europeus. -----

----- E esta política tem exemplos concretos na vida quotidiana da cidade, abrimos há poucas semanas o Campo das Cebolas, quem se recorda do que era o Campo das Cebolas? Durante décadas foi um parque de estacionamento abandonado, desregrado onde nenhuma utilização digna se podia ter daquele espaço. Hoje o que temos é um espaço totalmente qualificado, com uma zona verde, com um parque infantil e também com um parque de estacionamento necessário às necessidades de todos. -----

----- Abrimos neste fim-de-semana o Jardim Botânico, depois de uma intervenção motivada pelo Orçamento Participativo, mas onde a Câmara ajuda a recuperar um elemento central da vida da cidade! -----

----- E permitam que refira amanhã, 25 de Abril, onde vamos reabrir o Jardim do Campo Grande, a ala sul do Jardim do Campo Grande, completando essa obra essencial para a vida da cidade um dos principais jardins da cidade, e onde teremos o

gosto de também homenagear Mário Soares, atribuindo-lhe o seu nome a este Jardim, este elemento tão essencial da nossa vida coletiva!-----

----- Senhora Presidente, quero destacar, em terceiro lugar um avanço de grande importância nos direitos sociais, que é a decisão que tomámos de avançar com a experiência piloto dos Programas de Consumo Assistido. É uma decisão que vinha sendo pensada há muito, que estava prevista na Lei ainda há mais tempo e que em Lisboa decidimos neste momento dar este passo, um passo no sentido de uma política humanista, de tratar as pessoas como a dependência acentuada, severa, com os elementos que necessitam para poder deixar essa situação, dando-lhe o apoio de que necessitam, adequando as políticas e as respostas ao seu ritmo, às suas capacidades, às suas disponibilidades, não estava tanto como culpados muito menos como criminosos, mas sermos capazes de introduzir, de forma integrada, uma resposta às necessidades de cada ser humano, de cada nosso município, de cada nosso vizinho, de cada pessoa que habita ou que trabalha neste território e que se vê pelas circunstâncias da vida, amarrado às teias da exclusão!-----

----- É por isso que este Programa é para nós uma importância tão grande e nós vamos avançar com esta experiência-piloto na Freguesias do Lumiar, nas Freguesias de Alcântara, na Zona Oriental e quero deixar aqui uma palavra de felicitação ao Vereador Ricardo Robles pelo empenho e pela visão que teve de logo desde o início do mandato avançarmos com esta decisão. -----

----- Quero por último, Senhora Presidente, destacar o tema da habitação, um tema que sei que lhe é muito caro, um tema que está naturalmente na ordem das preocupações de todos na cidade de Lisboa, a verdade é que nós passamos de um modelo em que o acesso à habitação se fazia através da construção de iniciativa pública ao nível da habitação social e através da aquisição de casa própria para as classes médias. -----

----- Esse modelo foi posto em causa, pela evolução da economia, pela evolução da legislação do arrendamento, por um conjunto de fatores que determinaram uma evolução diferente. A verdade é uma: hoje as classes médias têm uma dificuldade crítica em adquirir e concretizar o direito à habitação no Município de Lisboa e é precisamente neste momento que se exigem as respostas. É por isso que nós avançamos com um programa de atribuição de casas nos bairros históricos da cidade de Lisboa, conquistei um concurso aberto até maio, a até ao próximo mês de maio, para que possamos combater, termos uma resposta àquelas vítimas do regime do arrendamento, que não puderam e não preservaram as suas casas, mesmo numa situação de fragilidade, de idade, contratual ou qualquer outra. -----

----- É por esta razão que aprovámos já em Câmara a primeira operação de construção de reabilitação da renda acessível, numa zona emblemática, a Rua de São Lázaro, bem na Baixa da Cidade de Lisboa, onde a uma situação de 16 prédios degradados, vai dar origem a construção de 100 novas habitações para jovens, para as classes médias que vão poder beneficiar de contratos estáveis, de longa duração, pagando rendas compatíveis com os seus rendimentos. -----

----- Quero destacar também aqui o trabalho que estamos a fazer com a Segurança Social, para podermos utilizar o património não utilizado da Segurança Social na Cidade de Lisboa, património de escritórios, onde a Segurança Social atualmente tem os seus serviços e onde a Câmara vai adquirir esses equipamentos, reabilitá-los, transformá-los em habitações e em quartos para estudantes universitários, numa resposta para mais de 1100 pessoas. -----

----- E Senhores Deputados, até ao verão traremos aqui à Assembleia Municipal, as propostas quer no domínio do programa de âmbito concursal, no âmbito do Programa da Renda Acessível, na vertente de participação privada, mas também as primeiras iniciativas de construção direta por parte do Município de Lisboa, para que possamos concretizar e termos mais ferramentas para concretizar do nosso lado o programa de acesso à habitação. -----

----- Mas quero terminar, Senhores Deputados, com uma referência àquilo que foi ontem anunciado no âmbito do Parlamento e, no âmbito do Governo para saudar a iniciativa que o Governo tomou, porque se é verdade que nós temos muito a fazer na cidade de Lisboa do ponto de vista da concretização de uma nova política de habitação para as classes médias, a verdade é que nós não temos os instrumentos, só por nós, para conseguirmos gerir a situação no curto prazo, e para gerirmos esta situação é essencial contarmos com a participação de todos e, por isso, quero saudar as medidas que foram anunciadas de criação de um novo regime de arrendamento, de longo prazo e de muito longo prazo, com um benefício fiscal muito significativo, o que se vai permitir é que proprietários escolham colocar mais casas no mercado de arrendamento e assim fazer baixar os preços para mais casas estejam disponíveis. -----

----- O que foi proposto é criar um mecanismo de proteção da maior importância para que as pessoas mais velhas, que sendo vítimas da mudança do regime do arrendamento, não se aperceberam que mudaram de tipo de contrato e que, neste momento estão a ver os seus contratos não serem renovados, é da maior importância aquilo que foi proposto, assegurar uma garantia para que essas pessoas possam permitir a renovação dos seus contratos e afastar para trás das costas, a instabilidade do regime atual! -----

----- Mas quero destacar também aquilo que está a ser feito em matéria de instrumentos financeiros, que vai permitir o apoio às Autarquias para que nós possamos construir e envolvermo-nos diretamente neste esforço coletivo de assegurarmos a todos o direito à habitação! -----

---- Senhores Deputados, é este o Estado da Cidade, são estas as linhas de fundo das políticas que temos avançado e é isto que eu tenho hoje para apresentar nesta Informação Escrita. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, muito boa-tarde a todos. -----



----- Nas Informações Escritas do Senhor Presidente da Câmara, os Grupos Municipais intentam sempre descortinar como nos será prestado o destaque para as questões mais pertinentes ou de relevante atualidade na gestão do Município de Lisboa. Seria expectável encontrar-se também eventuais procedimentos adicionais que respondessem aos problemas que afetam os munícipes que cá vivem e trabalham. -----

----- Também “Os Verdes” esperavam obter informações ou esclarecimentos que, no entanto, persistem omissos neste período compreendido entre fevereiro e março de 2018, e onde impera o ruído do silêncio da ausência de resposta. Sejam elas, quer denúncias mais localizadas, quer situações de carácter estrutural. Vejamos alguns exemplos. -----

----- No que diz respeito ao regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e ao ruído emitido, sabemos que a Câmara possui normas para os “estabelecimentos que funcionem após as 23h e disponham de música ao vivo”, no exterior, em espaço público ou privado. Nestes casos, as entidades exploradoras deste tipo de estabelecimento devem cumprir os requisitos de estarem munidas de “limitador de som com registo” e comunicar sobre a “avaliação acústica comprovativa do cumprimento da legislação sobre ruído”. -----

----- Mas nas zonas residenciais mistas, com habitação por cima de lojas comerciais sitas no piso térreo, onde se incluem cafés, ‘snacks’ e áreas de restauração e esplanadas, a situação é bem mais adversa para o descanso dos munícipes. Por isso, tem sido recorrente que o ruído noturno produzido pelos clientes junto às habitações, ultrapasse níveis aceitáveis em horário previsto para descanso dos residentes, originando inúmeras e repetidas queixas dos moradores ao Município. Acontece que alguns destes estabelecimentos possuem ainda aparelho emissor de som na via pública, como aparelhos de televisão para transmissão de jogos desportivos, a que acresce o ‘ruído adicional’ produzido pelos consumidores. -----

----- Assim, como tenciona a Câmara preservar o direito ao silêncio nas zonas habitacionais? Vai ou não acionar medidas e proceder à fiscalização periódica destas situações? E se tenciona fazê-lo sem aviso prévio aos estabelecimentos comerciais?-----

----- Uma segunda situação prende-se, de novo, com a melhoria das condições de funcionamento do Julgado de Paz, que “Os Verdes” já aqui reportaram e cujas instalações, em Telheiras, há muito deixaram de assegurar o seu eficaz funcionamento. Porém, de novo, nem há obra à vista, nem nada consta na Informação Escrita do Senhor Presidente. -----

----- A situação não é nova, pois desde 2016 que o executivo vem sucessivamente prometendo solucionar os problemas do Julgado de Paz, com áreas de trabalho manifestamente insuficientes e parcialmente degradadas, onde persistem a falta de espaço para utentes e funcionários, para armazenamento dos processos de arquivo, onde não há privacidade no atendimento, mas há problemas na iluminação e na climatização, cablagens elétricas espalhadas um pouco por todo o lado, onde chove sobre as mesas de trabalho, entre outros problemas. -----

----- Como podem os trabalhadores do Julgado de Paz de Lisboa continuarem a prestar um serviço público de qualidade nestas condições? Para quando a urgente

resolução da situação? Se também estas queixas se arrastam há anos, que mais devem os trabalhadores fazer para impulsionarem uma solução mais rápida? -----  
----- Uma outra questão reporta-se aos permanentes despejos. -----  
----- Na página 71, a Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local refere o realojamento provisório dos agregados provenientes de edifícios particulares abrangidos por projetos de requalificação urbanística. -----  
----- Se é certo que existe uma vaga em que os proprietários procuram proceder a desocupações na procura de um lucro mais fácil, por exemplo, através do alojamento local, e se é verdade que a Câmara não pode infinitamente assumir responsabilidades alheias, os lisboetas que precisam de soluções concretas, e já, não podem aguardar 1, 2 ou 5 anos após o anúncio dos despejos. E ainda hoje aqui voltámos a ter mais uma queixa de um munícipe. -----  
----- A questão é que estes avisos de despejo afetam não apenas famílias, como lojas e coletividades históricas e até repúblicas estudantis. Só nos últimos tempos terão encerrado 120 lojas com algum interesse histórico. Tem sido um fartar vilanagem, fruto de legislação aprovada durante o Governo de PSD/CDS, liberalizando rendas e provocando aumentos brutais e despejos sumários. -----  
----- A situação é de tal modo grave que se esperava que o Senhor Presidente pudesse ter abordado o tema do despejo de inquilinos, por motivo de obras (ainda hoje tivemos aqui na Intervenção do Público um caso destes), profundas nos edifícios que a Câmara autorizou, ou pelo prazo dos contratos ou pelo disparar do valor das rendas. Mas quantas linhas lhe dedica na sua Informação Escrita sobre os inúmeros despejos em curso? Zero! -----  
----- Está o Senhor Presidente disponível para atuar rapidamente no apoio à injustiça dos despejos? Poderia esclarecer-nos, e aos lisboetas, se tem exercido pressão para a revogação da atual lei que inviabiliza a renovação de contratos para inquilinos que estejam a ser alvo de despejo devido ao término dos prazos? -----  
----- Para “Os Verdes”, há que intervir para que as famílias não percam a habitação onde sempre residiram, há que lutar contra o encerramento de empresas, lojas e de muitas coletividades históricas que utilizam espaços arrendados, mas que passaram a ter despesas in comportáveis depois dos aumentos das rendas. -----  
----- E este facto desencadeia o tema seguinte, e cuja consequência é o alojamento local. -----  
----- Como sabemos, a figura do alojamento local foi criada para permitir a prestação de serviços de alojamento temporário em estabelecimentos que não reunissem os requisitos legalmente exigidos para os empreendimentos turísticos. E para tal basta proceder-se a uma mera comunicação prévia ao Município. -----  
----- Nos últimos três anos, o alojamento local em Portugal mais do que quadruplicou: em 2014 existiam 13 mil estabelecimentos registados, em 2017 o número subiu para 55 mil. Destes, 36.289 operam na modalidade de apartamento, 15.228 em moradias e 3.828 em estabelecimentos de hospedagem, dos quais 506 são ‘hostel’. -----  
----- De acordo com um estudo de mercado, o investimento em projetos de reabilitação para uso residencial continua a exibir um elevado dinamismo na capital,

com os preços dos apartamentos a apresentarem um crescimento em flecha, já não apenas nas zonas históricas do eixo Baixa-Chiado e Avenida da Liberdade, como nas Avenidas Novas, representando 60% da oferta para venda. É isto o que se observa também em Campo de Ourique, no Príncipe Real, Cais do Sodré, Santa Catarina, Alcântara, em Marvila e até nos subúrbios!-----

----- Ainda citando esse estudo, o mercado da especulação imobiliária está em alta na capital, com a crescente procura de imóveis para comprar ou arrendar, para um turismo vibrante, onde Lisboa aparece como a 12ª melhor cidade europeia para investir em imobiliário, à frente de destinos como Paris (14º lugar), Milão (17º) ou Budapeste (19º).-----

----- E porquê? Porque o arrendamento temporário passou a ser a fonte de rendimento de muitos proprietários na capital. Com o crescimento do turismo aumentaram as lojas e os restaurantes ‘cool’ com conceitos arrojados, bem como os espaços culturais que se distribuem por vários núcleos da cidade, dinamizando-os. Mas, por outro lado, chovem despejos ‘em barda’.-----

----- Estamos de novo perante um ‘pau de dois bicos’: de um lado o financeiro, do outro o direito constitucional à habitação. O Governo admitiu o ano passado que para 21 milhões de hóspedes arrecadou 12,4 mil milhões €, de receita turística em 2016. E em 2017, os estrangeiros investiram 415 milhões € em casas, só em Lisboa, o que representa um aumento de 22,1% face a 2016.-----

----- Serão estes números um benefício ou um pesadelo? Para o Senhor Vereador das Finanças não deverá subsistir qualquer dúvida: mais reabilitação, igual a mais casas, mais IMI, mais cifrões. Por seu turno, os munícipes acossados pelos despejos já não deverão concordar com ele.-----

----- Até o próprio Senhor Vereador do Urbanismo já admitiu que existem estabelecimentos designados de alojamento local, com licenças de habitação, mas que são verdadeiros hotéis, acrescentando que o alojamento local é perverso.-----

----- Assim, Senhor Presidente, tem ou não a Câmara uma posição formal sobre a questão do alojamento local? Faz ou não a Câmara distinção entre habitação permanente e alojamento turístico? Tenciona ou não, em caso de comprovada sobrecarga de alojamento local, exercer mecanismos que estabeleça limites ao seu licenciamento? Nesta e noutras temáticas, está ou não a Câmara ao lado dos seus munícipes?-----

----- Ou seja, quem ler a presente ou as anteriores Informações Escritas do Senhor Presidente da Câmara dirá que vivemos no melhor dos universos, de inauguração em inauguração, de festa em festa. Estamos perante mais um documento para ‘turista ver’ e lisboeta desesperar.-----

----- Para os residentes, há grupos políticos que permanecem embrulhados na discussão política, mas enquanto a situação se arrasta, para eles o cronómetro continua a contar. Para “Os Verdes”, seria muito mais pertinente e democrático que o executivo ouvisse de facto as necessidades das populações, em vez de permitir o acentuar das desigualdades, omitindo-lhes um conjunto de direitos e chegando inclusive a pôr em causa o direito à cidade. Obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Ainda a propósito da apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, Os Verdes trazem mais dois assuntos. -----

----- O tema da descontaminação dos solos no antigo campo de tiro a chumbo em Monsanto tem suscitado, ao longo dos anos, algumas informações contraditórias por parte do executivo. -----

----- Já ouvimos dizer que a Câmara teria obrigado o Clube Português de Tiro a Chumbo a fazer essa descontaminação, depois que a Câmara estaria a realizar estudos nesse sentido, e depois ainda que a respetiva descontaminação já teria ocorrido. -----

----- Tudo isto sem que qualquer informação tivesse chegado a esta Assembleia, como Os Verdes propuseram e como chegou a ser aprovado por unanimidade. O executivo, perante a insistência de Os Verdes, nunca nos soube dizer nada de concreto: nem a quantidade de chumbo removida ou a remover, nem a área que já tinha sido descontaminada, nem os custos. Sobre isto, os esclarecimentos foram zero! -----

----- Neste momento, decorrem obras no Monte das Perdizes, nos terrenos do campo de tiro, e a Informação Escrita refere, no Departamento de Estrutura Verde, que se encontra em fase de concurso a descontaminação do solo e drenagem de águas pluviais precisamente neste local. -----

----- Perante isto, e uma vez que os terrenos acumularam chumbo durante mais de 50 anos, é necessário assegurar que foram devidamente descontaminados e que podem ser usufruídos pela população em segurança e sem representar riscos ambientais. Portanto, parece-nos que é altura de, definitivamente e em concreto, sabermos o que se passa com a descontaminação destes terrenos. -----

----- Afinal, já foi ou não realizada a descontaminação total do chumbo nestes terrenos? E qual a razão para existir tanta informação contraditória? -----

----- Sobre o Jardim e Miradouro do Torel, têm-nos chegado repetidas queixas dos seus utentes. -----

----- Durante uma recente visita, Os Verdes constatarem vários problemas: áreas relvadas com problemas de desgaste e falta de manutenção, canteiros sem plantas ou flores, o chafariz entupido, áreas interdidas devido à derrocada de parte de um muro, alguns aparelhos de ginástica avariados e falta de condições de higiene e segurança. ---

----- Sabemos que, no final de março, foi realizada uma ligeira intervenção no jardim, mas a maioria dos problemas mantém-se, razão pela qual os seus utilizadores se continuam a queixar. -----

----- Face a esta situação, gostaríamos de saber se a Câmara prevê reassumir a responsabilidade pelo Jardim do Torel, à semelhança do que fez com os espaços verdes da Avenida da Liberdade, e como anunciou poder vir a fazer noutras zonas da cidade. -----

----- Parece que apesar de o Grupo Municipal do Partido Socialista ter acabado de chumbar uma recomendação de Os Verdes para que a Câmara considerasse

estruturantes os espaços verdes de média e grande dimensão e as árvores de alinhamento, o executivo começa a reconhecer esta necessidade.-----

----- Sobre o risco de derrocada da parte remanescente do muro, que se localiza perto do parque infantil, gostaríamos de saber que diligências fez entretanto o município para evitar eventuais danos pessoais e materiais. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Os Senhores Deputados do Grupo Ecologista Os Verdes realmente acertam o *timing* das intervenções de uma maneira absolutamente fascinante.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Marques (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, estimados colegas Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

----- Lisboa, lugar de longa história, rejuvenesce a cada dia que passa, libertando-se das amarras e desenvolvendo uma dinâmica de futuro capaz de acomodar de forma amiga e solidária, aqueles que habitam e a procuram.-----

----- Lisboa hoje supera as suas insuficiências, ultrapassa as suas dificuldades e suprime as suas limitações de décadas e avança. Avança todos os dias melhor preparada para enfrentar os desafios vindouros, por esta dinâmica imposta à Cidade, o Grupo Municipal do Partido Socialista dá os parabéns ao Executivo Municipal liderado pelo Presidente Fernando Medina, que tem conseguido estar à altura da enorme exigência que estes novos tempos impõem, promovendo sempre o maior património de Lisboa, os lisboetas! -----

----- É esse bom desempenho que se encontra refletido no conteúdo da Informação Escrita, apresentada a esta Assembleia e que descreve com grande minúcia as ações tomadas pela Câmara Municipal de Lisboa no período compreendido entre um de fevereiro de 2018 e 31 de março de 2018. -----

----- Senhor Presidente, Caros Eleitos, Caros Municípes, com uma estratégia comprida de forma rigorosa e com grande competência, nomeadamente em áreas estruturais para a vida dos lisboetas, as funções sociais e a dinamização da economia, a mobilidade e a sustentabilidade ambiental, a valorização do espaço público, mas também na cultura e na segurança vem demonstrando a assertividade, o rigor e a forte consciência social da visão e do rumo traçado para o Governo desta Cidade.-----

----- Tal rumo ficou demonstrado com a importante participação na primeira Cimeira das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, um evento histórico que, pela primeira vez, reuniu todos os Autarcas das Áreas Metropolitanas com o objetivo de construir um fórum de discussão e análise das realidades locais. -----

----- Hoje é fundamental entender que grande parte das melhorias da qualidade de vida na Cidade, só são possíveis com uma estratégia Metropolitana, assim é importante pensar Lisboa como o espaço mais alargado, como parte integrante de uma rede complexa de fluxos e vivências que se reflete nos movimentos pendulares, mas também na própria organização da Cidade. -----

----- Nesse sentido é com orgulho que vimos Lisboa na linha da frente da procura de soluções para as dificuldades globais de mobilidade, de transportes e de habitação, mas também no processo de descentralização de competências para as Áreas Metropolitanas.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros Municípes, não poderia deixar de destacar um ambicioso programa na área social, Lisboa Cidade de Todas as Idades, construindo em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, este procura responder a um dos maiores problemas da Cidade, a profunda perda de qualidade de vida dos nossos seniores, com isto Senhor Presidente parabéns por este Programa que desafia Lisboa a trabalhar em rede mobilizando as diferentes instituições da cidade para em conjunto promover uma vida ativa saudável e confortável para os seniores de Lisboa.-----

----- Em termos de mobilidade um ano depois, a Carris e da Carris ser gerida pela Câmara Municipal de Lisboa, o balanço é francamente positivo, sabendo, no entanto, o quão difícil é resolver problemas de longos anos em apenas 12 meses.-----

----- Ainda assim, os resultados começam a ser visíveis, temos hoje uma Carris a crescer, a aumentar a frequência das viagens, mas também o número de pessoas transportadas, prestes a receber os primeiros autocarros deste modo a ter condições para reforçar a sua qualidade de serviço. Em paralelo com esta tarefa, a Carris aposta na sensibilização para uso dos transportes públicos, compreendendo que o futuro da mobilidade de uma cidade com a dinâmica que a dimensão de Lisboa passa inevitavelmente pela aposta nos transportes coletivos.-----

----- Deste modo, a sensibilização é fundamental e começa pelos mais novos, como com a campanha, que exemplo estamos a dar aos nossos filhos? Ou em ações como a criação da nova aplicação para telemóvel que apresenta horários em tempo real possibilitando o planeamento das viagens mais eficiente, mas também mais sedutor, não podemos, no entanto, esquecer que tendo hoje esta alternativa o problema do elevado número de automóveis dentro da cidade é ainda um desafio complexo, como tal, não poderia deixar de saudar a construção do novo parque de estacionamento automóvel em Sete-Rios, com capacidade para 301 lugares. Assim como a criação da plataforma de condicionamento de trânsito de Lisboa de modo a finalmente, todos os intervenientes na organização do espaço público possam de forma mais eficiente e em conjunto, fazer uma melhor gestão da mesma. -----

----- No que diz respeito ao urbanismo, não poderia deixar de saudar os avanços em alguns *dossiers* fundamentais para a qualidade de vida da cidade e organização da mesma, tal como a adjudicação da empreitada do corredor do Vale de Alcântara, mas também os vários processos de planeamento da cidade. -----

----- Tema igualmente importante para a população de Lisboa é a segurança, desta forma saúdo a assinatura dos primeiros contratos locais de segurança de Lisboa para que, desta forma mais do que reagir aos problemas de criminalidade, possamos prevenir, integrando aqueles que se encontram excluídos e marginalizados da sociedade e promovendo o trabalho em rede entre instituições, população e entidades públicas, por forma a podermos ter Lisboa uma cidade verdadeiramente para todos. ----

----- Senhor Presidente, Caros Eleitos, Caros Municípes, o défice habitacional na cidade é um problema crónico de Lisboa com diferentes matizes e respostas ao longo das últimas décadas, o problema ainda perdura assim é a resposta a um grave problema social foi efetuada a adjudicação da empreitada de realojamento do Bairro da Cruz Vermelha que vai responder a uma situação espaço urbano, fortemente degradado, desenvolvendo problemas profundos de segurança.-----

----- Saúda-se assim a solução encontrada que incorpora a preocupação de manter as relações de vizinhança e de proximidade que hoje existem no Bairro e que são muitas vezes a rede de suporte social destas 296 pessoas.-----

----- Uma área fundamental é ainda a política ambiental, com diversos programas dos quais destaco a Sua Árvore em Lisboa, onde mais de mil municípes, plantaram 600 árvores e arbustos. -----

----- A criação do parque urbano do Vale da Montanha com mais de 11 hectares de zona verde e equipamentos de uso público ou ainda a entrega de 72 talhões no Parque Hortícola de Carnide, que engrossa a fileira de 750 talhões de área agrícola existente na cidade, somando já mais de 8,5 hectares. -----

----- Fruto destas e demais políticas ambientais Lisboa é hoje uma cidade amiga do ambiente e modelo de cidade verde, como ficou mais uma vez demonstrado com o facto de Lisboa ser finalista do galardão Capital Verde da Europa de 2020! -----

----- Por esse motivo saúde aqui o senhor Presidente e o Senhor Vereador pelo excelente trabalho desenvolvido. Foi com muito agrado que vimos também área cultural ser objeto de inúmeras iniciativas reforçando a Cidade como um Pólo Cultural, destas destaco os vários espetáculos teatrais apresentado no Teatro Municipal São Luiz e os Festivais de Cinema Play e Mostra, realizados no Cinema São Jorge. -----

----- Como tem sido hábito nos últimos tempos, as ações ligadas ao empreendedorismo e inovação multiplicam-se destas podemos ainda destacar a promoção pela Câmara do programa base Hub-Criativo do Beato, o novo equipamento municipal que terá por objetivo capacitar a cidade condições para ser mais inovadora, mais criativa e mais empreendedora. -----

----- Lisboa, mas as já não é só um destino pitoresco e um pólo de grande dinâmica empreendedora e que tem sabido criar ferramentas necessárias à sua promoção, como o Programa Study in Lisbon, que fez um ano ou o espaço Made of Lisbon, Cool Work Baldaia recentemente, inaugurado.-----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, estimados colegas, minhas senhoras e meus senhores, as medidas aqui referidas são apenas algumas do muito que este Executivo liderado pelo Presidente Fernando Medina tem realizado, ultrapassando dificuldades, tem sabido impor uma dinâmica de contemporaneidade, transportando Lisboa para a linha da frente das grandes capitais mundiais, mas tem também resolvido dificuldades históricas de Lisboa, sem esquecer aqueles com maiores dificuldades, partilham a sua vida nesta cidade. -----

----- Deste modo e por tudo isto que foi dito, estou certo que as medidas referidas são um passo determinante no caminho planeado para que Lisboa se transforme num lugar mais dinâmica e culto, mas também mais amigo e solidário. Tenho dito.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo de Mello Goncalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- O PSD gostaria, nesta Informação Escrita do Presidente e porque se assinalaram na passada semana 12 anos de atividade do Casino de Lisboa, de fazer referência a esse importante projeto da cidade. -----

----- Passados 12 anos já houve mais de 20 milhões de visitantes, o Casino de Lisboa é hoje um pólo de atividade e de cultura na cidade e designadamente no Parque das Nações. Falamos do Auditório dos Oceanos com mais de 140 espetáculos, falamos do Arena Lounge com espetáculos musicais de 610 bandas de música ao longo destes 12 anos. Falamos no Concerto Arena Live, por onde passaram Ana Moura, Rui Veloso, GNR, David Carreira entre outros, falamos na Galeria de Arte com mais de 117 exposições. -----

----- Mas além do Pólo Cultural que representa o Casino também do ponto de vista financeiro, ele é um importante ativo desta cidade, falamos de 536,9 milhões de euros de receita para o Estado, ao longo de 12 anos de atividade, receitas essas que permitiram entre outras coisas ajudar a recuperação do Pavilhão Carlos Lopes, hoje devolvido à cidade, bem como a construção do Museu dos Coches, do novo Museu dos Coches, foi uma obra polémica na altura, que deu direito a muita discussão nesta Assembleia, teve inclusive direito na altura a um Veto Presidencial, hoje passados 12 anos, é um ativo importante da cidade de Lisboa e porque de Casino também falamos de jogo, podemos dizer que esta foi claramente uma aposta ganha, uma aposta ganha para a cidade, uma aposta ganha do Executivo Camarário de então, PSD, CDS e PPM e do então Presidente da Câmara Pedro Santana Lopes. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Tentamos seguir aquilo que foi a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, é claro que o Bloco se associa ao regresso da carreira do elétrico 24. -----

----- No entanto, queríamos exprimir duas preocupações a primeira respeitante ao número de unidades disponíveis para circulação, ao que julgamos saber se o três e são ainda curtas para servir um tão longo percurso. -----

----- Em segundo lugar é a questão da circulação do mesmo elétrico designadamente no troço que vai da Rua da Misericórdia, Rua São Pedro de Alcântara, Pedro V, Rua da Escola Politécnica. Eu hoje tive oportunidade de me tentar deslocar elétrico por essa mesma rua e devo dizer me apei e não me apei como fez outrora Afonso Costa, apei-me por pressa do elétrico, porque não havia meio de facto de circular, não adianta, não adianta o regresso do 24, que repito saudamos, com constrangimentos de



trânsito daquela ordem. Portanto, não em absoluto, não circulava, foi mais rápido ir a pé pelo Chiado até ao Rato, do que apanhar o eléctrico, bom, e isto é contraproducente, há que tomar medidas em relação à circulação viária nessas artérias, para evitar que afinal, o 24 acabe até por entediar os próprios turistas, que eventualmente circulam, para não falar de que não servirá as pessoas que normalmente dele se servem no dia-a-dia. -----

----- Em relação à descentralização e à reunião, à Grande Cimeira entre as Áreas Metropolitanas. Eu sei que normalmente estes acordos de regime só momentos em que o diabo surge e que as tentações aparecem. Mas nesta matéria o Senhor Presidente da Câmara Municipal anunciou com júbilo que cria novas competências, cria titularidade de serviços públicos de transporte, cria seguramente financiamento. Oh Senhor Presidente e não quererá por lá também democracia? Isto é, não entende o Senhor Presidente da Câmara Municipal que seria desejável que se cumprisse com aquilo que está no Programa do Governo. No Programa do Governo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal apoia, composto exclusivamente pelo partido que o Senhor Presidente da Câmara Municipal é militante e nesse sentido de promover a eleição direta dos órgãos das áreas metropolitanas? Há abertura constitucional para isso e julgo que seria desejável, estamos a colocar a decisão de milhões de euros e decisões estratégicas para as duas Áreas Metropolitanas, nas mãos de órgãos que são eleitos indiretamente e entendemos que deve haver democracia e que deve haver a componente de fiscalização, e uma fiscalização séria, não como algumas fiscalizações e intervenções em órgãos deliberativo das Autarquias Locais e vamos assistindo, mas uma fiscalização séria e um debate político sério! Com a iniciativa, com iniciativa séria! Claro! Não toda e qualquer iniciativa política! -----

----- Senhor Presidente gostávamos de ver, gostávamos de ver esforços desenvolvidos nesse sentido, para que os debates sobre matérias estruturantes nas Áreas Metropolitanas possam ter não só a alavanca do substrato do voto popular, como também a necessária fiscalização e os processos deliberativos abertos e, enfim, suscetíveis de apreciação pelos cidadãos que, por exemplo, hoje puderam assistir *online* à transmissão em direto desta sessão da Assembleia Municipal e saberão tirar as suas conclusões quanto à atuação de cada Deputado Municipal, de cada Autarca e de cada força política, portanto, Senhor Presidente em que pé ficamos e sede de democratização? -----

----- E depois, vamos à habitação. Há matérias que estão contidas na Informação Escrita é que o Senhor Presidente e os Serviços que superiormente dirige trouxeram esta Assembleia e há matéria que não está! Começemos pela matéria relativa, pela matéria que consta da Informação Escrita que nos foi aqui presente, e conhecemos pelo Programa Renda Acessível. Não senhor Presidente, não lhe damos os parabéns, pelo facto de se ter concluído um concurso, que a nosso ver, continua a ser um concurso que representa a formação de um contrato de parceria público-privada, com altas rentabilidades parceiro privado e com a alienação de um terço do património que é posto à disposição do concessionário! -----

----- E nesta matéria, Senhor Presidente e, neste particular, esperemos que, em boa hora, o Tribunal de Contas descubra que não há aqui um contrato de concessão, mas sim uma parceria público-privada, porque o tempo que se perde provavelmente será dinheiro que se ganha a cidade. -----

----- Perguntará o Senhor Presidente, seguramente, mas Senhor Deputado, o Senhor Deputado pede um carácter eminentemente público para este Programa Renda Acessível e não diz como é que o financia! Senhor Presidente, está escrito no acordo firmado entre o PS e o Bloco de Esquerda para a governação da cidade, que se deve caminhar para uma solução de exceção dos investimentos em habitação, nos limites de endividamento e, portanto, gostaríamos também de saber qual é a sensibilidade do Senhor Presidente da Câmara Municipal, não que lhe queiramos pôr uma bola de cristal nas mãos, ou reconhecer-lhe poderes divinatórios, mas qual é a sua sensibilidade em relação à eventual aprovação nesta discussão que se avizinha da exceção dos investimentos em habitação dos limites de endividamento, porque esta questão é fulcral e pode decidir a rapidez e a capacidade de resposta do Município de Lisboa, e já agora de outros, em relação a esta matéria. -----

----- Passando agora à parte não escrita, mas falada e à revisão das leis do arrendamento urbano e à questão da fiscalidade, isso Senhor Presidente da Câmara Municipal, mais uma vez não, não e não! -----

----- Nós precisamos de rever as leis do arrendamento e a revisão das leis do arrendamento, não é como, por exemplo, uma forma muito respeitável, o PCP defende na Assembleia da República, que é pura e simples revogação das alterações introduzidas no Governo anterior, não, tem de ir mais além porque a alteração ao regime do arrendamento urbano, promovida ainda pelo Governo Sócrates transformou aquilo que era a regra, que eram os contratos sem duração indeterminada, transformou-se assim numa coisa quase inexistente, isto porquê? Porque criou na altura, contratos de duração limitada de 5 e de 10 anos e os contratos que teoricamente sem duração determinada deviam dar maior estabilidade, esses foram de atirados para um pré-aviso, pasme-se, de dois anos em que o senhorio livremente poderia denunciar. -----

----- E aqui chegados e sendo importante esta alteração, e sendo importante tornar não só como regra o contrato de duração indeterminada, dar-lhe uma estabilidade alargada e um prazo de pré-aviso para a livre denúncia pelo senhorio mais alargado, chegamos à questão fiscal, é que o senhor Presidente fez inscrever no Programa do Governo para a Cidade, apesar de não ter esses poderes e de pugnar para que assim se cumpra, o regime fiscal que, como já aqui disse, algumas vezes, vai criar um *offshore* interno no mercado da habitação, que a tributação, já ontem anunciada pelo Governo dos rendimentos prediais a taxas de 12 e de 10 por cento, se não estou em erro, aliás, o CDS acompanha-o nessa matéria, mas é preciso não esquecer uma coisa, é que estão a propor a tributação a taxas reduzidas, já agora inferiores à taxa mínima das taxas gerais legalmente previstas no Código do IRS, que é 17%, portanto, quem trabalha paga 17 %. Quem trabalha paga 17% imposto no mínimo e quem vive de rendas pagará, pasme-se, segundo a proposta do seu Partido, pagará 10% e ainda deduzirá o

IMI, deduzirá os encargos com o imóvel e o adicional de IMI, o que o coloca numa taxa claramente reduzida, mas mais, não está sequer vinculado, não está sequer vinculado a obrigação de ter uma renda contida, portanto, pode ter uma renda perfeitamente especulativa, e isto são os anúncios do Governo de ontem, pode ter uma renda perfeitamente especulativa e pagar esta módica taxa de 10% de IRS, desde que o contrato tenha um prazo superior a 20 anos.-----

----- E Senhor Presidente, tenho algumas dúvidas sobre a umas coisas que possam surgir, algumas vicissitudes contratuais, que possam servir para neste regime de arrendamento tornar atrativas combinações de denúncias antecipadas de contrato, porque não é preciso o contrato de 20 anos, se o inquilino se quiser ir embora, mesmo com contrato de 20 anos e se tiver isso até eventualmente combinando com uma *Side Letter*, isto é um documento complementar ao contrato e assinado atempadamente, pode o senhorio beneficiar desse regime, quando na realidade estão a preparar para uma duração de apenas 5 anos, todas estas matérias são gravíssimas e inquinam a justiça fiscal do país, Senhor Presidente, portanto, julgo que o Município de Lisboa percebendo bem essa realidade devia defender sim, uma tributação especial mas para aqueles senhorios que tivessem rendas tabeladas e em montantes razoáveis, não para todo e qualquer montante, continuando a convidar para a especulação imobiliária. Disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Imprensa, Público em geral.-----

----- Traz-nos esta Informação Escrita a algumas novidades sobre o funcionamento da Câmara Municipal e duas delas gostávamos de dar relevo especial.-----

----- Uma delas é um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Santa Casa Misericórdia, portanto, de assinalar que o PAN acompanha a importância da existência deste programa, como estratégia de intervenção relativamente ao envelhecimento populacional existente no Concelho de Lisboa.-----

----- Contudo temos algumas dúvidas relativamente a duas questões que gostaríamos de ver esclarecidas. Em primeiro lugar a verba de 100 milhões para a implementação do programa, assim como calendário de execução da mesma e, por outro lado, a escolha da distribuição desta verba pelas medidas organizadas nos três eixos estratégicos.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara tinha já na última reunião em que discutiu a Informação Escrita, a 6 de março, apresentado este programa enquanto parte fundamental das políticas de coesão social a desenvolver pelo Executivo, referindo o investimento total de 100 milhões de euros nas várias respostas sociais, a aplicar ao longo dos próximos 4 anos. No documento que e que hoje discutimos podemos ler na 1ª página, que passo a citar “o programa construído pela Autarquia e pela Santa Casa Misericórdia de Lisboa prevê um investimento de mais de 100 milhões de euros em respostas a executar nos próximos 8 anos”. É verdade que o senhor Presidente no final

da dita reunião esclareceu que esta verba de 100 milhões de euros não constituem a totalidade do financiamento em ações dirigidas aos idosos, mas sim relativa a programas específicos de construção e de investimento em equipamentos, que não existem, sendo uma parte significativa do programa e as verbas dos programas novos de acréscimo ao que no presente a Câmara Municipal de Lisboa gasta, ou seja, o que se pretende gastar a mais? -----

----- De qualquer modo parece-nos insuficiente e perante esta discrepância de informação quanto ao limite temporal gostávamos de saber em que é que ficamos? O investimento dos 100 milhões é para ser aplicado a 4 anos ou a 8 anos? Se já não consideramos um investimento adequado para 4 anos, se estivermos a considerar 8 anos muito menos. -----

----- A segunda pergunta ou a segunda preocupação, tem a ver com a organização deste programa nos três eixos estratégicos, vida ativa, vida autónoma e vida apoiada. Para o senhor Presidente, tendo em conta o que referiu na cerimónia de assinatura de protocolo a 2 de fevereiro e na Reunião de 6 de março, a vida ativa é o eixo central, porque potencia as capacidades das pessoas dando grande ênfase ao apoio domiciliário e requalificação do espaço público, por outro lado, refere que a implementação deste programa inverte a filosofia de intervenção social de institucionalização para um foco central de atividade e autonomia, com conforto e segurança. Acompanhamos esta alteração de estratégia face ao envelhecimento, reforço da vida ativa e autónoma das pessoas ao invés da sua institucionalização, porém, ficamos perplexos com a incongruência que denotamos entre as palavras proferidas e o esforço financeiro destinado às medidas correspondentes aos diferentes eixos estratégias que, segundo o documento de apresentação do programa Lisboa-Cidade de Todas as Idades existente no *site* da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa verifica-se que 50 milhões de euros, metade da verba total, estão destinados à construção de 8 equipamentos com valência de estruturas residenciais para idosos e cuidados continuados. Estranhamos, portanto, que tendo em conta a ênfase que é dado nos dois primeiros eixos, vida ativa e vida autónoma, e bem no nosso entender, metade do investimento que se destina, no fundo, a uma medida de institucionalização. -----

----- Temos em 1938, falo agora da Polícia Florestal e, após a criação do Parque Florestal de Monsanto, foi criado o corpo de guardas florestais de Lisboa, em 2006 deu-se a extinção do Corpo Nacional da Guarda Florestal e em 2011 a Polícia Florestal de Lisboa foi integrada na orgânica da Polícia Municipal de Lisboa. Aquilo que eu queria questionar e tendo como referência aquilo que esta manhã se ouviu na rádio a relativamente à limpeza de Monsanto e as possibilidades da existência de incêndios, que acreditamos tenha sido formulada num tom excessivamente alarmista, mas gostávamos de ouvir o senhor Presidente relativamente a esta matéria e o que é que está previsto, o que é que é feito em termos da limpeza, nos termos em que tem sido referida. -----

----- Por agora é tudo. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Caros Deputados, mais uma vez, boa-tarde a todos. -----

----- Senhor Presidente trago-lhe dois temas que marcam a informação não escrita, mas que felizmente foram por si referidos, são eles os transportes e a habitação. -----

----- Foi hoje publicado e deve ter com certeza visto, um estudo da Deco que nos dá a opinião dos lisboetas sobre a rede de transportes que têm ao seu serviço e a opinião é muito, muito pouco coincidente com a sua Informação Escrita, onde tudo parece estar bem. Dizem os lisboetas que fazem uma ginástica financeira brutal, para mensalmente pagar as despesas decorrentes dos Transportes e que esse é ainda um dos grandes pesos que têm nas despesas familiares. Em Lisboa, por exemplo, o gasto é superior ao resto do país com um terço dos inquiridos a referir gastar mais de 100 euros por mês. A maioria dos lisboetas continuam a optar pelo carro próprio, porque dizem “as soluções de transportes públicos não estão ajustadas às suas necessidades”, falta uma rede de transportes públicos que responda às necessidades reais e as principais razões de insatisfação são infraestruturas em mau estado ou mal concebidas, a falta de lugares não pagos, o que aumentará ainda mais o peso no orçamento familiar. -----

----- Claro que também referem a hora Medina, aquela hora à saída do emprego, enquanto nas restantes cidades de Portugal, o tempo máximo que os inquiridos registam e de meia hora no trânsito, em Lisboa, o tempo máximo excede a hora, excede uma hora. 64% dos lisboetas dizem enfrentar diariamente engarrafamentos e dizem que lhes falta integração de redes de transporte, como aliás o CDS tem defendido. Cerca de 85% até estariam disponíveis para abandonar o transporte individual, caso houvesse uma maior articulação entre o Metro, entre a Carris e outros meios de transporte, por isso, nesse estudo, os lisboetas são os mais críticos todo o país relativamente à frequência, à falta de pontualidade dos autocarros, queixando-se com críticas relativamente ao Metro sobre a frequência com que as carruagens passam, aos atrasos e à falta de condições. -----

----- Posto isto, Senhor Presidente, a minha pergunta é muito simples, irá continuar por prioridades invertidas atendendo primeiro às bicicletas e avançando com a dissuasão do uso do carro na cidade recorrendo a menos estacionamento e a obras com agravamento de tráfego? Ou vai, como CDS tem defendido, apostar numa política integrada de transportes que permite a quem vem de fora deixar o seu carro na periferia, porque pode confiar num sistema fluido entre o Metro/Carris e outros meios? É que liberdade, liberdade era vivermos fora dos nossos carros, Senhor Presidente. -----

----- Relativamente a outro ponto, a habitação, fomos esta semana que passou brindados pelo Partido Socialista, sim o Partido Socialista, não Partido Comunista Português, com a ideia de ocupar imóveis devolutos. Não é uma ideia peregrina! Já o comunismo, mundo fora e o resto em Portugal, também ousou fazer o mesmo, ainda que com razões ligeiramente diferentes. De um período de ocupações a que assistimos, em que se ouvia “a Terra a quem a trabalha” passámos ou corremos o

risco agora de ouvir “o prédio a quem trabalha”, por isso tal proposta vinda do PS só pode ser da convivência da geringonça!-----

----- Sim, temos um problema de habitação em Lisboa para resolver na cidade, sim, temos de nos preocupar com a recuperação de prédios devolutos que põem em causa a saúde e segurança pública, sim, temos de encontrar respostas para baixar o preço do metro quadrado na cidade de Lisboa, mas isso resolve-se com de resto temos sugerido com a criação de mais fogos, com mais oferta que responda ao fenómeno de procura e os prédios devolutos reservem-se com um sistema de judicial que não faça dos imóveis reféns, e com o regime sucessório mais ágil e mais simplificado, não se resolve com o esbulho, não é por não existirem usos ou contratos de água de luz, o gás há mais de 5 anos que o Estado ganha direito a invadir o que não é seu! Para isso já basta o que acontece com mais de metade do nosso rendimento anual, não é com a ocupação, não é com a expropriação a tostões, como durante décadas tivemos e não é que usuração que resolvemos os desafios que temos pela frente, por isso, perante tal ameaça, a que o CDS que tudo fará para impedir esta soviética dos imóveis, pergunto: Senhor Presidente, que posição tem relativamente a esta ideia que está em discussão no Parlamento? Que medidas tomará para o evitar, caso se torne realidade? -

----- É que antecipar fenómenos que possam ter impacto sobre a cidade é também uma das suas responsabilidades e daí a minha interpelação, sei que está preocupado com o tema da habitação e a prova disso é a proposta que nos apresentou sobre os 1100 quartos que estão a criar, prova disso é também o programa Renda Acessível que lançou, mas convenhamos que um leilão não é de maneira nenhuma a melhor forma de o lançar e só para quem a confiou cegamente é que estranhou os valores a chegarem a 700 e euros, 760 euros por um T 1 e que, lá está, o fez abortar o modelo. --

----- O que nós queremos e o que nós defendemos é um programa como o da renda acessível em que se avance com critérios previamente estabelecidos claros, transparentes e que o mesmo possa acontecer por concurso escrutinado e auditado, que assente na reabilitação em primeiro lugar do património da Câmara e que seja para todos os lisboetas. -----

----- Em primeiro lugar para aquela classe social que não tem direito à habitação social, mas que também não tem o suficiente para uma habitação condigna em Lisboa.

----- Sim, fazem falta mais fogos, sim, a Câmara deve ter um papel na diminuição do preço, mas sem hipotecar a dinâmica económica gerada, a que temos vindo a assistir e para isso só de uma forma equilibrada e sem dogmas ideológicos podemos avançar. ---

----- Permita-me que conclui também como fiz à luz do 25 de Abril que só se honra a liberdade de Abril se também honrarmos a liberdade de ter o direito à propriedade privada. -----

----- Termina, 25 de Abril e propriedade privada sempre! Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado, antes de passar a palavra ao orador seguinte, uma vez que o Senhor Deputado utilizou aí a palavras que não correspondem

rigorosamente a nada que tenha sido apresentado por ninguém, colocar aquilo um bocadinho da verdade dos factos.-----

----- Senhor Deputado, o Senhor Deputado falou em esbulho e falou em ocupações, e falou em usurpação. Eu apenas vou ler o Artigo 62 da Constituição da República que, aliás, se chama “Direito de propriedade privada”, primeiro ponto- “A todos é garantido o direito à propriedade privada e à sua transmissão em vida ou por morte nos termos da Constituição”. Número 2 - “a requisição e a expropriação por utilidade pública só podem ser efetuadas com base na lei e, mediante o pagamento de justa indemnização”, está na Constituição da República, portanto, não torça as coisas e não fale em esbulhos, quando ninguém falou em esbulhos, em lei nenhuma, que eu conheça, na Assembleia da República. -----

----- Vamos prosseguir Senhores Deputados. A Senhora Deputada Aline Beuvink.” ----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente, parabéns pela reposição do elétrico 24!-----

----- Ontem à noite peguei na sua Informação Escrita e dediquei-me a ela completamente, confesso que ao início não me pareceu muito estimulante, diria até que me provocou certo sono, mas, de repente prendeu a minha atenção, afinal, constituía matéria e conforme ia lendo, não acreditava, no que via, o Senhor é esmagador, que vigor, que intensidade, de que quantidade de realizações, imparável, esteve em todo o lado, fez de tudo para a frente, ouça, eu nem acredito, nem sei como Lisboa aguenta tanta energia, Senhor Presidente, eu fiquei totalmente arrebatada, quase em êxtase com as maravilhas por si perpetradas!-----

----- Eu só pensava “Este homem é um semideus! Não é possível, isto é o épico, “Cessem do sábio grego e do troiano, Medina é um herói”.-----

----- E num ímpeto, quando eu estava quase, Senhor Presidente, mas quase a chegar ao Largo do Rato e a filiar-me no PS, tive uma epifania! Lembrei-me de Pedro Passos Coelho e disse: “Alto que, afinal, é verdade, o homem tinha razão, o PS é o diabo e estava a tentar-me!”. Eu resisti estoicamente! Voltei a relar a dita informação, mas desta feita sem envolvimento e com a distância e frieza necessárias e aí percebi que tudo não passava afinal de publicidade enganosa!-----

----- E publicidade enganosa, porquê? Eu digo-lhe Senhor Presidente com números, analisando a Mandato 2013/2017, sim, aquele do qual o Senhor é o principal representante aqui presente, chegámos à conclusão que quase um quarto, eu contentar-me-ia com menos de um quarto, mas não, o Senhor tinha que ir para um quarto, mais precisamente 23% das suas promessas não foram cumpridas, ou seja, de um total de 31 prioridades, 7 foram postas de parte, lembra-se? Não? Eu recordo: criar bolsas de fogos de renda acessível em cada Freguesia que inclua fogos municipais e fogos privados devolutos; avançar com um programa para instalar elevadores em casas construídas antes de 1950; criar um Pólo no Museu da Marinha dedicado às Descobertas; alargar a rede de faixas Bus, nomeadamente em corredores de *Park & Ride*; executar o Jardim da Praça de Espanha entre 2014/2017; Centro de Congressos com capacidade para 5 mil lugares. -----

----- Destas medidas duas transitaram como prioridade para este mandato e fazem parte do seu atual conjunto de 25 prioridades, mas se isto foi no mandato anterior, comecei a pensar como seria neste novo mandato, o seu primeiro com mais partidos reunidos, com mais independentes, o primeiro na qualidade de candidato a Presidente da Câmara e esperava mais ambição e mais medidas, enfim, teve menos votos, é sabido, perdeu a maioria absoluta, também já sabíamos, juntou mais um Partido à sua já extensa amálgama e montou também sua mini geringonçazinha, confirmando o seu *slogan* eleitoral “Lisboa Precisa de Todos”, e perguntei-me como estaria a correr o cumprimento das suas promessas eleitorais? -----

----- Apesar de uma redução de 31 para 25 prioridades mantive a esperança e fui analisar, primeiro obstáculo, tenho que lhe confessar que passados 6 meses foi-me difícil encontrar qualquer rasto do seu programa eleitoral na Internet; a sua página de campanha, obviamente já não existe; e o programa eleitoral desapareceu. E aqui já não se compreenderá, mas atendendo aos números de concretização de medidas de mandato anterior, se calhar não convinha estar *online*. -----

----- Passados seis meses no seu primeiro mandato eleito como Presidente, mas 5 anos depois de ser pela primeira vez eleito Vereador, cumpre já no seu histórico 50% da pegada do PS na última década de exercício de funções consecutivas na presidência da Câmara. -----

----- Então, que prioridades são essas dos cinco eixos do programa eleitoral Lisboa Precisa de Todos? Apontou a necessidade de uma cidade mais sustentável, com melhor qualidade de vida o que naturalmente concordo, dizendo também num português brilhante, à semelhança do Primeiro-Ministro que “era o compromisso de quem sempre prometeu aquilo que prometeu e cumpriu e que iria agora também cumprir”. -----

----- Ora, aqui hesitei com base nos 23% de incumprimento do mandato anterior, mas resistente dei o benefício da dúvida! Eixos: melhorar a mobilidade no acesso à cidade de Lisboa; reduzir o número de veículos que entram na cidade, não está feito; melhorar mobilidade da Carris, vê-se mesmo que não a utiliza; finalizar programas de parques de estacionamento para residentes e parques dissuasores, o primeiro de sete já existe; é na Ameixoeira, o parque tem apenas 192 utilizadores fixos, recorde-se que se trata de um parque com capacidade para 500 lugares, mas a questão de fundo é: fará sentido criar parques dissuasores dentro da cidade? -----

----- Fomentar o uso das bicicletas com 200 quilómetros de ciclovia. Quantos quilómetros de ciclovia dos 200 anunciados, até ao final do mandato, foram já inaugurados? Quantos estão a funcionar em pleno? Aproveito para questionar da responsabilidade do Senhor Vereador Sá Fernandes, que, como se vê também não as tem utilizado! -----

----- Início da fase de mais Plano Geral de Drenagem, zero; expansão de 80 hectares de espaços verdes, onde? Uma Praça em Cada Bairro, a ver; habitação acessível, o foco passou de ser a habitação social para habitação das classes médias, redução das taxas de IRS para contratos de arrendamento superiores a 10 anos, como diz defender junto do Governo da Assembleia da República, que a taxa de IRS dos contratos de



arrendamento com uma duração igual ou superior a 10 anos seja reduzida de 28% para 10%. -----

----- As 6 mil novas casas a preços acessíveis que dizia 200 a 400 euros de renda, afinal, já são 750 para as famílias de classe média, no âmbito do Programa de Renda Acessível apresentado há 2 anos, primeira etapa, operação de construção e reabilitação de 126 fogos na Rua de São Lázaro, apenas prevista a sua conclusão para 2022. Também já havia sido lançado em 2017 a Rua Gomes Freire, pouco para dois anos, não acha?-----

----- A construção de 14 novos Centros de Saúde, onde? Rede de Cuidados Continuados, 650 novas camas, quantas? Oito novos Centros Internacionais, onde? Ensino Secundário para todos no programa de 5 milhões de euros, a ver! Unidade para captação de novas zonas de escritórios de qualidade, zero; Unidade para captar deslocalização de escritórios do Brexit, zero; Conclusão da Feira Popular, a grande revelação será feita até Junho; Banco de Arte Contemporânea, zero! Museu das Descobertas, zero; celebrar o património da cidade, zero!-----

----- Ao que resolvemos fazer uma estimativa e chegamos interessantes conclusões, não tendo, por ora, concluí nenhuma medida, terá, com favor umas 5 em curso, bem sei passaram apenas 6 meses do seu atual mandato, mas considerando que muitas delas até já vinham do mandato anterior, concordará que é pouquinho! A fotografia dos seus seis meses também não me parece muito bonita, apesar dos elevados honorários que o Município paga o seu fotógrafo em certas ocasiões! -----

---- Ainda assim, em entrevista recente dada ao Observador e em jeito de balanço destes primeiros meses, prometeu casas a preços baixos em zonas nobres, estando a estudar com a Segurança Social a possibilidade de alojar estas 1100 pessoas em 200 apartamentos e 200 quartos prevendo que as primeiras casas estejam disponíveis no início do próximo ano, senhor Presidente, cá estaremos para verificar! -----

----- Nestes primeiros meses de 2018 em que a Câmara queria devolver a Taxa Municipal de Proteção Civil em fevereiro, depois até 15 de março, mas estamos em abril e ainda não devolveu tudo e todos! Esta sua taxa, esta sua teimosia, foi chumbada e agora o Senhor Presidente apela a consensos em matérias fiscais. Permita que lhe diga, Senhor Presidente a sua teimosia, assa sim, é que deveria ser taxada! -----

----- Ainda na Cultura, a reestruturação do Maria Matos, parece que não é só no Governo que se debate a inexistência de uma política de Cultura coerente, o Município de Lisboa segue a mesma tónica! Existe pelouro, existe Vereação, mas não existe caminho!-----

----- Também o agora Vereador Robles, que afirmava em campanha “a maioria absoluta do PS foi tempo perdido na habitação, nos transportes, nas creches para crianças”. Então Senhor Vereador, o que é que a sua participação resolveu nos primeiros seis meses deste novo mandato? Apenas sabemos que Lisboa terá três salas de chuto até ao final do ano, no Lumiar, em Alcântara e outra móvel, assim veem-se as suas prioridades!...-----

----- Em suma, Senhor Presidente ressalve-se que no seu anterior mandato ficaram as seguintes marcas: um eleitoralismo nunca visto e a vida dos lisboetas transformada

num verdadeiro inferno, ou não fosse o P S o diabo, com obras praticamente iniciadas todas no último ano de mandato, ao fim de 10 anos de governação PS.-----

----- Um fundamentalismo contra os automóveis, prometer para o futuro que devia ter pelo menos começado 10 anos atrás, o tratamento desigual das várias zonas da cidade e muito mais. -----

---- O Senhor veio do Porto para Lisboa substituir o Doutor António Costa, mas qualquer dia os lisboetas têm que substituir Lisboa e ir viver para o Porto para sobreviver ao Doutor Fernando Medina! -----

----- Resumindo, pelas suas potencialidades aparentemente até poderia satisfazer os lisboetas, mas não, aliás, alguns perceberam isso, pois não lhe deram a maioria! Teve de fazer ali uma *Joint Venture* com o Senhor Vereador Ricardo “*blue eyes*” Robles, que foi delírio de algumas bancadas durante a campanha, sabe-se lá bem porquê? E como se tem visto, não têm dado conta do recado, aliás, cá entre nós, o Bloco de Esquerda nunca dá realmente conta do recado, pelo que a insatisfação mantém-se! -----

---- Concluindo, Senhor Presidente, pela publicidade que faz das suas performances, provavelmente até poderia satisfazer-nos, mas o que é certo é que o senhor Presidente não nos satisfaz! Disse.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Boa-tarde Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados e Deputadas, Vereadores e Vereadoras e restantes presentes. -----

----- Tivemos conhecimento que a Câmara Municipal de Lisboa, através do Departamento para os Direitos Sociais procedeu a uma reunião subordinada ao tema a Plataforma Local de Intervenção da Área de Trabalho Sexual, visando a consolidação de uma plataforma local nesta mesma área.-----

----- No entanto, na leitura do documento nada foi referido sobre este assunto. Ainda assim, os Deputados Municipais do PCP demonstram a sua perplexidade perante a tal iniciativa e re comem a legitimidade, por não reconhecerem legitimidade da expressão trabalho sexual e por terem sido surpreendidos em Reunião desta Assembleia com uma intervenção do público, em que foram atribuídos ao Senhor Vereador Ricardo Robles as seguintes afirmações: que a Câmara Municipal de Lisboa iria adotar a denominação trabalho sexual, ao se referir à prostituição, por considerar que a mesma era adequada. -----

----- Perante tais afirmações, gostaríamos que o Senhor Presidente, nos esclarecesse em relação à veracidade, nomeadamente quando e em que contexto, a Câmara deliberou adotar tal expressão.-----

----- Está a Câmara Municipal de Lisboa consciente que a utilização da tal expressão indicia o caminho de violação das Convenções da ONU, para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e para a supressão do tráfico de pessoas e a exploração da prostituição de outrem? -----

----- Está a Câmara Municipal de Lisboa ciente que tais convenções também vinculam a República portuguesa? Está a Câmara Municipal de Lisboa consciente que a prostituição é uma forma de violência contra as mulheres, homens e crianças e a

adotar este tipo de postura é legitimar e tentar normalizar através de processos de institucionalização um caminho que visa a sua regularização e que o conhecimento da prostituição como trabalho legitima o proxenetismo como negócio e aqueles que a ela recorrem como meros consumidores de serviços? -----

----- A prostituição, a palavra prostituição poderá ser desagradável, mas não é atribuindo-lhe lindas designações ou colocando a prostituição em quartos de hotéis que se resolve o problema. -----

----- Contem com o PCP e os seus eleitos nesta Assembleia Municipal para combater esta ideia, na defesa dos interesses de homens mulheres e crianças. Tenho dito.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- A mesa vai só fazer aqui um bocadinho, o ponto de situação dos trabalhos, já falaram oito das forças políticas desta Assembleia, faltam duas para serem todas, mas depois há novas inscrições e também direito resposta da Câmara. -----

----- Acontece o artigo 45 do nosso Regimento prevê que cada Sessão não pode demorar mais do que 320 minutos, ou seja a como há poucos vos dizia, 5 horas e 20 minutos, pelo que às 8 horas e 35 minutos, esteja onde estiver este ponto da ordem de trabalhos, a Mesa encerrará os trabalhos. -----

----- Eles prosseguirão na próxima Sessão iniciando-se exatamente com a lista de inscrições que e com as respostas que estava previsto. -----

----- E penso que é importante dar-vos esta informação, porque não é uma interrupção abrupta dos trabalhos, eu propus que não se começasse sequer o ponto, a Assembleia entendeu que devia ser começado. Ele foi começado e não podemos fazer de outra maneira para não estarmos aqui sujeitos a termos que interromper por falta de quórum ou a interrompermos por qualquer outra razão não regimental, esta é a razão Regimental e vamos dar a palavra agora ao MPT. -----

----- **O Senhor Deputada Municipal Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros colegas. -----

----- Sobre a Informação Escrita do período compreendido entre 1 de fevereiro e 31 de março, o Grupo Municipal do Partido da Terra gostaria de tecer algumas considerações. -----

----- Começando pela mobilidade, ponto fulcral que afeta a qualidade de vida e o bem – estar, de quem cá vive, e de quem cá trabalha. -----

----- Prevê-se, para este ano, um reforço da frota da Carris através da aquisição de veículos a gás natural e, para 2019, de veículos elétricos. O documento cedido pelo executivo só não anuncia quantos veículos elétricos circularão, pela Carris, em 2019. --

----- Existirá alguma pretensão de, a longo prazo, substituir toda a frota da Carris por veículos elétricos? -----

----- Numa cidade que tem vindo a assumir um compromisso de sustentabilidade ambiental, que condiciona, inclusivamente, a circulação de veículos de uso particular

de matrícula anterior ao ano 2000, espera-se que o serviço de transportes públicos gerido pela autarquia sirva de exemplo, e que veículos articulados anteriores a esse ano, como os que atualmente servem a carreira 746, sejam retirados tão brevemente quanto possível de circulação. -----

----- Desde o incentivo à mobilidade suave, refletido na expansão da rede ciclável e no aumento do número de estações da rede GIRA, à disponibilização de mais um parque dissuasor, passando pela criação de uma aplicação móvel da Carris. O MPT reconhece que o executivo tem feito um esforço no sentido de melhorar a mobilidade dentro da cidade de Lisboa. A questão que se coloca é se este esforço está a ser gerido da melhor forma. -----

----- De que servirá uma aplicação móvel - com acesso a informação de carreiras e percursos em tempo real - se o tempo de espera continua a ser elevado? -----

----- Ouvimos falar em reforço de carreiras, e em contratação de motoristas, há meses. Mas por que razão não se reflete este reforço na melhoria do quotidiano dos utentes da Carris? -----

----- Insistimos, uma vez mais, na fiscalização das faixas *BUS*, bem como na extensão da rede de semáforos inteligentes de forma a promover uma circulação mais eficaz dos autocarros e, conseqüentemente, uma diminuição do tempo de espera, com um melhor serviço para os utentes da Carris. -----

----- Na Praça Humberto Delgado surge agora um novo parque de estacionamento coberto que se pretende, dada a sua localização estratégica, próxima a diversos meios de transporte, que funcione como parque dissuasor. -----

----- Ora, recordemos as premissas que determinaram a construção do parque dissuasor da Ameixoeira em 2017. Diminuição do número de veículos a circular no centro da cidade, redução da poluição, melhoria da mobilidade na cidade. -----

----- O Parque de Estacionamento da Ameixoeira foi inaugurado no início do segundo semestre do ano transato e atingiu este mês 192 utilizadores fixos de mais de 500 lugares disponíveis. -----

----- A ideia é boa, é excelente Senhor Presidente, mas importa saber o que estará a falhar. Faltarão divulgação? Constituirá o preço dos transportes públicos, ou a qualidade dos seus serviços, fator dissuasor ao recurso a estes parques por parte de todos os cidadãos que diariamente se deslocam a Lisboa para trabalhar? -----

----- Relativamente às iniciativas desenvolvidas com os cidadãos, quer no âmbito do Programa “*A sua árvore em Lisboa*”, aberto ao público, quer como *celebração do Dia Mundial da Árvore*, com a participação de crianças do Agrupamento de Escolas D. Dinis, gostaríamos de salientar a importância do papel das autarquias na sensibilização para todas estas questões ambientais. -----

----- Incluir os munícipes na reabilitação e reforço da estrutura verde em que a cidade de Lisboa tem vindo a investir, promove uma maior proximidade e sentimento de pertença por parte dos cidadãos. Este efeito sai reforçado quanto mais jovens forem os intervenientes. Assim, consideramos que estas iniciativas potenciam a defesa e desenvolvimento destes espaços a longo prazo, perpetuando este legado de uma cidade que se quer cada vez mais ambientalmente sustentável. -----

----- Neste sentido, o MPT felicita estas iniciativas, apelando a que sejam replicadas ao longo de todo o ano, e não apenas no âmbito de comemorações sazonais, e que sirvam de mote para que as crianças de Lisboa saiam mais da sala de aula e sintam a cidade também como sendo sua.-----

----- Por fim, o MPT gostaria de saudar a Câmara Municipal de Lisboa, mais uma vez, pelo Programa “ *Lisboa Cidade de Todas as Idades*“, que já tínhamos anteriormente referido aqui, ressaltando a importância das políticas sociais junto dos menos jovens, quer através do combate ao isolamento quer através do investimento numa rede de cuidados e apoio domiciliário. -----

----- E saudar igualmente, a reabertura ao público do Jardim Botânico de Lisboa, fruto de uma proposta vencedora do Orçamento Participativo.-----

----- Após um longo processo de reabilitação, é com agrado que o MPT vê este jardim, classificado como monumento nacional, ser devolvido aos lisboetas. Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Excelentíssima Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas Deputados. -----

----- Gostaríamos de destacar na Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, alguns pontos que nos parecem relevantes para nós, para os Deputados Municipais Independentes Cidadãos Por Lisboa entre os quais realçamos a primeira Cimeira das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, pela importância das temáticas debatidas, mobilidade e transportes, habitação, descentralização de competências para as Áreas Metropolitanas e para os Municípios e Finanças Locais e contou com a presença de 35 Municípios. -----

----- Gostaríamos também de saudar o lançamento de apoio à população idosa da Cidade, o Programa Lisboa, Cidade Para Todas As Idades, que é um programa ambicioso, conta com a colaboração também da Santa Casa Misericórdia e representa um investimento de mais de 100 milhões de euros em respostas a executar nos próximos oito anos, entre as quais a construção e oito equipamentos com valência de lar de idosos e cuidados continuados.-----

----- Relembrar que a população idosa já representa quase um quarto da população da cidade de Lisboa! -----

----- No rejuvenescimento da cidade e apoio à família o aumento fez equipamento destacamos a adjudicação da empreitada de construção da Creche Municipal dos Olivais, inauguração da Creche sita no Beco do Loureiro, em Santa Maria Maior, sob a gestão do Centro Paroquial de Bem-estar e Social de Alfama. -----

----- No âmbito do processo de reembolso da Taxa Municipal de Proteção Civil destacamos também a emissão de 206122 vales postais, no valor de mais de 31 milhões de euros, representando 72% do total, e acima de tudo relevando a celeridade de todo este processo realizado pela Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Nas áreas transportes e da mobilidade congratulamo-nos pelo avanço da rede ciclável na Avenida Guerra Junqueiro, pela expansão da rede GIRA no Marquês de

Pombal e na Avenida da Liberdade, com mais cinco novas estações e pela apresentação da nova plataforma de condicionamentos de trânsito Lisboa que passam a estar disponíveis para as aplicações de planeamento de viagens, como o *Wase* e o *Google Maps*, tornando-as mais rigorosas e úteis para os condutores que veem o seu tempo de viagens, otimizando, oferecendo mais conforto e minimizando a circulação da cidade e as emissões poluentes. -----

----- Por fim, gostaríamos de realçar também a adjudicação da empreitada para os realojamentos do Bairro da Cruz Vermelha, ao Lumiar, compreende o conjunto de 140 fogos de habitação municipal, alojando atualmente 296 pessoas. Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tenha calma Senhor Vereador, temos sempre surpresas para si, não fique nervoso! -----

----- Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores e Deputados. -----

----- A tenacidade de trimestralmente o Senhor Presidente apresentar serviço é desta feita realizada em 134 páginas, demonstrativo da sua axiomática mobilidade intelectual, isto porque, informação neste documento é uma quimera, o que resulta são quesitos. E a ocasião para se vislumbrar o que foi feito e que não foi feito, mas que em abono da verdade deveria ter sido o que devia ter sido feito! -----

----- Começamos com o saudosismo do elétrico. Numa cidade moderna introduzir um elétrico seria um ato de progresso. Um novo parágrafo desafios da mobilidade, porém, numa cidade mal organizada, como é a cidade de Lisboa, foi um ato de retrocesso com filas de trânsito por causa das segundas filas, Senhor Presidente lembra-se as segundas filas? Aa cidade parou! -----

----- Rede GIRA, Senhor Presidente, na semana passado, o Presidente da EMEL, indagado pelo PSD, não soube responder a quantos lugares de estacionamento tinham sido supridos para dar lugares às estações da rede de GIRA. Sobre isso não vi qualquer informação também sua, sabe o Senhor Presidente respondermo-nos a esta questão? -----

----- Vão inaugurar a ala sul do Jardim do Campo Grande, festas e fogachos, espero sinceramente que não seja, como fizeram com o Jardim do Arco Cego. Em que as pessoas não notaram a diferença do antes e do depois! -----

----- Sabe também do que não fala a sua Informação Escrita, Senhor Presidente? Da 2ª Circular. Já vamos a caminho dos dois anos sobre a suspensão da iniciativa daquela que era uma prioridade, Senhor Presidente! E olhe, pasme-se, nem uma palavra! Prioridades *Quo Vadis?* -----

----- O Teatro Maria Matos, Senhor Presidente, bom, nada é dito pela Câmara Municipal sobre o Teatro Maria Matos e a sua gestão por privados, mas importa perguntar que critérios presidiram à escolha da Presidente do Júri do concurso? Que fundamentos? Tão inusitada que ele é! -----

----- E Monsanto Senhor Presidente, há um mês o PSD alertou e a Câmara Municipal desvalorizou. Agora vêm as associações ambientalistas fazer o mesmo alerta e o

Vereador já admite insuficiências, então afinal em que é que ficamos Senhor Presidente?-----

----- E as Escolas do 1º Ciclo, Senhor Presidente, estão sob responsabilidade da Câmara e não tem planos de segurança e evacuação! É a vossa Excelência capaz hoje aqui assegurar aos pais das crianças que a Câmara municipal de Lisboa garante a segurança delas nos seus estabelecimentos do 1º Ciclo?-----

----- E os desfibrilhadores aqui aprovados para os equipamentos públicos Senhor Presidente? Há mais de um ano e meio também! -----

----- Senhor Presidente, e agora a sério, e os Centros de Saúde? É verdade que a Câmara Municipal de Lisboa anda a alterar as localizações protocoladas com o Governo? É grave Senhor Presidente, é muito grave!-----

----- Queria-lhe também perguntar sobre os juros, mas temo que a resposta vá ser a mesma, “eu até queria, mas não me deixam”. -----

----- E o Plano Pavimentar Senhor Presidente? Era suposto estar concluída a 1ª fase em 2017, agora talvez para o início de 2019, espere, espere, deixe-me adivinhar isto vai ser para aí anunciado em janeiro ou fevereiro de 2021, vou jogar aí. -----

----- Senhor Presidente e esta operação do Programa da Renda Acessível? Das duas uma, ou estava mal e Vossa Excelência fez muito bem em anular e aí convenhamos, o PSD tem razão, ou estava bem e vossa Excelência fez mal em anular, mas aí, Senhor Presidente tem que explicar ao lisboetas que câmara funciona à base de 2 critérios.-----

----- Senhor Presidente, a Informação Escrita foi um ressumar de notícias, que trazendo não trouxe nada de novo. -----

----- A ideia de que Lisboa está mergulhado ideias e vida próspera corre o risco de não passar da fachada! Foi prometido aos lisboetas, uma política de resultados, que não se verifica de todo, estamos perante atos preparatórios, já há algum tempo, e Senhor Presidente lamentamos, mas esta política não serve a cidade! Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Carlos Pereira (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Boa-tarde a todos, trago aqui uma questão que não vi abordada na Informação do Senhor Presidente e que decorre também de uma visita que os eleitos do PCP fizeram recentemente à Escola Básica EB- 12 dos Loios e que puderam verificar um conjunto de situações que trago aqui hoje.-----

----- Relativamente mesmo às obras de que carece esta Escola a Junta de Freguesia nunca fez a receção desta obra, segundo o diretor do agrupamento e a coordenadora da escola, situação que vem impedindo as intervenções de reparações pelas quais ninguém se responsabiliza. -----

----- Existem infiltrações que são de carácter grave a muito grave implicando uma intervenção de limpeza no telhado, tendo interferido inclusive com os sistemas elétricos da escola. Ao sistema de alarme foi retirado o respetivo quadro, ficando as ligações à vista com consequência do mesmo se ligar constantemente, todas as salas do rés-do-chão encontram-se devido a este problema sem eletricidade e o disjuntor desliga-se imediatamente, indicando curto-circuito.-----

----- Também na cozinha o quadro disjuntor, pese embora em funcionamento, está em contacto com a água sempre que chove, foram ainda detetados outros problemas, que passo a citar: a Escola não tem plano de emergência aprovado, a caldeira com rotura provocando inundação permanente e o chão encontra-se, portanto, perigosamente protegido por panos. -----

----- Eletrodomésticos com avarias permanentes que não são substituídos em tempo útil, o que origina a aquisição por parte do agrupamento de material que deveria naturalmente ser fornecido pela Câmara Municipal de Lisboa, igualmente a palamenta também é um destes casos, lavatórios do refeitório nunca funcionaram devido ao deficiente escoamento da água, desadequação entre os desenhos dos campos desportivos e as tabelas visto estarem trocados, na área desportiva, não há Internet, sendo que a que é usada é pertença dos professores. -----

----- Deficiências também na biblioteca, nomeadamente portanto algum estado de degradação já, ao nível das casas de banho existem também problemas, e uma mesmo não funciona no 1º andar, a casa de banho das meninas, e em mau estado do piso exterior que também é passível de causar acidentes. -----

----- Por fim, o portão que liga esta Escola dos Loios à Escola Damião de Góis está inoperacional, eventualmente por ter sido colocado em cima de um coletor, mas o que é facto é que eu não permite a passagem. -----

---- Neste sentido, perguntamos que medidas estão a ser tomadas para a resolução imediata das situações reportadas? Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Primeira-Secretária da Assembleia Municipal, Patrocínia César,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, para podermos dar cumprimento ao estabelecido no nosso Regime no artigo 45, eu passaria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e posteriormente eu daria por encerrados os trabalhos. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado Senhora Presidente em Exercício, tentarei ser breve sobre o conjunto questões colocadas. -----

----- Eu tenho que confessar uma coisa, eu fiquei verdadeiramente esmagado pela primeira parte da intervenção da Deputada Aline Beuvink, de tal forma esmagado que quase me sinto tentado a dizer “Acabei por aqui hoje”, porque raras vezes me poderia ter, eu acho que a Senhora Deputada exagerou, nem a minha própria mãe diria aquilo que disse, embora o Partido Socialista também não, mas creio, perceber o sentido daquilo que disse e percebi também da Senhora Deputada que há um certo sentimento de atração pelo diabo, e o que eu talvez dissesse neste início do mandato é “não resista”, deixe-se cair na tentação, ainda temos três anos e meio e pode-se juntar ao PS, e vamos tentar ao longo deste mandato que isso aconteça! -----

----- Senhores Deputados, o conjunto de questões vastos que aqui foram colocados, em primeiro lugar sobre a questão da habitação. O Deputado Sobreda Antunes não terá ouvido aquilo que eu aqui disse, eu falei delongadamente sobre a questão central hoje da cidade em matéria de habitação, que são as questões de curto prazo motivadas



pela não renovação dos contratos daqueles que passaram, diria capciosamente do anterior regime de arrendamento para o novo regime de arrendamento, em função da Lei aprovada no tempo do Governo anterior, e é precisamente por isso que eu saudei aquilo que o Governo anunciou ontem, porque só uma intervenção de correção que permite a renovação, o direito ao inclino a ver o seu contrato renovado, é capaz de ser uma medida eficaz para resolver as questões do curto prazo e, por isso, eu falei delongadamente sobre essa matéria, como falei também já várias vezes da Proposta que temos relativamente ao alojamento local e que eu creio que é peça em falta no edifício legislativo, para a qual nós precisamos de trabalhar, é terem os Municípios o poder de autorização, um poder de regulação fina, porque numa cidade como Lisboa há realidades muito diferentes, de zonas onde é desejável que haja uma expansão do alojamento local e noutras em que é desejável que haja a sua contenção, e só os Municípios tendo esse poder, que hoje não têm, é que o podem a que o podem fazer. --

----- Diz o Deputado Rui Costa relativamente às questões da renda acessível. Preferiu salientar a divergência com o Partido Socialista, relativamente a uma das modalidades permitam-me que saliente a convergência com o Bloco no fundamental, nós só resolveremos o problema da habitação para as classes médias numa cidade global aberta e cosmopolita, se tivermos um mercado de oferta de iniciativa pública com a capacidade para fazer a diferença, e para isso, na minha opinião, é que todos os instrumentos são importantes mobilizar. -----

----- E reparemos se a cidade tiver uma ambição, de tiverem para habitação para as classes médias, metade dos fogos que têm para habitação social, metade dos fogos que tem hoje para habitação social, isto significa um investimento superior a 800 milhões de euros. -----

---- Não se vai lá só como a simples retirada dos limites de endividamento e está muito para lá da capacidade do município sozinho poder suprir por si! -----

----- Diz o Senhor Deputado salienta também uma outra divergência relativamente à questão da Lei do Arrendamento, eu saliento de novo a convergência, a convergência é encontrarmos uma solução no regime do arrendamento, que é a única resposta capaz de dar solução à questão da emergência, porque a construção da habitação, se é a resposta estrutural a alteração do regime do arrendamento é a necessidade do momento, e tem razão em sublinhar um ponto, é que a revogação pura e simples do regime atual não protege ninguém, porque a questão é que os contratos que entretanto transitaram para o novo regime, com uma revogação não resolve a situação daqueles que estão numa situação de maior carência. -----

----- Também falou sobre habitação o Deputado João Condeixa, o problema de adotar uma linha um pouco ao sabor do vento e uma certa tendência de ir ao ritmo da maré sem nenhuma preocupação de coerência ideológica é que rapidamente são apanhados na curva das suas próprias contradições. -----

----- É que o Senhor Deputado vai fazer um discurso inflamado pela propriedade privada, contra o esbulho, contra o comunismo e contra as nacionalizações, e não se apercebe sequer de que o regime existente em matéria de posse administrativa de edifícios existe na Lei da Reabilitação Urbana foi, aliás, melhorado significativamente

no tempo do Governo anterior, que o Senhor apoiou, e é hoje um instrumento ao serviço das Câmaras. -----

----- Aperfeiçoar o mecanismo da posse administrativa, caso não haja a realização de obras feitas em edifícios, é um instrumento que hoje temos, é um instrumento que hoje temos e, por isso, não é nenhuma inovação, não é nenhuma violação constitucional, não é nenhum esbulho, é simplesmente algo que decorre da evidência é que a propriedade privada é um direito, a propriedade privada abandonada em detrimento dos interesses públicos não é um direito e, por isso é que se encontra regulado os termos nos quais os Municípios podem tomar posse administrativa, fazerem as reabilitações, ressarcirem-se do tempo necessário das reabilitações feitas e depois disponibilizar, entregar de novo o bem ao privado e, por isso, isto está, aliás, feito pelo Governo anterior que melhorou o regime atualmente de existente. -----

----- Diz depois o Senhor Deputado, sempre com aquela questão “não, é o porque a situação é grave, não estamos preocupados, nós queremos fazer, e não sei o quê, queremos tudo, estamos muito preocupados”, e resposta, quais são? Poucas, somos atirados é para o vazio, “temos que mudar lá o regime das heranças, temos que mudar lá qualquer coisa”, isto é, verdadeiramente não querem ter Proposta para resolver problema nenhum e querem acima de tudo, querem acima de tudo esconder aquilo que fizeram durante os anos e que muita responsabilidade têm pela situação em que nós nos encontramos! -----

----- Mas o Senhor Deputado, aliás, tem uma intervenção que ainda vai mais longe, que é a intervenção de ir aos transportes, é verdadeiramente, eu estava aqui a ouvi-lo e estava a ficar estupefacto, mas será que eu estou a ouvir um Deputado Municipal do CDS falar daquilo que está a falar nos termos em que está a falar? O Senhor Deputado vem-me dizer que os transportes mais acessíveis, os transportes públicos acessíveis como direito para todos, uma Área Metropolitana a funcionar são uma prioridade do CDS e que nós estamos a fazer tudo mal? Oh Senhor Deputado, olhe eu só o queria confrontar com a seguinte situação, a primeira medida que nós tomámos quando assumimos a propriedade da Carris, coisa que, aliás, foi negada por um governo do CDS, de que o CDS fez parte, foi negada ao Município de Lisboa tomar propriedade da Carris, sabe o que é que foi? Foi acabar com os aumentos dos tarifários para as pessoas mais idosas e mais jovens que o seu Governo tinha feito, e é por essa razão simples da primeira medida que nós tomámos, foi isentar do tarifário todas as crianças até aos 12 anos e todas as pessoas com mais de 65 anos terem menos de metade do tarifário, pagarem 14 euros e meio. -----

----- O Senhor Deputado sabe qual a consequência desta política? A consequência é que nós hoje temos mais 450 mil viagens por mês, exclusivamente nestes públicos, significa que nós teremos num ano mais 5 milhões de viagens nestes públicos, feito por estas pessoas, em resultado destes tarifários, foi esta a nossa primeira medida. -----

----- Só que o Senhor Deputado não só não cuida da sua coerência, como também não cuida bem de ler aquilo que vê, é que aquilo que leu sobre o estudo diz referência à Área Metropolitana de Lisboa e aí, Senhor Deputado, deixe-me dizer-lhe o seguinte, o Senhor Deputado aí se se quer juntar, junta-se em boa hora, mas está-se a juntar ao

PCP, está-se a juntar ao Bloco de Esquerda, está-se a juntar ao Partido Socialista num Passe Único Metropolitano de baixo valor, igual para toda a gente para que toda a gente possa ter acesso ao transporte público. Senhor Deputado, se é isso, bem-vindo e passe a votar a favor da nossa política em matéria de transporte público.-----

----- Senhor Deputado, O Senhor Deputado do MPT colocou a questão relativamente à rede e à qualidade da rede da Carris em matéria ambiental. Todos os concursos que estão neste momento a ser os fechados já e aqueles que vão ser abertos, têm em vista a substituição do que são os veículos a *diesel*, em particular os mais antigos, por veículos a gás e também veículos elétricos. Nós não podemos avançar mais na substituição geral de toda a frota, por veículos elétricos por uma razão tecnológica, é que ainda não estão disponíveis com um nível de autonomia necessário para uma cidade que tem o relevo como é que a nossa tem, mas já vamos adquirir 15 veículos elétricos e em cada concurso, à medida que a tecnologia melhora, nós aumentamos o número de veículos elétricos, neste momento, a nossa prioridade é aumentar esta oferta. -----

----- Por último, eu não tenho sobre a Carris nenhuma visão de que tudo está bem, nem tenho muito menos sobre o transporte público, porque o transporte público na cidade de Lisboa está mal, o transporte público na Área Metropolitana de Lisboa está mal e nós precisamos de atuar a fazê-lo, agora não tem nenhuma dúvida, é que a Carris está muito melhor do que estava! -----

----- A Carris está a melhorar todos os dias e a Carris vai melhorar muito mais, porque nós temos a vontade que ela melhora, como serviço público ao serviço toda a gente e temos uma coisa, é que nós damos provas disso todos os dias e, ao contrário do Senhor Deputado Luís Newton que é capaz de sobre a reposição do elétrico 24 glosar sobre a cidade desorganizada e não perceber que é um primeiro passo num sentido estratégico, de um sinal que nós damos do elétrico como meio de transporte, de uma rutura de política que foi de retirar as linhas, de vender elétricos, de destruir um serviço de transporte de mobilidade sustentável no futuro e a inverter para a atualidade, Senhor Deputado não percebeu o fundamental daquilo que nós estamos a fazer, se se preocupa a seguir com os carros, com as segundas filas, com as obras, Senhor Deputado, vamos a isso agora há uma coisa: o 24 já aqui está e ninguém nos vai tirar! -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Primeira-Secretária da Assembleia Municipal, Patrocínia César,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Bom, Senhoras e Senhores Deputados, penso que não podíamos ter sido mais pontuais, são 20 horas e 37 minutos, a nossa Sessão vai prosseguir em data a acordar e será respeitada a lista de inscritos, e os trabalhos vão prosseguir. -----

----- Boa-tarde, bom 25 de Abril.” -----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e trinta minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AM/2018 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2018. -----

DRAFT

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----  
-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----